

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE MEDICINA E CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA**

FABIANE OLIVIA ARDENGHI

**MAPEAMENTO DO PERFIL DE AGRESSOR(A) SEXUAL INFANTIL: UMA
REVISÃO DE ESCOPO**

CURITIBA

2024

FABIANE OLIVIA ARDENGHI

**MAPEAMENTO DO PERFIL DE AGRESSOR(A) SEXUAL INFANTIL: UMA
REVISÃO DE ESCOPO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética, na Área de concentração Bioética Social e Ambiental, da Escola de Medicina e Ciências da Vida, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Bioética.

Orientador: Prof. Dr. Mário Antônio Sanches

CURITIBA

2024

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

A676m
2024
Ardenghi, Fabiane Olivia
Mapeamento do perfil de agressor(a) sexual infantil : uma revisão de escopo /
Fabiane Olivia Ardenghi ; orientador: Mário Antônio Sanches. – 2024.
102 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2024
Bibliografia: f. 83-88

1. Bioética. 2. Abuso sexual na infância. 3. Pedofilia. 4. Molestadores de
crianças . I. Sanches, Mário Antônio Sanches. II. Pontifícia Universidade
Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Bioética. III. Título.

CDD. 20. ed. – 174.9574



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE MEDICINA E CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA
DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº11/2024
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Bioética Social e Ambiental

Em sessão pública às catorze horas do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, via plataforma zoom <https://us06web.zoom.us/j/864768046777?pwd=PXSxO0zLQQQMyiTUxJOJE2WMnb07.1> realizou-se sessão pública de Defesa da Dissertação “**MAPEAMENTO DO PERFIL DE AGRESSOR(A) SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO**” apresentada pela aluna **Fabiane Olivia Ardenghi** sob orientação do Professor Doutor Mário Antonio Sanches como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Bioética**, perante uma Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Professor Doutor Mario Antonio Sanches
Presidente (PUCPR)

Documento assinado digitalmente
MARIO ANTONIO SANCHES
Data: 22/08/2024 16:41:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Doutora Caroline Filla Rosaneli
Membro interno (PUCPR)

Documento assinado digitalmente
FERNANDA NUNES BARBOSA
Data: 22/08/2024 19:13:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Doutora Fernanda Nunes Barbosa
Membro Externo (PUCRS)

Início: 14 horas. **Término** 15h30m.

Conforme as normas regimentais do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná o trabalho apresentado foi considerado **APROVADO**.

A aluna está ciente que a homologação deste resultado está condicionada: (I) ao cumprimento integral das solicitações da Banca Examinadora, que determina um prazo de 30 dias para o cumprimento dos requisitos; (II) entrega da dissertação em conformidade com as normas especificadas no Regulamento do PPGB/PUCPR; (III) entrega de documentação necessária para elaboração do Diploma.

Aluna: Fabiane Olivia Ardenghi

Documento assinado digitalmente
FABIANE OLIVIA ARDENGHI
Data: 29/08/2024 11:09:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Doutora Caroline Filla Rosaneli
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Bioética

Documento assinado digitalmente
CAROLINE FILLA ROSANELI
Data: 23/08/2024 07:36:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico esta dissertação a todas as
crianças que sofreram abusos e
violências. Que suas vozes sejam sempre
ouvidas e seus direitos respeitados.
Aos profissionais e pesquisadores que
trabalham incansavelmente para
compreender e combater a violência
sexual infantil, e que dedicam suas vidas
para proteger as crianças e promover a
justiça.
E, especialmente, a todas as vítimas que
transformaram sua dor em força, sua luta
em resiliência, e que, através de suas
histórias, nos inspiram a continuar
buscando um mundo mais seguro e justo
para todas as crianças.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda inspiração, força e perseverança que me guiaram durante esta jornada acadêmica. Sem a fé e a confiança em Seu plano, este trabalho não teria sido possível.

À minha família de sangue, que esteve ao meu lado em todos os momentos, oferecendo suporte, carinho e compreensão. Sobretudo, à minha mãe, pelas orações e suporte nos momentos mais difíceis desta caminhada. Aos primos Joel e Joanita, que com muita generosidade me apoiaram muitas vezes 'logisticamente', proporcionando-me tempo para dar grandes passos na escrita desta dissertação.

À minha comunidade e família espiritual por todo o apoio e encorajamento e por acreditarem em mim, muito mais do que eu mesma. Vocês foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente e alcançar este importante objetivo. Com vocês, aprendi e aprendo sempre o que é cuidado e proteção, e por isso este trabalho também é dedicado a vocês.

E como deixar de agradecer a Chiara Lubich, que é a fonte inspiradora do nosso estar, ser e agir em comunidade? Ela sempre nos incentivou a penetrar nas chagas da humanidade para levar ao mundo a fraternidade universal, exortando-nos fortemente com a frase: “sejam sempre uma única família!”.

Ao meu orientador, Mário Antônio Sanches, cuja sabedoria, paciência e orientação foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação. Suas valiosas contribuições e seu constante incentivo foram determinantes para a realização deste trabalho.

Ao corpo docente, por compartilhar seu vasto conhecimento e por sempre se mostrarem dispostos a ajudar. Vocês desempenharam um papel crucial na minha formação acadêmica e na construção do meu conhecimento.

Aos meus colegas, que compartilharam comigo os desafios e as conquistas desta jornada. A amizade, a colaboração e o apoio mútuo fizeram toda a diferença, tornando este período mais leve e enriquecedor.

Seu nome é hoje

Somos culpados
de muitos erros e faltas
porém nosso pior crime
é o abandono das crianças
negando-lhes a fonte
da vida

Muitas das coisas
de que precisamos
podem esperar. A criança não pode
Agora é o momento em que
seus ossos estão se formando
seu sangue também o está
e seus sentidos
estão se desenvolvendo
A ela não podemos responder “amanhã”
Seu nome é hoje.
(Mistral Gabriela, [s. d.])

RESUMO

A preocupação global com o abuso sexual infantil tem mobilizado diversas áreas de estudo, que se dedicam a aprofundar o conhecimento sobre os agressores sexuais infantis e a enfrentar essa questão crítica. A bioética, como campo que envolve diversos saberes, se torna o ambiente adequado para este tipo de estudo. As definições de abuso sexual infantil variam entre sociedades, influenciadas por normas culturais, crenças e valores. Proteger a infância requer abordagens interdisciplinares e interculturais. Estudos atualizados são essenciais para compreender os abusadores e apoiar as vítimas, considerando diferentes atitudes e definições de abuso em diversas sociedades. O Objetivo deste estudo é mapear o perfil de agressores(as) sexuais infantis. Utilizando uma revisão de escopo, seguimos as recomendações do Manual do Instituto Joanna Briggs (JBI) para Revisões de Escopo e o checklist PRISMA-ScR. A estratégia População, Conceito e Contexto (PCC) formulou a seguinte questão: "No contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes, quais os perfis dos agressores sexuais infantis em diversos contextos sociais e diferentes países?". Os Descritores DeCS/MeSH selecionados foram: "child abuse sexual" and "sex offenders"; "sex offenders" and "social environment"; pedophiles and "sex offenders". A busca foi realizada nas bases de dados MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS e Web of Science. Incluímos estudos publicados entre 2014 e 2023, em qualquer idioma, além de literatura cinzenta, como capítulos de livros e dissertações. A busca identificou 252 publicações; após a remoção de duplicados e avaliação de elegibilidade, restaram 25 artigos na amostra final. As etapas de busca e seleção foram conduzidas por dois revisores independentes. Os resultados foram coletados e analisados em 3 grandes categorias: Características pessoais do agressor; O ato do abuso; Contextos do agressor. A pesquisa revelou a dificuldade de definir um perfil único de agressor sexual infantil devido à diversidade dos estudos. Contudo, identificamos traços comuns, como impulsividade, dificuldades em formar relações íntimas e baixa autoestima, entre outros. O comportamento abusivo é influenciado por fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Traumas de infância e contextos familiares abusivos influenciam comportamentos sexuais desviantes. A necessidade de intervenções sensíveis ao gênero e a desmistificação de estereótipos sobre a sexualidade dos agressores são essenciais. Lacunas na pesquisa incluem limitação geográfica e cultural, falta de dados longitudinais e foco em agressores masculinos. Esta RE não abordou o abuso em ambientes online, como a exploração sexual pela internet. Pesquisas futuras devem preencher essas lacunas e fornecer uma compreensão mais abrangente, incluindo a exploração da hipótese de que o perfil do agressor pode ser influenciado por fatores antes e depois da definição de identidade sexual, questionando se a condição de agressor é adquirida ou intrínseca. A bioética desempenha um papel crucial na prevenção de abusos sexuais infantis e no tratamento de agressores, destacando a importância da justiça social, equidade e responsabilidade coletiva. Propõe-se intervenções que envolvem educação e sensibilização comunitária, terapias de suporte precoce para vítimas, tratamentos personalizados para agressores, integração com programas de tratamento de dependências e a desmistificação de estereótipos prejudiciais. Essas estratégias visam criar um sistema inclusivo e ético, promovendo a proteção infantil, a justiça social e a reabilitação, resultando em um ambiente mais seguro e justo, que previne futuros abusos e apoia a recuperação e reintegração dos agressores.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil; bioética; contextos sociais; perfil do agressor

ABSTRACT

The global concern over child sexual abuse has mobilized various fields of study, which are dedicated to deepening their knowledge of child sex offenders and tackling this critical issue. Bioethics, as a field that involves diverse knowledge, becomes the appropriate environment for this type of study. Definitions of child sexual abuse vary between societies, influenced by cultural norms, beliefs and values. Protecting children requires interdisciplinary and intercultural approaches. Up-to-date studies are essential to understand abusers and support victims, considering different attitudes and definitions of abuse in different societies. The objective of this study is to map the profile of child sex offenders. Using a scoping review, we follow the recommendations of the Joanna Briggs Institute (JBI) Handbook for Scoping Reviews and the PRISMA-ScR checklist. The Population, Concept and Context (PCC) strategy formulated the following question: "In the context of sexual violence against children and adolescents, what are the profiles of child sex offenders in different social contexts and different countries?". The DeCS/MeSH Descriptors selected were: "child sexual abuse" and "sex offenders"; "sex offenders" and "social environment"; pedophiles and "sex offenders". The research was carried out in the MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS and Web of Science databases. We included studies published between 2014 and 2023, in any language, as well as gray literature such as book chapters and dissertations. The research identified 252 publications; after removing duplicates and assessing eligibility, 25 articles remained in the final sample. The research and selection stages were conducted by two independent reviewers. The results were collected and analyzed in 3 broad categories: Personal characteristics of the aggressor; The act of abuse; Contexts of the aggressor. The research revealed the difficulty of defining a single profile of child sex offenders due to the diversity of the studies. However, we identified common traits, such as impulsiveness, difficulties in forming intimate relationships and low self-esteem, among others. Abusive behavior is influenced by biological, psychological, social and cultural factors. Childhood trauma and abusive family contexts influence deviant sexual behavior. The need for gender-sensitive interventions and the demystification of stereotypes about the sexuality of aggressors are essential. Gaps in the research include geographic and cultural restrictions, lack of longitudinal data, and focus on male offenders. This SR did not address abuse in online environments, such as internet sexual exploitation. Future research should fill these gaps and provide a more comprehensive understanding, including exploring the hypothesis that the perpetrator profile may be influenced by factors before and after the definition of sexual identity, questioning whether perpetrator status is acquired or intrinsic. Bioethics plays a crucial role in the prevention of child sexual abuse and the treatment of offenders, highlighting the importance of social justice, equity and collective responsibility. Interventions are proposed that involve community education and awareness, early support therapies for victims, personalized treatments for offenders, integration with addiction treatment programs and the demystification of harmful stereotypes. These strategies aim to create an inclusive and ethical system, promoting child protection, social justice and rehabilitation, resulting in a safer and fairer environment that prevents future abuse and supports the recovery and reintegration of offenders.

Keywords: Child sexual abuse; bioethics; social contexts; perpetrator profile

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pedofilia – categorias e subcategorias.....	33
Figura 2 – Fluxograma PRISMA.....	37
Figura 3 – Características pessoais do agressor	50
Figura 4 – Contextos e antecedentes familiares	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de estudos por Continente.....	39
Gráfico 2 - Características comportamentais e psicológicas	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição da estratégia PCC	35
Quadro 2 – descritores e definições encontradas nos vocabulários estruturados.....	35
Quadro 3 – Características, dados bibliométricos e resultados dos estudos	40
Quadro 4 - Categorização das características e elementos encontrados na pesquisa	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	<i>American Psychiatric Association</i> / Associação Psiquiátrica Americana
APA PsycINFO	<i>American Psychological Association - Database</i> / Associação Americana de Psicologia – Base de dados
ASI	Abuso sexual infantil
CSA	<i>Child sexual abuse</i> / Abuso sexual de crianças
CSA - E	<i>Extra-familial sex offenders</i> - Agressores sexuais extrafamiliares
CSA - I	<i>Intra-familial offenders</i> - Agressores intrafamiliares
CSA-W	<i>Child sexual abuse - individuals working with children</i> / Abuso sexual de crianças – indivíduos que trabalham com crianças
CSO	<i>child sex offending</i> / Ofensa sexual infantil
DeCS	Descritores em Ciência da Saúde
DLC	<i>Developmental and life course theory</i> / Teoria desenvolvimental e do curso de vida
DMS	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
Dr.a	Doutora
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ed.	Edição
Ed.	Editor
EMS	<i>Early Maladaptive Schemas</i> / Esquemas Desadaptativos Precoces
f.	Folha
fig.	Figura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ideal.	Idealizador
il.	Ilustrador
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISBN	<i>International Standard Book Number</i>
JBÍ	<i>Joanna Briggs Institute</i>
JNSOs	<i>Juvenile nonsex offenders</i> / Infratores juvenis não sexuais
JSOs	<i>Juvenile sex offenders</i> / Infratores sexuais juvenis

LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	<i>National Library of Medicine</i>
MESH	<i>Medical Subject Heading</i>
NBR	Norma Brasileira Regulamentar
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
org.	Organizador
OSF	<i>Open Science Framework</i>
p.	Página
PPC	População-Conceito-Contexto
PRISMA-ScR	<i>Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Review</i>
Prof.a	Professora
PSOCs	<i>Persons with a sexual offense against a child</i> / pessoas com crimes sexuais contra crianças
Pubmed	<i>U.S. National of Medicine</i>
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
QI	Quociente de Inteligência
RE	Revisão de Escopo
SIB	<i>Sexually Intrusive Behavior</i> / comportamento sexualmente intrusivo
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
TDA	Transtorno de Déficit de Atenção
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
trad.	Tradutor
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i> / Fundo das Nações Unidas para a Infância
USA	<i>United State of America</i> / Estados Unidos da América
WHO	<i>World Health Organization</i> / Organização Mundial da Saúde

APROXIMAÇÃO DA PESQUISADORA COM O TEMA DE PESQUISA

Sou terapeuta ocupacional, pós-graduada em Neurociências e comportamento, com especialização em prevenção de abusos contra crianças e adolescentes. Morei na Itália e em Angola onde colaborei na elaboração de projetos para a formação humana e espiritual de adolescentes e fiz acompanhamento no discernimento vocacional. No Brasil, trabalhei em uma ONG na periferia de Porto Alegre com crianças e adolescentes de alta vulnerabilidade social prestando também atendimento às suas famílias. Meu trabalho sempre teve um enfoque social. Faço parte da Comissão Nacional de Proteção e Prevenção de Abusos, do Movimento dos Focolares no Brasil. Colaboro com o Núcleo Lux Mundi, onde atuo como formadora nos cursos para prevenção de abusos e na equipe de pesquisadores.

Um tema que sempre me inquietou nessa trajetória de vida e de relação com pessoas de várias culturas foi o tema das violências contra crianças e adolescentes. Nasceu assim a necessidade de preparação e formação acadêmica para tratar desta temática com atitude de grande respeito e empatia porque mesmo tratando-se de textos e abordagens científicas não podemos perder de vista que estamos falando de pessoas e, portanto, merecedoras de direitos e humanidade.

Foi por esse motivo que escolhi a bioética como o holofote para olhar a esta temática, pelo seu enfoque multidisciplinar, pela valorização da diversidade, pela atenção e cuidado para com as pessoas em situação de vulnerabilidade e por seu olhar que não desconecta as situações e as pessoas envolvidas de seus contextos.

Portanto o tema da minha dissertação surgiu de muitas perguntas, inquietações e dúvidas e aperfeiçoado com o estudo da bioética, das trocas de experiências e conhecimentos com uma equipe de pesquisadores no campo e principalmente com meu orientador, prof. Mário Antonio Sanches que me ajudou, não em respostas, mas em formular mais perguntas, o que me permitiu ousar chegar a algumas considerações importantes para iniciar a minha pesquisa.

Considero que o tema desenvolvido por mim nessa dissertação é somente um começo e uma pequena contribuição para esta linha de pesquisa, e que esta deve ser aprimorada e explorada por pesquisadores que poderão ajudar na mudança de comportamentos humanos em relação à infância e de uma cultura do cuidado efetiva e afetiva.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	20
1.1.1	Objetivo Geral	20
1.1.2	Objetivos Específicos	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	21
2.2	AGRESSOR SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	25
3	MÉTODO	34
3.1	ETAPA 1: IDENTIFICAÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA E ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE BUSCA	34
3.2	ETAPA 2 E 3: IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS ESTUDOS RELEVANTES.....	36
3.3	ETAPA 4 E 5: EXTRAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE DOS RESULTADOS E COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS	38
4	RESULTADOS	39
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO	48
5.1	CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO AGRESSOR	49
5.2	SOBRE O ATO DO ABUSO	60
5.3	CONTEXTOS DO AGRESSOR.....	65
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS.....	83
	APÊNDICE A – PROTOCOLO PARA REVISÃO DE ESCOPO.....	90
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO PARA EXTRAÇÃO DOS DADOS	102

1 INTRODUÇÃO

O cuidado com a infância e adolescência, além de ser um dever pessoal, social e cultural, exige abordagens interdisciplinares e interculturais na busca de minimizar danos e promover o melhor interesse de crianças, por isso, a bioética, como campo que envolve diversos saberes, se torna o ambiente adequado para este tipo de estudo.

A infância é um campo de grande sensibilidade para o trabalho de pesquisa, envolvendo prevenção, educação e a possibilidade de transformar nosso futuro. Essa necessidade se explica, sobretudo, à luz do que está escrito na Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil:

Princípio 2º A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os melhores interesses da criança.

Princípio 9º A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral (Assembleia Geral da ONU, 1959).

Embora a infância seja definida e protegida pela nossa constituição e por muitas legislações ao redor do mundo, na prática, não existe apenas uma única cultura da infância. Em vez disso, há diversas culturas que são construídas social e historicamente em diferentes contextos e épocas. Segundo Sarmento (2004), a cultura da infância pode variar de acordo com fatores como a classe social, o gênero, a etnia, a religião, a nacionalidade, entre outros. Dessa forma, as experiências das crianças em diferentes contextos sociais e culturais podem ser bastante distintas, levando a uma multiplicidade de infâncias. Além disso, Sarmento argumenta que a cultura da infância não é algo fixo e imutável, mas sim dinâmico e em constante transformação. Assim, as diferentes infâncias não apenas coexistem, mas também se influenciam mutuamente e podem se transformar ao longo do tempo. Portanto defende que é necessário compreender a diversidade das culturas da infância para que seja possível desenvolver políticas e práticas educativas que levem em conta as diferentes necessidades e experiências das crianças em contextos sociais e culturais diversos.

Segundo a teoria ecológica de Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento de uma pessoa é influenciado pela rede de relações e pelo ambiente em que vive, o qual pode afetá-la de maneira positiva ou negativa, especialmente durante o período evolutivo. Este ambiente é visto como um conjunto de estruturas organizadas em diferentes níveis, cada uma integrando as outras. A teoria é aplicada para explicar a violência como resultado da interação de fatores em quatro níveis: individual, relacional, comunitário e social. Além das características pessoais (biológicas e genéticas), estão envolvidas as relações sociais próximas (familiares) e os contextos comunitários (escolas, vizinhança). No nível mais amplo, a sociedade, com suas características culturais, tabus, normas e políticas, também influencia. Em todos os níveis, há fatores de vulnerabilidade, risco e proteção que interagem na ocorrência da violência contra crianças e adolescentes. O modelo ecológico propõe uma visão ampliada para ações preventivas, incluindo o indivíduo, a família, a escola, o grupo de pares e as estruturas sociais/comunitárias (Bronfenbrenner; Morris, 1998).

David Finkelhor (1999) também aborda o abuso sexual infantil através de uma perspectiva ecológica, propondo uma análise multidimensional que considera diferentes níveis de influência social e ambiental. Ele destaca quatro dimensões principais: a dimensão individual, que inclui características pessoais da criança como idade, gênero e histórico de abuso; a dimensão relacional, que envolve a qualidade das interações sociais e familiares e a presença de modelos de comportamento sexual inadequado; a dimensão comunitária, que abrange fatores ambientais e culturais como níveis de pobreza e disponibilidade de serviços de apoio; e a dimensão societária, que se refere aos valores e crenças culturais sobre gênero, sexualidade e poder. Essas dimensões interagem de forma complexa, e Finkelhor enfatiza a necessidade de uma abordagem holística e integrada para a prevenção do abuso sexual infantil, que considere todos esses aspectos conjuntamente, abordando tanto os fatores de risco quanto os fatores de proteção (Finkelhor, 1999).

Sanches, Mannes e Cunha (2018) enfatizam que os temas de violências e abusos, sobretudo na infância, não podem ser abordados sem tocar e considerar o tema das vulnerabilidades e as classificam em ao menos 3 tipos: existencial, social e moral. No artigo os autores afirmam que perante a vulnerabilidade moral o indivíduo é reconhecido em face das distinções culturais, expressas através de crenças religiosas, hábitos e tradições:

A vulnerabilidade moral surge do processo cultural, que marca a construção de nossa visão de mundo e escalas de valores. Na construção de visão de mundo, além da posição social das pessoas, há muitos fatores que têm grande influência, como a religião, os costumes e a arte. Essa fragilidade é mais difícil de ser percebida, pois é alimentada por convicções e por isso é muitas vezes negada. Diante da vulnerabilidade moral o indivíduo se percebe perante o diferente cultural com marcas religiosas, de costumes e das tradições (Sanches; Mannes; Cunha, 2018, p. 45).

Estudos e pesquisas em nível internacional afirmam que a violência ligada à infância (física, psicológica, sexual, institucional, negligência e abandono) é um severo problema social e de saúde pública mundial que influencia no desenvolvimento em diferentes níveis, ao alterar elementos biológicos, cognitivos, psicossociais e de comportamento. A violência sexual contra crianças e adolescentes é particularmente cruel, pois provoca danos profundos e variados tanto na saúde física quanto mental das vítimas. Esse tipo de violência pode gerar repercussões negativas no desenvolvimento psicossocial, que, embora possam não deixar marcas físicas visíveis, resultam em traumas que podem durar por toda a vida (Custódio; Lima, 2023).

A violência sexual dirigida a crianças e adolescentes é um fenômeno multifacetado e de múltiplas causas, gerando danos significativos tanto físicos quanto psicológicos às vítimas, aos agressores e à sociedade em geral. O abuso sexual é reconhecido como uma das mais severas formas de violência infligida a um indivíduo, representando um grave problema de saúde pública devido à sua alta incidência e às graves repercussões para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo das vítimas e seus familiares. Este tipo de violência pode causar danos psicológicos duradouros, frequentemente associados a outras formas de violência, como negligência, abuso físico e emocional (Marafiga; Falcke, 2020).

A violência é um problema global que afeta gravemente crianças e adolescentes, com quase metade das crianças entre 2 e 17 anos sofrendo algum tipo de violência e cerca de 300 milhões de crianças entre 2 e 4 anos sendo vítimas de violência de seus próprios cuidadores (Word Health Organization, 2020).

Estatísticas alarmantes revelam que uma em cada duas crianças entre 2 e 17 anos sofre violência anualmente, 300 milhões de crianças entre 2 e 4 anos são punidas violentamente por cuidadores, 120 milhões de meninas sofreram abuso sexual antes dos 20 anos, e uma em cada três crianças enfrenta violência emocional. A pandemia de coronavírus piorou esses números, afetando 1,5 bilhão de estudantes e aumentando o estresse familiar. As consequências incluem maiores riscos de

transtornos mentais e comportamentos perigosos, além de impactos sociais negativos como baixo desempenho escolar e maior delinquência. Os custos econômicos do abuso infantil são significativos, estimados em 428 milhões de dólares nos EUA e representando 1,4% a 2,5% do PIB no Leste Asiático e Pacífico. Embora 80% dos países da ONU tenham planos nacionais de prevenção, apenas 20% são totalmente financiados; 88% têm leis contra a violência infantil, 79% proíbem castigo corporal e 64% regulam armas nas escolas, mas apenas 47% acreditam na punição dos infratores. O relatório conclui que são necessárias ações urgentes e radicais para alcançar a meta de erradicar a violência infantil até 2030, reconhecendo que, apesar de programas de prevenção e apoio, os esforços precisam ser intensificados (World Health Organization, 2020).

Para assegurar a concretização dos direitos das crianças conforme estipulado na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e atingir a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.2 de erradicar a violência contra as crianças até 2030: “Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças” (ONU, 2015), é essencial uma resposta eficaz do sistema. Os governos nacionais possuem a responsabilidade principal de garantir o respeito aos direitos das crianças e fornecer os recursos necessários para tal. A implementação e aplicação de leis que criminalizem o abuso e a exploração sexual infantil, além de assegurar a segurança dos ambientes frequentados por crianças, são medidas necessárias.

Entretanto, a situação dos abusos e violências contra crianças e adolescentes no Brasil, infelizmente, está em crescimento nos últimos anos. O Atlas da Violência de 2024 revela uma panorâmica alarmante da situação entre 2021 e 2022, destacando que a violência não letal contra crianças e adolescentes está em ascensão, com variações nos tipos de violência predominantes conforme a faixa etária e o sexo das vítimas. A residência é o principal local de ocorrência, evidenciando a prevalência da violência familiar. Cada tipo de violência se destacou em diferentes faixas etárias: negligência foi mais comum entre infantes (61,7%), violência psicológica predominou entre crianças (53,5%), violência sexual também foi mais comum entre crianças (65,1%) e violência física prevaleceu entre adolescentes (59,3%). Em relação ao gênero, 60,1% das vítimas de violência foram mulheres, que representaram a maioria

nas violências física (52,0%), psicológica (64,7%) e sexual (86,7%), enquanto meninos foram as principais vítimas de negligência (53,3%) (Cerqueira; Bueno, 2024).

Abarcados neste universo tão dramático da violência sexual infantil se colocam estudos que buscam identificar e classificar os agressores sexuais infantis.

É importante destacar que atos violentos são influenciados por fatores históricos e culturais (Minayo, 2006). As formas e manifestações dessas práticas mudam com o tempo, portanto precisa-se estudar e pesquisar para manter-se atualizados e desenvolver novas abordagens em relação tanto às crianças vítimas de abuso sexual, quanto aos abusadores.

Na ocorrência de um abuso sexual infantil identificamos facilmente como sujeito de direitos a criança vitimada, mas não podemos ignorar que o agressor também é um sujeito de direito, e mesmo tendo cometido um crime perante a lei e a sociedade merece um procedimento penal que respeite os direitos humanos e lhe seja ofertada possibilidade de tratamento psicossocial adequado.

E a atitude da Bioética diante dos conflitos morais e neste caso, diante dos responsáveis por uma agressão sexual infantil, não é a de estigmatizar ou etiquetar essas pessoas, mas procurar entender as motivações e os contextos que levam ao comportamento abusivo, sem jamais justificar o ato em si, buscando formas de prevenção e reabilitação baseadas em uma compreensão profunda e justificada das causas.

A Bioética de Responsabilidade de Diego Gracia (2016), enfatiza a necessidade de uma abordagem ética que seja global, autônoma e prudente. Ele argumenta que a bioética deve apoiar a transformação democrática, fundamentando-se em uma perspectiva secular, plural e razoável. Gracia destaca ainda a moralidade como um elemento intrínseco à condição humana, essencial para a sobrevivência, e salienta a responsabilidade e justificação das ações como componentes fundamentais da moralidade. Gracia propõe uma ética que não se restringe a contextos específicos, mas que considera a totalidade das circunstâncias e a pluralidade de valores envolvidos.

Portanto Gracia nos oferece um quadro teórico aplicável à abordagem dos abusos sexuais infantis e à análise do comportamento dos agressores sexuais. Sua ética global e autônoma considera todas as circunstâncias e valores envolvidos, exigindo ações preventivas e interventivas holísticas, reconhecendo a dignidade e

autodeterminação de vítimas e agressores. A ênfase de Gracia na responsabilidade e na justificação das ações é particularmente relevante na análise dos agressores sexuais infantis. Ele argumenta que a moralidade é intrínseca à condição humana e que a responsabilidade é um componente essencial (Júdez, 2001). Para os agressores, isso implica que suas ações devem ser avaliadas não apenas em termos de legalidade, mas também de responsabilidade moral. A responsabilidade moral é central, avaliando ações além da legalidade e entendendo motivações e contextos para prevenção e reabilitação. Gracia distingue fatos, valores e deveres (Gracia Guillén, 2002): reconhece dados empíricos sobre prevalência e impactos, valoriza a proteção infantil e justiça, e destaca obrigações morais e legais de proteção, punição justa e prevenção. Sua lógica polivalente e probabilística dos juízos morais permite diferentes perspectivas, crucial para abordar a complexidade dos abusos sexuais infantis, promovendo uma democracia deliberativa onde todas as vozes são consideradas.

Portanto se justifica a intenção desta revisão de escopo que tem como objetivo fazer um mapeamento do perfil do abusador sexual infantil a partir da literatura nos diferentes contextos sociais e Países sem fazer a análise da qualidade metodológica dos estudos incluídos, pois não tem finalidade de encontrar a melhor evidência, mas como foram produzidas (Peters *et al.*, 2015). Acreditamos que mapear os perfis dos abusadores sexuais infantis possa contribuir para planejamento e implementação de ações e políticas públicas eficazes e contextualizados contra a violência sexual infantil e, portanto, de defesa, proteção e de promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Partindo destas considerações vemos a importância do contexto quando falamos em violências, portanto, as perguntas que surgem são:

- No contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes, de que modo os perfis do abusador são impactados / influenciados por contextos sociais específicos?
- Há elementos específicos e próprios no perfil do abusador em cada contexto social?
- Há elementos que se repetem no perfil do abusador em diversos contextos sociais?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Mapear a existência e caracterização de elementos do abuso sexual de criança e adolescente no que diz respeito o perfil do abusador.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) situar o perfil do abusador no contexto social em que estão inseridos;
- b) identificar elementos comuns nos diversos contextos sociais sobre o perfil de abusadores
- c) identificar elementos específicos e próprios no perfil do abusador em cada contexto

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência sexual é um fenômeno complexo e universal, ocorre em todo o mundo, e em todas as classes socioeconômicas causando danos psicológicos e comportamentais nas vítimas. É uma das questões sociais mais alarmantes globalmente, uma problemática que causa efeitos negativos significativos no desenvolvimento completo da vida das vítimas, de suas famílias e da sociedade como um todo. É um delito que, ao longo da história, permaneceu oculto, tornando-se desafiador determinar sua incidência real na sociedade, uma vez que frequentemente ocorre dentro das famílias, sendo encoberto e causando nas vítimas sentimentos de desamparo, o que dificulta a denúncia do ocorrido (Aydillo Pérez, 2019).

O abuso sexual infantil, incluindo agressões sexuais e violações, é considerado um dos crimes mais sérios e prejudiciais, causando danos não apenas físicos, mas principalmente psicológicos às vítimas. Foi encontrada uma ligação entre a experiência de abuso sexual infantil e transtornos psiquiátricos na vida adulta, como transtorno de estresse pós-traumático, transtornos de humor e transtornos psicóticos (Serafim *et al.*, 2009). É um problema generalizado na sociedade, exigindo um equilíbrio entre direitos individuais e segurança pública. Uma vez relatado, o Estado tem a responsabilidade de garantir os direitos da vítima, em conformidade com os tratados internacionais. A Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece o interesse superior da criança como prioridade, destacando a importância de compreender e abordar o problema do agressor sexual para proteger as crianças e cumprir o compromisso do Estado com os direitos dos cidadãos (Yesuron, 2015).

Segundo o Boletim epidemiológico com as notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021 (Brasil, 2024) a violência sexual contra crianças e adolescentes assume uma variedade de relações pessoais, sociais, políticas e culturais, geralmente determinadas por assimetria de poder, que devido à sua ação de alienação e imposição de propriedade, despersonaliza o ser humano como um indivíduo e o tipifica como um objeto, sem qualquer autonomia. É um problema sociocultural e um grave problema de saúde pública que viola os direitos humanos e requer esforços conjuntos do poder público e da sociedade para enfrentar

e cumprir sua prática, com o objetivo de reduzir a lacuna persistente entre o cenário jurídico e o cotidiano das cidades brasileiras.

A definição de violência sexual infantil, segundo o relatório de estatísticas da UNICEF (2014), inclui qualquer atividade sexual imposta por um adulto a uma criança, abrangendo incentivos ou coerção para atividades ilegais ou prejudiciais, exploração em atividades sexuais comerciais, utilização em imagens de abuso sexual, prostituição infantil, escravidão sexual, exploração sexual em turismo, tráfico para exploração sexual, venda para fins sexuais e casamento forçado. Além disso, atividades sexuais entre crianças também são consideradas abuso se houver uma diferença significativa de idade ou uso de poder e ameaças, exceto em casos de consenso entre crianças acima da idade limite definida pelo Estado.

A violência sexual abrange uma variedade de atos, incluindo contato sexual sem consentimento, tentativas de contato sexual não consensual, atos sexuais sem contato, como voyeurismo e assédio, bem como tráfico sexual de indivíduos incapazes de consentir ou recusar. A exploração pela internet também se enquadra nessa definição. Essas formas de violência podem se manifestar através de abuso sexual, assédio, tráfico infantil para fins sexuais, estupro e exploração sexual na prostituição ou pornografia (ANCED; MNDH, 2021).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990) de acordo com o artigo 2º, considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos. A partir desta idade, serão consideradas adolescentes. Já a ONU considera criança a pessoa de até dez anos incompletos, enfatizo isso porque em alguns estudos encontraremos a definição do ECA e na literatura internacional se utiliza a definição da ONU (Brasil, 1990).

A OMS, em 2017 nas diretrizes clínicas direcionada aos profissionais de saúde, classifica o abuso sexual infantil em três tipos distintos: abuso sexual sem contato (ameaças de abuso sexual, assédio sexual verbal, solicitação sexual, exposição indecente, exposição da criança à pornografia por exemplo); abuso sexual com contato envolvendo intercursos sexual (agressão sexual ou estupro, por exemplo) e, abuso sexual com contato, mas sem intercursos sexual, porém incluindo outros atos tais como toques inapropriados, beijos e carícias (World Health Organization, 2017).

Refletindo sobre a relação entre bioética e abuso sexual infantil, e levando em consideração os princípios centrais da ética ocidental (autonomia, beneficência, não

maleficência e justiça), conforme propostos por Beauchamp e Childress em 1979, é evidente que esses princípios são violados quando ocorre violência sexual contra crianças e adolescentes. Esses princípios não se limitam a discussões filosóficas, mas também se aplicam à resolução de dilemas morais imediatos. De acordo com Morales e Schramm (2002), os princípios hipocráticos de beneficência e não-maleficência são ignorados na dinâmica do abuso sexual infantil, pois ocorrem danos físicos e morais à vítima. O princípio da justiça também é comprometido, uma vez que há uma clara assimetria de poder entre o adulto e o menor. Além disso, o respeito à autonomia é inexistente, pois a criança, devido à desigualdade inerente na relação adulto/criança, não tem a capacidade de exercê-la. O menor agredido torna-se duplamente vulnerável, podendo ser vitimizado não apenas pelo agressor, mas também pelo sistema que investiga as denúncias. A legislação atual tende a focar mais na punição do culpado do que no alívio do sofrimento da vítima. Durante o processo de investigação, a criança vítima revive sentimentos intensos de ansiedade, angústia, medo, raiva e vergonha, resultando em uma revitimização.

Como falamos antes, a violência contra a criança baseia-se principalmente em relações de poder nas quais o agressor conquista a confiança da criança dando-lhe particular atenção e em seguida começa a violar a privacidade da criança com conversas e contato de cunho sexual, iniciando assim uma relação sexualizada. O agressor normalmente justifica a sua conduta com o pretexto de que são experiências normais e instrutivas (Chiesa; Goldson, 2017).

Sobre a relação entre um adulto e um criança, Teodoro (2022, p. 1587) explica:

A violência sexual transforma a relação humana entre adultos e crianças em uma relação desumana, com toda a perversidade e o egoísmo que possam existir. Trata-se de uma dominação exercida pelo adulto, que traz elementos históricos sociais intrínsecos no cotidiano, capazes de revelar as relações de poder, a coerção e a desigualdade de gênero. O poder do adulto é exercido devido a sua capacidade mental, física e social, em relação à criança, que por sua idade encontra-se em submissão àquele que lhe detém a autoridade. Nessa relação, a criança é considerada um objeto do agressor, que tira seus direitos nos aspectos mais íntimos, causando uma ferida que em muitos casos demora muito para cicatrizar.

Chiesa e Goldson (2017) ainda enfatizam que o abuso sexual infantil apresenta desafios significativos e é uma forma complexa de maus-tratos infantis que apesar de ter definições claras legal e medicamente, sua operacionalização nos contextos do mundo real é difícil. Fatores sociais, normas culturais e casos de grande repercussão

envolvendo figuras públicas e a influência da Internet ampliaram a conscientização sobre o fenômeno, ao mesmo tempo em que aumentaram sua complexidade.

O impacto do abuso sexual na infância varia de pessoa para pessoa, influenciando significativamente o desenvolvimento emocional, social e mental. Essa influência está relacionada à vulnerabilidade, resiliência, fatores de risco e proteção, incluindo recursos financeiros, habilidades familiares para lidar com a situação e a disponibilidade de tratamento (Habigzang *et al.*, 2005).

Segundo Filla Rosaneli *et al.*, (2022, p. 92) a criança está exposta a vulnerabilidades primeiramente devido à sua natural dependência, mas para além disso está imersa em uma situação de vulnerabilidade moral como explica:

a criança é colocada em uma situação de vulnerabilidade moral na medida em há uma visão de mundo que a desacredita, que a infantiliza, que a exclui da possibilidade de ser ela mesmo sujeito de sua história e seu futuro.

De fato, a cultura de todas as latitudes assume a atitude de descrédito diante das crianças e por isso a grande dificuldade em confiar nas revelações de crianças e adolescentes reforçando a cultura do silêncio e abrindo altas possibilidades de revitimizações das mesmas.

A Bioética da Proteção oferece contribuições importantes para o discurso, pois se concentra na proteção de indivíduos vulneráveis e na prevenção de danos. Primeiramente, enfatiza o princípio de justiça e equidade, priorizando os vulnerados, como as crianças, que necessitam de proteção especial e justiça efetiva para prevenir abusos e tratar adequadamente os agressores (Rodrigues; Schramm, 2022). A abordagem da Bioética da Proteção destaca a necessidade de proteger os direitos humanos das crianças, fornecendo os recursos e suporte necessários para garantir um ambiente seguro e saudável. Isso inclui medidas preventivas e punições adequadas para agressores, garantindo a segurança infantil. Reconhecendo a vulnerabilidade das crianças, se propõe um enfoque que busca criar condições para que superem situações de vulnerabilidade por meio de apoio social, educacional e psicológico. Portanto se destaca a responsabilidade da sociedade em proteger seus membros mais vulneráveis, incluindo crianças, contra abusos. Isso envolve a criação de políticas e práticas que previnam abusos sexuais e tratem agressores de maneira justa e eficaz, prevenindo a reincidência. A Bioética da Proteção também sugere a importância da educação e conscientização sobre os direitos das crianças e os

perigos dos abusos sexuais, ajudando a criar uma cultura de proteção e respeito que previna abusos antes que ocorram. Essas contribuições demonstram como a Bioética da Proteção pode ser uma ferramenta poderosa para abordar problemas complexos de abusos sexuais infantis, promovendo justiça, equidade e uma abordagem preventiva e educativa para a proteção das crianças (Schramm, 2008).

2.2 AGRESSOR SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Como já indicado acima, compreender os diferentes tipos de agressores é importante na busca de mapear as causas da agressão – para fins de prevenção e ações educativas - mas não se estimula uma classificação rígida, determinista ou reducionista, visto que há uma multiplicidade de fatores que podem variar de uma pessoa para outra.

Tipologia do agressor

Encontramos na literatura variadas formas de categorizar e definir o agressor sexual infantil. E no texto a seguir vamos percorrer algumas dessas categorias encontradas em vários autores.

De acordo com especialistas, os agressores sexuais de crianças e adolescentes são divididos em duas principais categorias: pedófilos e molestadores. Ambos têm alguma forma de vantagem, geralmente possuem fácil acesso e ocupam um nível hierárquico e de desenvolvimento superior ao da vítima. Em muitos casos, o agressor é alguém próximo, como um parente ou amigo íntimo da família, seja adulto ou adolescente, com uma diferença de pelo menos cinco anos em relação à idade da vítima (Libório; Castro, 2010) (Libório; Castro, 2010)

É necessário notar que o molestador sexual nem sempre manifesta um interesse forte e contínuo por crianças, ao contrário do pedófilo. Além disso, o molestador não envolve a criança ou adolescente em atividades de exploração sexual comercial, distinguindo-se assim do aliciador que tem esse papel de induzir e seduzir menores para cometerem diversos crimes (Libório; Castro, 2010). Geralmente, os molestadores têm motivações diversas para seus crimes, como disponibilidade, oportunidade e curiosidade. Suas motivações originam-se, em grande parte, de distúrbios formais da preferência sexual, diferenciando-os dos pedófilos (Serafim et al., 2009).

É importante destacar a diferença entre abusador sexual e pedófilo, ressaltando que nem todo abusador sexual de crianças é necessariamente um pedófilo. Não se deve categoricamente rotular como pedófilos as pessoas condenadas ou mesmo acusadas de crimes sexuais contra crianças, embora a terminologia não científica comumente utilize esse termo para se referir a todas as pessoas acusadas de tais crimes.

Baltieri (2013) diferencia alguns termos para distinguir entre pedófilos, aproveitadores ou oportunistas, molestadores de crianças não pedófilos. *Pedófilos*: Indivíduos com transtorno psiquiátrico crônico caracterizado por fantasias, atividades, comportamentos ou práticas sexuais intensas e recorrentes (que persistam por pelo menos seis meses) envolvendo crianças ou adolescentes menores de 14 anos de idade. Esses indivíduos são sexualmente atraídos exclusivamente, ou quase exclusivamente, por crianças ou púberes. Nem todos os pedófilos cometem abusos sexuais, mas têm fantasias desviadas que podem se tornar iminentes sob certos fatores psicossociais, como doenças afetivas, estresse psicológico intenso e abuso de substâncias psicoativas, como o álcool. *Aproveitadores ou Oportunistas*: Indivíduos que abusam de crianças de forma impulsiva ou oportunística. Esses indivíduos podem não ter um padrão crônico de comportamento sexual desviado, mas cometem atos de abuso sexual contra crianças devido a oportunidades ou circunstâncias momentâneas. Eles não são necessariamente diagnosticados com pedofilia, mas cometem abusos por disponibilidade da vítima em um determinado momento e situação. *Molestadores de Crianças Não Pedófilos*: Alguns agressores sexuais de crianças não preenchem os critérios para o diagnóstico de pedofilia. Em uma pesquisa, apenas 20% dos molestadores de crianças condenados preenchiam esses critérios, enquanto entre os agressores sexuais de adolescentes, apenas 5% preenchiam os critérios diagnósticos para pedofilia. Isso sugere que a maioria dos molestadores de crianças não são pedófilos, mas sim indivíduos que cometem abusos por outras razões (Baltieri, 2013, p. 124). Essas categorias destacam a complexidade dos perfis dos agressores sexuais infantis e a necessidade de avaliações diagnósticas e intervenções psicossociais específicas para cada caso.

Etapechusk (2017) sublinha que o pedófilo mesmo tendo uma clara preferência sexual por crianças pré-púberes, pode manter fantasias sem necessariamente cometer um ato sexual, o abusador sexual pode ter várias motivações para seus

crimes, que nem sempre estão relacionadas diretamente ao desejo sexual. Enquanto o pedófilo busca estabelecer vínculos amorosos com a criança, o abusador pode agir por conveniência ou oportunidade, aproveitando-se da vulnerabilidade da vítima.

Baltieri (2013) ainda enfatiza que o termo agressor sexual se refere à pessoa que comete um crime sexual, conforme definido pelas leis locais em um determinado contexto histórico e cultural. Não é um conceito médico, mas sim social e jurídico, o que impede uma associação imediata com algum transtorno mental específico. Os agressores sexuais são predominantemente homens e constituem um grupo muito diversificado, enquanto as mulheres agressoras sexuais, embora numericamente menores, foram menos investigadas.

Segundo Barros (2017), existe uma distinção entre os conceitos de pedófilo e molestatador sexual de crianças/adolescentes, embora muitas vezes sejam erroneamente utilizados como sinônimos. A vulnerabilidade psíquica, como exposição a estresse intenso ou situações de pressão emocional, pode levar um pedófilo a agir do pensamento à ação, possivelmente como uma forma de aliviar a pressão psíquica. Enquanto o desejo sexual é uma característica central no pedófilo, no molestatador sexual, as motivações podem variar, incluindo sadismo, busca por poder e prazer em infligir dor e violência extrema à vítima. O termo agressor sexual refere-se àquele que comete um crime sexual, conforme definido legalmente, e a categorização em grupos de agressores sexuais é realizada globalmente por pesquisadores para facilitar intervenções clínicas, jurídicas e avaliações de riscos.

Em síntese, o que estamos tratando aqui são de agressores sexuais, independentemente das motivações ou se estes indivíduos podem ou não ser caracterizados como pedófilos, molestatadores, agressores ou aliciadores. Estamos falando de pessoas que ao molestar, agredir ou abusar, causaram desconforto, incômodo ou perturbação em alguém, e que em suas atitudes tenham agido com ou sem ataques e agressões.

Uma distinção comum no contexto de agressores sexuais de crianças está relacionada à natureza da relação entre o agressor e a criança, resultando em duas categorias: abusador sexual intrafamiliar e abusador sexual extrafamiliar. O abuso sexual intrafamiliar ocorre quando o agressor é parte da família da criança, enquanto o abuso sexual extrafamiliar refere-se a situações em que a criança não faz parte da

família do agressor. Essa tipologia é considerada útil para abordar a diversidade de situações no contexto do abuso sexual infantil (Camilleri; Quinsey, 2008).

Entendendo alguns conceitos: Pedofilia – Hebefilia - Pedohebefilia

A prática da pedofilia é antiga, global, envolvendo diversos grupos étnicos e culturais, independente de classe socioeconômica, abrangendo aspectos educacionais, legais e de saúde pública. Nos últimos anos, a incidência desse fenômeno tem aumentado, principalmente devido à fácil acessibilidade ao material pornográfico infantil disponível na internet. No Brasil, o país está classificado globalmente em casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, sendo mais comum buscar punição legal do que tratamento clínico para os envolvidos (Barros, 2017).

O termo pedofilia tem origem na palavra grega "paidophilos" (paidós = criança; philia = amor, afinidade). Inicialmente, essa palavra se referia ao amor e cuidado de um adulto por crianças. Com o tempo, assumiu o significado que tem hoje como interesse sexual em crianças.

Segundo Stephens *et al.* (2019), o interesse sexual em crianças é um termo abrangente que engloba a atração sexual por crianças pré-púberes (pedofilia), púberes (hebefilia) ou tanto pré-púberes quanto púberes (pedohebefilia). Esse tipo de interesse é destacado em quase todos os modelos teóricos que abordam crimes sexuais envolvendo crianças.

A pedofilia é classificada pela OMS como uma doença, já a hebefilia não é listada como doença ou desordem sexual. O termo pedofilia, embora frequentemente associado à violência sexual infantil, refere-se mais precisamente a um transtorno parafílico. Para muitos autores, não implica necessariamente em comportamentos criminosos, e na maioria dos casos não ocorrem atos ilícitos. Há consenso de que os portadores de pedofilia podem manter seus desejos em segredo ao longo da vida, sem agir sobre eles. Podem se casar com pessoas que têm filhos ou escolher profissões que proporcionem fácil acesso a crianças, mas raramente causam danos. Em contraste, molestadores de crianças geralmente têm motivações diversas para seus crimes, muitas vezes sem originar-se de transtornos formais da preferência sexual (Serafim *et al.*, 2009).

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V (2014) o transtorno pedofílico está classificado como transtorno parafílico e explica o termo parafilia

O termo parafilia representa qualquer interesse sexual intenso e persistente que não aquele voltado para a estimulação genital ou para carícias preliminares com parceiros humanos que consentem e apresentam fenótipo normal e maturidade física. (...)

(...) Um transtorno parafílico é uma parafilia que está causando sofrimento ou prejuízo ao indivíduo ou uma parafilia cuja satisfação implica dano ou risco de dano pessoal a outros. Uma parafilia é condição necessária, mas não suficiente, para que se tenha um transtorno parafílico, e uma parafilia por si só não necessariamente justifica ou requer intervenção clínica (American Psychiatric Association, 2014, p. 685).

Essa concepção de intensidade e persistência do desejo sexual a que se refere do DSM-V deve ser cuidadosamente reconsiderada em situações complexas, como no caso de desejos relacionados a pessoas muito idosas, doentes e outras circunstâncias especiais. Pois, a partir dessa concepção do conceito, podemos dizer que “nesses casos, o termo parafilia pode ser definido como qualquer interesse sexual maior ou igual a interesses sexuais normofílicos” (American Psychiatric Association, 2014, p. 685).

Para o diagnóstico de um transtorno, deve-se considerar se há prejuízo para si mesmo ou para os outros. Nesse contexto, a preferência pode se manifestar de diversas formas, como pensamentos, comportamentos sexuais, fantasias, entre outros. Contudo, isso não necessariamente causa sofrimento ao indivíduo ou a outras pessoas. Uma pessoa com transtorno pedofílico pode passar a vida inteira sem cometer nenhum abuso ou violência contra crianças e adolescentes, e isso pode se manter se o sujeito busca ajuda. De fato, existem tratamentos que podem auxiliar na busca por qualidade de vida e na prevenção de possíveis abusos.

Segundo Murray (2000), pedófilos e molestadores de crianças apresentam algumas características em comum. A maioria pertence ao sexo masculino e pode identificar-se como heterossexual, homossexual ou bissexual. Alguns, embora tenham preferência por parceiros adultos, optam por crianças devido à sua disponibilidade e vulnerabilidade. O abuso sexual perpetrado pode se manifestar como um único incidente, envolvendo apenas carícias, sendo uma explosão em crianças pequenas. A faixa etária dos perpetradores varia desde a adolescência até a meia-idade. Quanto ao gênero das vítimas na maioria das vezes são do sexo feminino,

e o perpetrador geralmente é um parente, amigo ou vizinho. O cenário comum para esses incidentes é frequentemente a residência da vítima. É comum que os agressores aleguem terem sido vítimas de abuso sexual infantil em sua própria história. Os perfis psicológicos são ferramentas úteis para entender esse comportamento, no entanto, sua aplicação é comprometida em parte devido ao fato de muitos perpetradores estarem detidos, e a falta de grupos de controle adequados para pesquisa nesse contexto.

Serafim *et al.* (2009) classifica os pedófilos em pedófilos abusadores e pedófilos molestadores. O pedófilo abusador é geralmente uma pessoa imatura que, em algum momento da vida, descobre que pode obter satisfação sexual com crianças. Geralmente solitário, esse tipo de pedófilo se envolve em comportamentos menos invasivos, como carícias discretas, e evita a violência, o que torna difícil perceber o abuso. Eles têm propensão a se envolver com pornografia infantil, seja online ou através de fotos diferentes de molestadores. O pedófilo molestatador se destaca por um padrão de comportamento invasivo, frequentemente recorrendo à violência. Esse tipo pode ser subdividido em molestadores situacionais e preferenciais, caracterizando-se por comportamento agressivo.

Para Baltieri (2013) aqueles que sofrem de pedofilia não apresentam comprometimento intelectual e, assim, têm plena consciência das consequências negativas de suas ações prejudiciais. No entanto, é também comum que os indivíduos com pedofilia possuam uma diminuição em sua capacidade de controlar impulsos, desejos e comportamentos sexuais em relação a crianças, afetando a sua volição. Pode-se observar algum nível de prejuízo em sua capacidade de sentir culpa, característico desse grave transtorno psiquiátrico. Em casos de abuso ou agressão sexual contra crianças, nem todos os agressores são pedófilos, e nem todo indivíduo diagnosticado com pedofilia necessariamente pratica abusos. Alguns agressores podem agir de maneira oportunista, escolhendo menores disponíveis em um momento específico. Por outro lado, mesmo que muitos pedófilos não concretizem suas fantasias, fatores como doenças afetivas, estresse psicológico e abuso de substâncias podem facilitar a expressão desse comportamento quando há acesso a crianças.

Um estudo de Becerra García (2009) aborda a diferenciação entre pedófilos e hebéfilos com base na idade das crianças escolhidas como alvo sexual. Pedófilos referem-se a adultos que selecionam crianças de 12 anos ou menos, enquanto

hebéfilos escolhem adolescentes com mais de 12 anos. As atividades sexuais desses indivíduos incluem exibicionismo, voyeurismo, carícias, masturbação na presença dos menores, sexo oral e penetração. O desenvolvimento do sistema nervoso central é destacado como crucial na formação da conduta sexual, influenciado por fatores genéticos, neuroquímicos, nutricionais e ambientais. Eventos adversos nesse desenvolvimento são considerados fatores etiológicos para a pedofilia. Estudos exploram a relação entre abusos na infância e o desenvolvimento da pedofilia, enquanto outros investigam diferenças neuropsiquiátricas entre pedófilos e diferentes grupos populacionais com o objetivo de compreender as condições que levam à atração sexual por crianças, abordando também alterações neurais, estruturais e funcionais associadas à pedofilia.

Um estudo conduzido por Cantor *et al.* (2004), revelou que homens com pedofilia apresentam desempenho inferior em testes de memória verbal e visuoespacial em comparação com homens sem esse transtorno. Essas descobertas neuropsiquiátricas parecem estar associadas a anormalidades no funcionamento do cérebro. Outros estudos de imagem também foram conduzidos para investigar possíveis alterações no cérebro de pessoas com pedofilia. Schiffer *et al.* (2007) observaram que homens com pedofilia apresentam menor volume de substância cinzenta em regiões frontoestriatais, enquanto Cantor *et al.* (2008) identificaram menores volumes de substância branca nos lobos temporal e parietal em homens com pedofilia em comparação com criminosos não sexuais.

O perfil do pedófilo é diverso e não pode ser reduzido a características únicas. Eles podem ser de qualquer gênero, ter diferentes níveis educacionais e não recorrem necessariamente à violência física. Em vez disso, utilizam estratégias como o aliciamento e a sedução para conquistar a confiança da criança. Ambientes familiares conturbados e experiências de infância em famílias desestruturadas podem aumentar o risco de desenvolver a pedofilia. Pedófilos muitas vezes buscam relacionamentos com crianças para compensar carências emocionais precoces e podem sentir que têm mais sucesso sexual com elas do que com adultos. A pedofilia não está restrita a uma classe social específica, e o histórico de abuso sexual não determina necessariamente comportamentos futuros. Pedófilos interpretam erroneamente o comportamento infantil como convites para atividades sexuais, sem considerar sua maturação física e psicológica. Alguns estereótipos sugerem que pedófilos são indivíduos sexualmente

frustrados que buscam controle sobre crianças devido à sua incapacidade de se relacionar com adultos, enquanto outros podem encontrar satisfação sexual apenas com crianças devido à solidão ou falta de habilidades sociais (Etapchusk, 2017).

De acordo com Rangel (Rangel, 2013), os pedófilos preferenciais possuem tendências para distúrbios psicopáticos, tratando as crianças como objetos sexuais para sua própria gratificação, usando o poder de intimidação e controle. Esses indivíduos são vorazes em seus anseios, instilando medo em suas vítimas e as manipulando para satisfazer seus próprios desejos. Os pedófilos podem manifestar seus desejos de várias maneiras, desde simples observação até atividades como masturbação na presença de crianças ou adolescentes, que podem envolver elementos de voyeurismo, exibicionismo e agressão física.

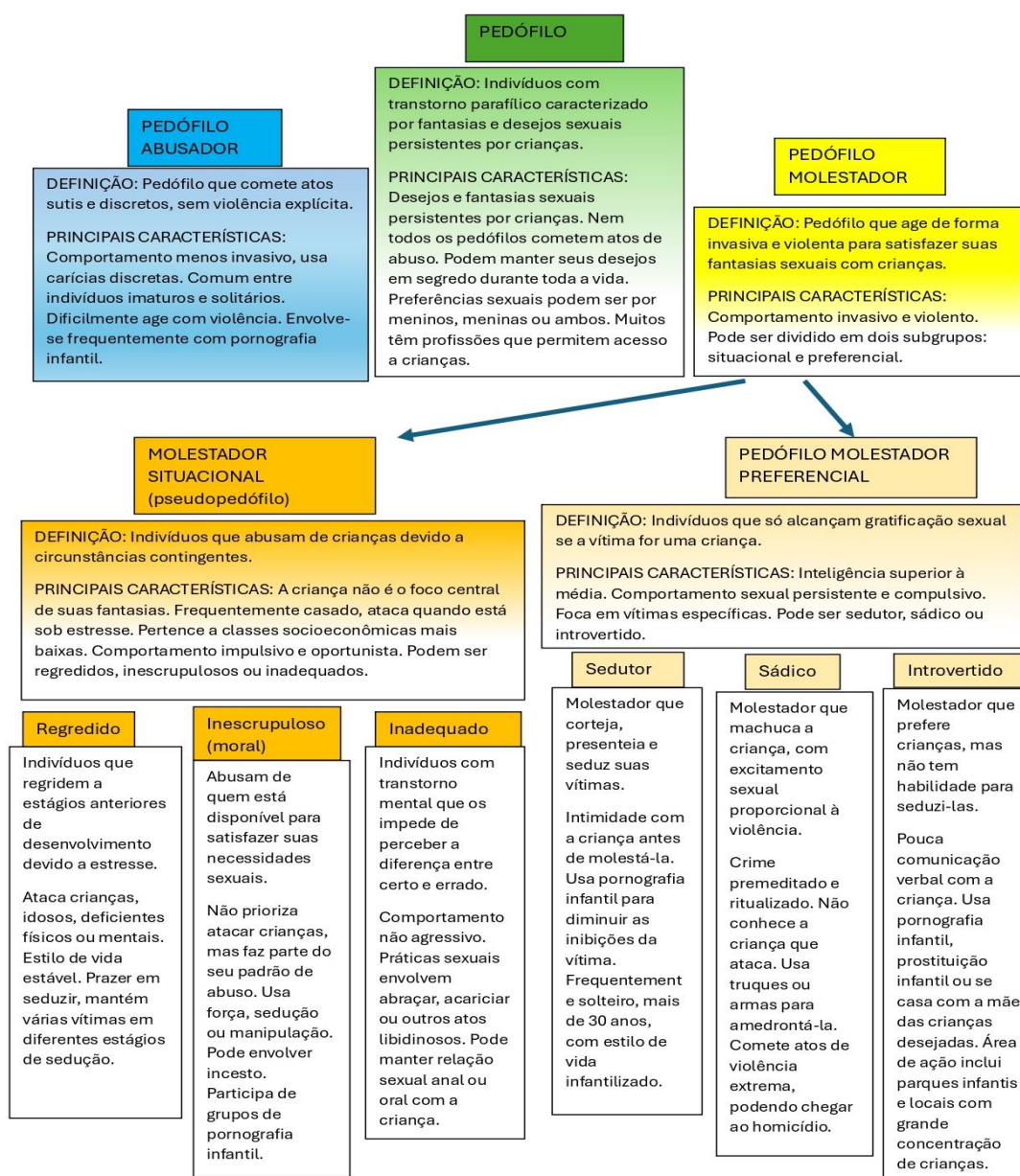
De acordo com Arias e Lafarga (2009) é importante diferenciar entre pedofilia e abuso sexual infantil. Embora pedófilos abusem sexualmente de crianças para satisfazer seus impulsos sexuais, existem abusadores que não são pedófilos, mas que têm uma orientação sexual voltada para adultos e, em situações de estresse, raiva ou isolamento, podem cometer abusos contra menores. Os autores afirmam que não há um perfil claro de pedófilo. Eles podem ser homens ou mulheres (sendo as mulheres minoria), jovens ou idosos, cultos ou incultos, heterossexuais ou homossexuais, e podem conhecer ou não a vítima. Suas ações podem variar desde a masturbação e uso de pornografia infantil até toques inapropriados e estupro, utilizando desde a violência até técnicas sutis de manipulação. Salientam que a pedofilia pode ser classificada como primária quando está profundamente enraizada no indivíduo, ou secundária quando está associada a outro transtorno psicopatológico, como retardo mental, demência degenerativa ou alcoolismo. Além disso, os pedófilos podem ser do tipo exclusivo (atração apenas por menores) ou não exclusivo (atração por menores e adultos).

E trazemos aqui também uma reflexão bioética que defende a responsabilização dos agressores sexuais infantis, garantindo justiça justa e adequada, mas também instiga a promover intervenções terapêuticas para a reabilitação, visando reduzir a reincidência e proteger futuras vítimas. Este enfoque respeita a dignidade humana dos agressores, evitando práticas punitivas desumanas e equilibrando a proteção da sociedade com os direitos humanos dos indivíduos. Além disso, através desta visão da bioética podemos ver os agressores como pessoas que

foram vulneradas, reconhecendo que muitos agressores sofreram traumas na infância, enfatizando assim a necessidade de cuidar dessas pessoas de maneira ética e eficaz como parte do processo de reabilitação.

Depois da leitura de todos esses artigos sobre pedofilia, tentarei resumir o que foi dito em um quadro (figura 1), que principalmente se inspira nas definições, características e tipologias segundo Serafim *et al.* (2009).

Figura 1 – Pedofilia – categorias e subcategorias



Fonte: elaborado pela autora, 2024 – baseado nas tipologias definidas por (Serafim *et al.*, 2009)

3 MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão de escopo (RE), que se caracteriza por ser uma metodologia que possibilita uma abordagem ampliada de determinado tema de pesquisa, incluindo estudos sob diferentes métodos e visa mapear evidências publicadas na literatura científica sobre determinado assunto. Portanto consiste em um instrumento para a identificação da extensão, do alcance e da natureza das pesquisas, além de verificar lacunas do conhecimento sobre a temática em estudo (Peters *et al.*, 2015).

Ressalta-se que todas as etapas e procedimentos metodológicos desta RE foram fundamentados nas recomendações do Joanna Briggs Institute (JBI) e PRISMA Extension for Scoping Reviews (Peters *et al.*, 2015; Tricco *et al.*, 2018).

Este estudo foi desenvolvido seguindo cinco etapas estabelecidas para a RE: 1) identificação da questão de pesquisa e elaboração do protocolo de busca; 2) identificação de estudos relevantes; que viabilizassem a amplitude e abrangência dos propósitos da revisão; 3) seleção dos estudos, conforme os critérios predefinidos; 4) extração de dados e análise de resultados; 5) comunicação dos resultados (Arksey; O'Malley, 2005).

A princípio foi realizada uma busca preliminar, em junho de 2023, para verificar RE sobre o tema no MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS e Web of Science, e na Open Science Framework (OSF), e verificou-se que não existe estudo publicado e em andamento, conforme recomenda a JBI.

O presente estudo iniciou-se com o desenvolvimento de um protocolo (Apêndice A) para esta RE e registrado na OSF conforme é recomendado no PRISMA-ScR (Tricco *et al.*, 2018) sob nº DOI 10.17605/OSF.IO/MQJT8, com critérios de inclusão e exclusão que se reportaram para os objetivos e questão de revisão.

3.1 ETAPA 1: IDENTIFICAÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA E ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE BUSCA

A construção da questão de pesquisa e delimitação do objetivo desta Revisão de Escopo (RE) foi definida utilizando a estratégia acrônimo referente a População, Conceito e Contexto (PCC). A descrição da estratégia utilizada pode ser observada no Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição da estratégia PCC

PCC		Descritores
População		Abusadores sexuais infantis
Conceito		Perfil do abusador sexual infantil
Contexto		Países e contextos sociais diferentes

Fonte: elaborado pela autora, 2024

Desta forma, definiu-se a pergunta principal de pesquisa:

No contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes, quais os perfis dos agressores sexuais infantis em diversos contextos sociais e diferentes países?

Com duas perguntas subsequentes:

a) Há elementos específicos e próprios no perfil do abusador em cada contexto social?

b) Há elementos que se repetem no perfil do abusador em diversos contextos sociais?

A estratégia de pesquisa iniciou-se com a identificação dos descritores para a busca nas bases de dados, utilizando-se dos vocabulários estruturados MeSH e DeCS e foram obtidos os seguintes descritores para esta pesquisa: Abuso Sexual na Infância; Delitos sexuais; Meio social; Pedofilia, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – descritores e definições encontradas nos vocabulários estruturados

DESCRIPTOR	DEFINIÇÃO
<i>Abuso sexual na infância, child abuse, sexual, abuso sexual infantil, violence sexuelle chez l'enfant</i>	Abuso sexual de crianças ou menores.
<i>Delitos Sexuais, sex offenses, delitos sexuales, infractions sexuelles</i>	Qualquer violação dos códigos legais ou morais estabelecidos a respeito do comportamento sexual. Violência sexual: É o abuso de poder, no qual um indivíduo é usado para gratificação sexual de outro indivíduo, através da indução a práticas sexuais, com ou sem violência física.
<i>Meio Social, social Environment, médio social, environnement social</i>	O agregado de instituições sociais e culturais, formas, padrões e processos que influenciam a vida de um indivíduo ou comunidade.
<i>Pedofilia, pedophilia, pedofilia, pédophilie</i>	Transtorno sexual que ocorre em uma pessoa a partir dos 16 anos de idade e é recorrente com intensas fantasias e desejos sexuais ou comportamentos que envolvem a atividade sexual com uma criança pré-púbere (geralmente menores de 13 anos). (Tradução livre do original: APA, DSM-IV, 1984)

Fonte: elaborado pela autora, 2024

A busca em base de dados eletrônica tem como objetivo evidenciar a definição de termos ou palavras-chave. Portanto após a localização dos descritores, iniciou-se a busca nas bases de dados MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS e Web of Science, com as palavras chaves e termos de indexação: *"child abuse sexual" and "sex offenders"*; *"sex offenders" and "social environment"*; *pedophiles and "sex offenders"*.

3.2 ETAPA 2 E 3: IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS ESTUDOS RELEVANTES

Quanto aos critérios de elegibilidade, foram incluídos nesta revisão estudos publicados no período dos anos de 2014 a 2023 em qualquer idioma, bem como fontes de estudos/literatura cinzenta que incluem capítulos de livros, relatórios governamentais e dissertações que respondessem à questão de pesquisa.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão para a seleção das produções científicas analisadas nesta revisão:

População: estudos que falem de adultos abusadores sexuais de crianças e adolescentes. Serão excluídos estudos que manifestem preconceitos e discriminação étnica, religiosa ou de gênero.

Conceito: estudos que falem sobre o perfil do abusador sexual infantil. Serão excluídos estudos que falem de perfis de outros tipos de abusadores que não sejam a violência sexual.

Contexto: estudos de qualquer região do mundo, que falem de violência sexual infantil.

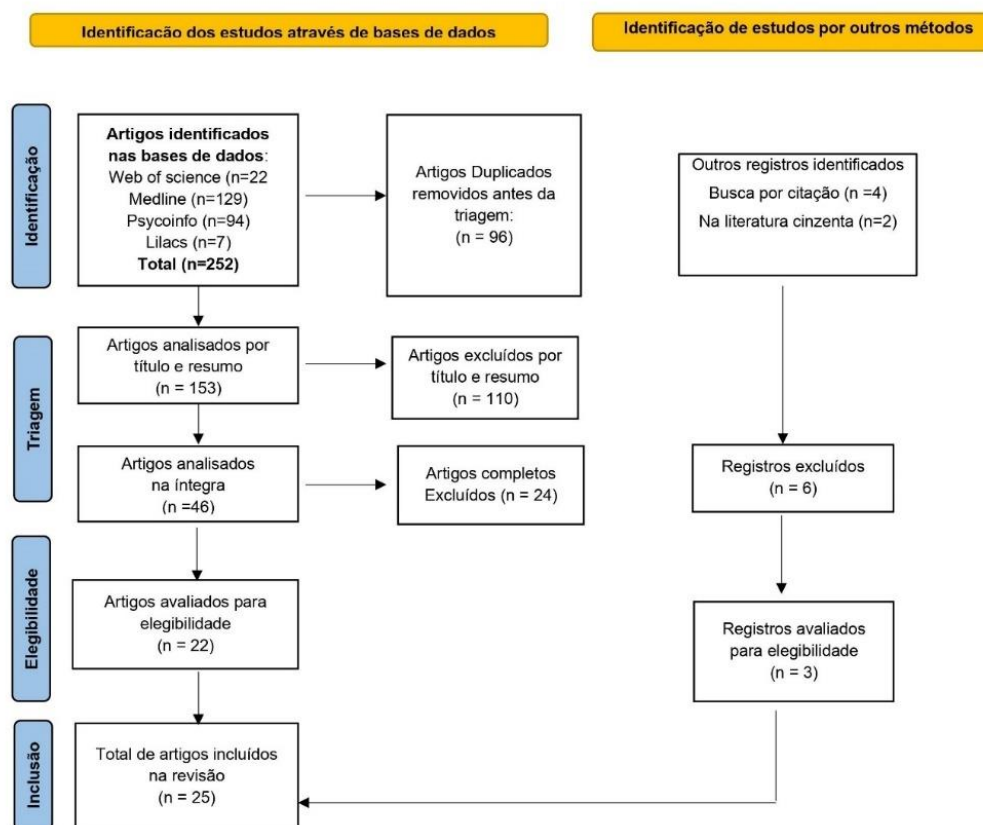
A pré-seleção dos estudos foi feita por dois revisores independentes e aconteceu mediante leitura inicial do título e resumo, seguindo-se com a exclusão dos estudos que não atenderam ao objetivo proposto e as duplicatas, sendo incluídos os materiais encontrados na primeira fonte. Posteriormente os documentos foram lidos na íntegra, sendo incluídos apenas estudos que respondem aos critérios adotados.

A busca inicial de artigos de todas as fontes rendeu 252 resultados que foram incorporados no software Rayyan QCRIG e 96 artigos em duplicata foram desconsiderados. Os títulos e os resumos das 156 publicações potencialmente relevantes encontradas nas bases de dados foram lidos por dois revisores e selecionados conforme os critérios de inclusão. Após a leitura dos títulos e resumos, 110 foram excluídos por não atenderem ao objetivo desta revisão. O próximo passo foi confirmar a elegibilidade dos artigos pela dupla de revisores por meio de sua leitura

completa dos 46 artigos, resultando a exclusão de 24 artigos e permanecendo 22 artigos. As divergências sobre a seleção dos estudos e extração de dados foram resolvidas por consenso e discussão entre os revisores. Após a leitura das referências dos artigos selecionados foram incluídos ainda 3 artigos resultando um total de 25 artigos a serem incorporados nesta RE. As justificativas para exclusão dos artigos com texto completo, assim como todo o processo de triagem e seleção dos artigos estão dispostos segundo o fluxograma Prisma sugeridos para as RE, conforme a figura 2.

Figura 2 – Fluxograma PRISMA

PRISMA 2020 Fluxograma



Traduzido por: Verónica Abreu*, Sónia Gonçalves-Lopes*, José Luís Sousa* e Verónica Oliveira / *ESS Jean Piaget - Vila Nova de Gaia - Portugal
de: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

Fonte: elaborado pela autora, 2024

3.3 ETAPA 4 E 5: EXTRAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE DOS RESULTADOS E COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados extraídos de artigos incluídos na revisão de escopo foram feitos por dois revisores independentes usando uma ferramenta de extração de dados desenvolvida pelos mesmos, conforme protocolo adaptado do JBI e inseridos numa planilha no Microsoft Excel 2010, no qual constou detalhes específicos sobre a população, conceito, contexto, métodos de estudo e principais descobertas relevantes para a pergunta de revisão: (consulte Apêndice B)

Apêndice B - Instrumento de extração dos dados

- *Sobre o estudo*: Título, citação, ano, País, método, local, público-alvo, objetivo do estudo, resultados gerais.
- *Identificações de características pessoais*: Características comportamentais, emocionais, psicológicas, uso de substâncias, percepção sobre sua própria sexualidade, agressor sofreu abuso sexual na infância.
- *Identificações de características ligadas ao ato do abuso*: proximidade do agressor com a vítima, contexto e gravidade do abuso.
- *Identificação de características ligadas ao contexto do agressor*: contextos e antecedentes familiares; aspectos educacionais e socioeconômicos; elementos culturais; aspectos religiosos.

Para análise dos dados e posterior elaboração da dissertação foi utilizada uma matriz de síntese que contemplou as informações extraídas, constando da caracterização dos estudos, síntese e categorização dos principais resultados.

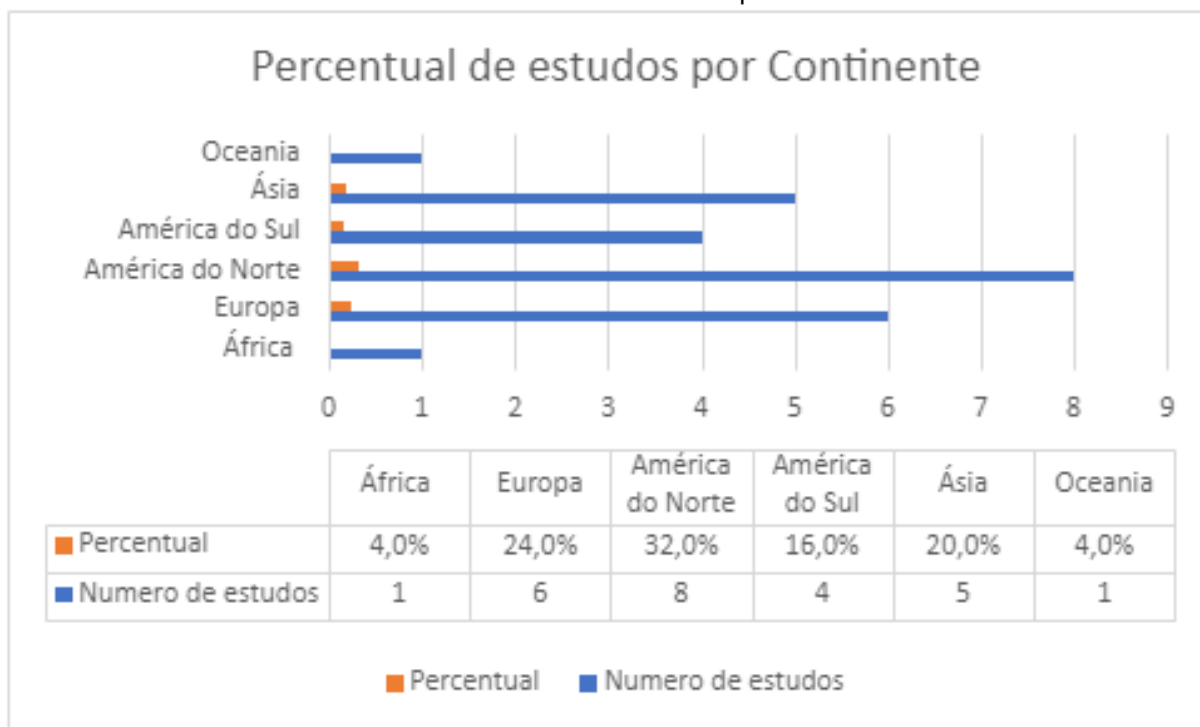
Após analisados, os dados foram apresentados no formato de quadros e diagramas apropriados e de forma descritiva, possibilitando viabilizar uma melhor análise dos achados.

4 RESULTADOS

Nesta RE foram incorporados 25 estudos de 13 Países diferentes sendo os Países com mais artigos: EUA com 7 artigos, Brasil com 4 artigos, Israel com 3 artigos, Bélgica com 2 artigos, e o restante dos Países: África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, China, Coreia, Croácia, Portugal e Suíça com somente 1 artigo por País.

No gráfico 2 apresentamos a divisão de artigos por continentes: 12 na América, subdivididos entre 8 na América do norte (32,0%) e 4 na América do Sul (16,0%), 6 na Europa (24,0%), 5 na Ásia (20,0%), 1 na África (4,0%), e 1 na Oceania (4,0%).

Gráfico 1 - Percentual de estudos por Continente



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Quanto ao idioma, as publicações foram 21 na língua inglesa (84,0%), 3 na língua portuguesa (12,0%) e 1 na língua francesa (4,0%).

No Quadro 3 são apresentadas as principais características, dados bibliométricos e resultados referentes aos estudos incluídos nesta Resvisão de Escopo.

Quadro 3 – Características, dados bibliométricos e resultados dos estudos

Estudo	Título	Autor(es)	País e ano	Resultados
E1	Impersonal and Predatory Relations With Child Victims of Sexual Assault: Pedophilic Interest and Early Childhood Abuse	Abulafia e Epstein	Israel, 2020	Agressores com histórico de abusos sexuais na infância tiveram níveis mais altos de interesse pedófilo e de modus operandi impessoal e predatório em relação às suas vítimas. Os fatores associados à antissocialidade tiveram forte relação com a periculosidade sexual mas não atuam como fatores influenciadores no interesse pedófilo. Isso sugere que o interesse pedófilo é uma variável única com características únicas. Variáveis de controle, como idade, educação e histórico de infrações, tiveram pouca influência no interesse pedófilo.
E2	Testing the “Sexually Abused-Abuser Hypothesis” in Adolescents: A Population-Based Study	Aebi <i>et al.</i>	Suíça, 2015	Os dados autorrelatados foram coletados de uma amostra representativa nacionalmente de 6.628 alunos do 9º ano de escolas públicas na Suíça. O estudo confirma a ligação entre abuso sexual passado e comportamentos sexuais coercitivos tanto em adolescentes do sexo masculino quanto feminino. Outros fatores de risco, como exposição a abuso não sexual, problemas de saúde mental, comportamento violento e uso de substâncias, também contribuem para a coerção sexual. O estudo destaca a importância de esforços de prevenção e intervenção para reduzir o abuso sexual e subsequente perpetração sexual em adolescentes.
E3	Comprehending and Rehabilitating Roman Catholic Clergy Offenders of Child Sexual Abuse	Anderson	Austrália, 2015	Os agressores do clero pertencem principalmente à população geral de agressores sexuais. Sofrem de um distúrbio sexual predominantemente pedofilia homossexual. Esses criminosos são produto do seu sistema social. Seus abusos ocorrem num padrão de relações de dominação.
E4	Psychiatric and Forensic Characteristics of Sex Offenders With Child and With Adult Victims	Arbanas, Marinovic, Buzina	Croácia, 2022	O estudo comparou agressores sexuais com vítimas infantis e adultos, revelando diferenças marcantes nos perfis. Aqueles que atacaram crianças eram mais propensos a serem solteiros, terem filhos e viverem em áreas pequenas. Tinham maior probabilidade de terem sido vítimas de abuso sexual na infância, serem pedófilos e terem transtorno de personalidade narcisista. Por outro lado, agressores de vítimas adultas mostraram maior incidência de problemas com álcool, demência e transtorno de personalidade antissocial. O estupro foi o crime mais comum em ambos os grupos.

E5	Violência sexual infanto juvenil: uma análise sobre o agressor	Brandão, Martins, Marques	Brasil, 2019	Dos 173 casos examinados, a maioria dos agressores identificados, 162 no total, eram homens. Destes, 86 eram adultos e 40 eram adolescentes. Cerca de 85,14% dos casos mostraram uma ligação entre a vítima e o agressor, sugerindo que a maioria dos agressores é conhecida pela vítima. Em 131 casos, os agressores não estavam embriagados durante a violência, indicando que a maioria dos incidentes não ocorreu sob influência de álcool. Esses resultados destacam o perfil dos agressores sexuais nessa faixa etária e ressaltam a necessidade de políticas e ações para lidar com esse problema.
E6	Comparing Women's and Men's Sexual Offending Using a Statewide Incarcerated Sample: A Two-Study Design	Comartin <i>et al.</i>	EUA, 2021	Mulheres condenadas por crimes sexuais representam uma pequena porcentagem da população carcerária por esse tipo de crime, mas suas características e padrões delitivos diferem dos homens. Elas tendem a ter vítimas infantis, ser mães ou guardiãs das vítimas, ter coautores e cometer repetidamente o crime contra a mesma vítima. Os fatores preditivos que as distinguem dos homens incluem a idade das vítimas, o que sugere que as intervenções de tratamento para infratores sexuais masculinos podem não ser eficazes ou adequadas para mulheres.
E7	Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em contextos intra e extrafamiliar	Costa, Rocha, Cavalcante	Brasil, 2018	Dos 206 processos examinados, 48,1% dos acusados estavam relacionados a situações familiares, enquanto 51,9% estavam relacionados a situações fora do ambiente familiar. Não houve diferença estatisticamente significativa entre os dois contextos. Nas situações familiares, as agressões sexuais ocorreram predominantemente em locais privados, como residências. Já nas situações fora do ambiente familiar, 17% dos casos ocorreram em locais públicos, enquanto 83% ocorreram em locais privados. Quanto à frequência das agressões, 55% dos casos fora do ambiente familiar ocorreram apenas uma vez, enquanto 20% ocorreram mais de uma vez. No ambiente familiar, 46% dos casos ocorreram mais de uma vez, sugerindo abusos sexuais recorrentes. Os registros nos processos judiciais foram limitados em relação às características biopsicossociais dos acusados, vítimas e agressões, havendo casos em que detalhes como número de ocorrências ou duração das agressões não foram registrados.

E8	An Ecological Process Model of Female Sex Offending: The Role of Victimization, Psychological Distress, and Life Stressors	DeCou <i>et al.</i>	EUA, 2015	Mulheres envolvidas em crimes sexuais têm características de vulnerabilidade de gênero, sendo mais comuns em classes sociais mais baixas, com baixa educação e empregos mal remunerados. Muitas delas enfrentam instabilidade desde cedo, com histórias de abuso sexual na infância e violência por parceiro íntimo. Essas mulheres relatam vitimização precoce, com maior gravidade e incidência de incesto e estupro em comparação com homens.
E9	Impairment of Both Reward and Punishment Learning in Males Who Have Sexually Offended Against a Child	Dillien <i>et al.</i>	Bélgica, 2020	Os resultados da pesquisa mostraram que os indivíduos com histórico de ofensa sexual contra crianças (PSOCs) apresentaram dificuldades em aprender com reforço positivo e negativo em comparação com homens não ofensores. Os PSOCs com pedofilia mostraram dificuldades mais severas na aquisição de associações estímulo-punição em comparação com os homens não ofensores. Além disso, os PSOCs apresentaram escores gerais mais altos de psicopatia do que os homens não ofensores. No entanto, não foram encontradas diferenças significantes nos erros de comissão e omissão entre os grupos. A idade e o QI também mostraram correlação com as medidas de desempenho no teste.
E10	Sexual Abuse Within Employment Settings: A Comparison of Work-Related, Intra- and Extra-Familial Child Molesters	Falkenbach <i>et al.</i>	EUA, 2019	Infratores que trabalham com crianças (CSA-W) diferem significativamente de outros tipos de infratores intrafamiliares (CSA-I) e extrafamiliares (CSA-E) em termos de risco/periculosidade e oportunidade de abuso. CSA-W e CSA-I são mais velhos no momento da infração índice em comparação com CSA-E. CSA-I são mais frequentemente considerados de baixo risco, enquanto CSA-E e CSA-W mostram mais problemas psiquiátricos e condenações não sexuais. CSA-I têm maior probabilidade de ter filhos ou enteados e viver com alguém em comparação com CSA-E e CSA-W, além de terem o maior número de filhos biológicos/enteados vivendo com eles. Em geral, os infratores que trabalham com crianças tendem a ser mais velhos, ter menos condenações não sexuais, melhor escolaridade e são mais propensos a abusar de crianças pós-púberes do sexo masculino. Essas descobertas têm implicações importantes para pesquisas futuras, estratégias de prevenção e prática clínica na abordagem do abuso sexual infantil em ambientes de trabalho.

E11	Adverse Childhood Experiences: a study addressing the Perpetrators of sexual violence	Ferraz, Cavalcante, Veloso	Brasil, 2023	O estudo identificou que os perpetradores de Abuso Sexual Infantil eram predominantemente homens adultos não caucasianos com baixa escolaridade e religião evangélica. As Experiências Adversas na Infância mais comuns foram abuso físico, violência moral, morte/separação dos pais, uso de álcool/drogas na família e abuso sexual. A maioria dos perpetradores também vivenciou múltiplas experiências adversas na infância, com mais da metade relatando quatro ou mais. O estudo constatou associações significativas entre o número de Experiências Adversas na Infância, a frequência do abuso e menor probabilidade de uso de álcool/drogas no momento do evento.
E12	Clinical characteristics associated with paedophilia and child sex offending – Differentiating sexual preference from offence status	Gerwinn et al.	Alemanha, 2018	O estudo revela diferenças significativas entre ofensores sexuais infantis, pedófilos e grupos de controle saudáveis. Os primeiros apresentam taxas mais altas de problemas psiquiátricos, disfunções sexuais e experiências adversas na infância. Além disso, há disparidades em idade, inteligência, educação e histórico de abuso sexual na infância entre ofensores e não ofensores. Pedófilos e não pedófilos também diferem em características sexuais, como presença de outras parafilias e nível de atividade sexual. Análises de regressão foram eficazes em distinguir o status de ofensor, mas menos em identificar a preferência sexual. Esses resultados são importantes para entender a pedofilia e ofensas sexuais infantis, oferecendo insights sobre fatores associados à preferência sexual e comportamento ofensivo, e podem informar programas de prevenção e tratamento.
E13	L'enfance chez les auteurs de crimes sexuels ; une étude rétrospective	Hadi, Linkowski, Leistedt	Bélgica, 2016	Delinquentes sexuais exibem características como abuso sexual e físico, comportamentos sociopáticos e depressivos, impulsividade, traços psicopáticos, abuso de substâncias e introversão, além de várias parafilias. O abuso enfrentado pelos delinquentes sexuais é frequentemente cometido por membros da família ou conhecidos próximos. Também mostra que os delinquentes sexuais têm taxas mais altas de abuso sexual na infância em comparação com controles. Diferentes perfis de delinquentes sexuais foram identificados, incluindo inibidos, imaturos, traumatizados-depressivos, antissociais e psicopáticos. O estudo destaca três fatores principais para a ocorrência do estupro: dinâmica familiar problemática, problemas de controle de impulsos e falta de empatia.

E14	Pedophiles in the Ultra-Orthodox Haredi Sector in Israel: Thought Processes Regarding their Actions	Hamo, Idisis	Israel, 2017	O estudo explora os erros cognitivos dos agressores sexuais Haredi, que os levam a ignorar suas obrigações religiosas e sociais, reduzindo sua culpa através de crenças específicas. Eles minimizam a gravidade de seus atos e responsabilizam as vítimas, apoiados por mecanismos de redução da culpa relacionados a valores socioculturais. Os participantes lidam com essa dissonância de duas maneiras: negando desvios das normas religiosas ou utilizando estratégias para reconciliar sua identidade religiosa com seus crimes.
E15	Sexually Intrusive Behavior Among Alleged CSA Male Victims: A Prospective Study	Hershkovitz	Israel, 2014	Vítimas masculinas de comportamento sexual intrusivo tendem a ser mais velhas no momento do abuso e a ter mais de 10 anos quando ocorreu. Famílias de vítimas com SIB geralmente consistem em apenas um dos pais biológicos e são mais propensas a serem imigrantes. Essas vítimas são mais propensas a terem sido removidas de casa. A frequência do abuso, o relacionamento com o agressor, a gravidade do abuso e experiências anteriores são fatores significativos no desenvolvimento do SIB. A análise de regressão logística mostra que a idade no momento do abuso, famílias monoparentais, status de imigração, frequência do abuso, relacionamento com o agressor e abuso sexual anterior são moderadores importantes na previsão do SIB.
E16	Sex Offenses Against Minors in China: An Empirical Comparison	Hu, Liang, Huang	China, 2017	O estudo destaca diferenças nos perfis dos ofensores de crimes sexuais na China, incluindo idade, residência, etnia, emprego, educação e histórico criminal. Também aponta a falta de informações completas sobre as vítimas e revela aspectos dos julgamentos e sentenças, como representação legal e estratégias defensivas. Implicações políticas são discutidas visando melhorar a proteção de menores contra esses crimes, questionando a percepção de punição leniente. Os resultados são apresentados para embasar políticas de proteção às vítimas.
E17	Adverse Childhood Experiences in the Lives of Female Sex Offenders	Levenson, Willis, Prescott	EUA, 2015	Mulheres que cometem abuso sexual têm maior probabilidade de terem sofrido diversos tipos de abuso na infância, como sexual, verbal e negligência emocional, assim como ter tido um membro da família na prisão. Metade delas foi abusada sexualmente quando crianças. Isso sugere que muitas foram criadas em ambientes familiares problemáticos, indicando a necessidade de adultos mais preparados para proteger as crianças de danos.

E18	Experiências adversas na infância na vida de agressores sexuais do sexo masculino: Implicações para os cuidados informados sobre o trauma	Levenson, Willis, Prescott	EUA, 2016	A maioria dos agressores sexuais masculinos experimentou traumas na infância, incluindo abuso sexual, físico, verbal e negligência emocional, bem como um ambiente familiar desestruturado. Isso sugere uma ligação entre experiências adversas na infância e comportamento agressivo. Maiores pontuações de ACE estão relacionadas a um maior risco de agressão sexual.
E19	Child Sex Offender Mind-Set and Grooming Strategies: A Discourse Analysis of Sex Offender Narratives from South Africa	Naidoo, Van Hout	África do Sul, 2021	O estudo revelou que os participantes enfrentaram traumas na infância, incluindo abuso sexual e violência familiar, levando alguns a repetir esse ciclo de abuso com seus próprios filhos ou familiares. O controle de poder desempenhou um papel crucial, com táticas como manipulação econômica e violência sendo usadas para explorar as vítimas. Distorções cognitivas e fantasias sexuais foram influenciadas por suas próprias experiências traumáticas e exposição à pornografia. Baixa autoestima, solidão e uma sensação de inadequação foram comuns entre os participantes. Além disso, muitos tinham uma visão patriarcal das relações sexuais, considerando os homens como iniciadores dominantes do sexo, utilizando a força para persuadir as mulheres a obedecer.
E20	Os fatores de risco da teoria do desenvolvimento e do curso de vida predizem igualmente a idade de início entre agressores sexuais e não sexuais juvenis?	Rosa, Fox, Jennings	EUA, 2020	O estudo revela que, embora haja diferenças na quantidade e gravidade dos fatores de risco para o início precoce de comportamento delinquente entre jovens com histórico de comportamento sexualmente ofensivo (JSOs) e aqueles sem esse histórico (JNSOs), os tipos específicos de fatores de risco estão alinhados com as previsões da teoria do Desenvolvimento e do Curso de Vida (DLC). Para distinguir JSOs com início precoce de todos os infratores adolescentes, foram identificados os seguintes fatores de risco: abuso físico, abuso sexual, prisão parental, TDAH, baixa empatia, alta impulsividade e psicose. Além disso, foi observado que a admiração ou emulação de pares antissociais reduziu a probabilidade de início precoce entre os JSOs.
E21	The Hebeephiliac: Pedophile or Teleiophiliac?	Sea, Beauregard	Coréia, 2018	Os hebefilos, uma combinação de pedófilos e teleiófilos, compartilham características de ambos os grupos, incluindo atos sádicos e uso de violência física. Os pedófilos são mais propensos a terem sido vítimas de abuso na infância e usar estratégias de engodo, enquanto os teleiófilos (preferência sexual por adultos) enfrentam mais estresse relacionado ao desemprego e tendem a usar ameaças e violência pontual. Os grupos não diferem significativamente em termos de estado psicológico ou diagnósticos psiquiátricos.

E22	The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims	Seto <i>et al.</i>	Canadá, 2015	Os infratores extrafamiliares, em comparação com os intrafamiliares, são mais jovens, têm taxas de desemprego mais altas e menor inteligência. Por outro lado, os intrafamiliares têm menor escolaridade, mas enfrentaram mais dificuldades na infância, como abuso sexual, familiar e negligência, além de terem uma ligação mais fraca com os pais. Os extrafamiliares exibem mais problemas de autorregulação, associam-se a grupos de pares negativos, têm mais atitudes antissociais e maior histórico criminal. Também demonstram níveis mais altos de empatia e hostilidade em relação às mulheres. Além disso, têm maior interesse sexual por crianças e são mais propensos a ter outras parafilias.
E23	Cognitive schemas and sexual offending: Differences between rapists, pedophilic and nonpedophilic child molesters, and nonsexual offenders	Sigre-Leirós, Carvalho, Nobre	Portugal, 2015	Resultou do estudo que os esquemas cognitivos têm um papel na predisposição ao crime sexual, evidenciando diferenças significativas entre grupos de infratores após ajustes para variáveis sociodemográficas e psicológicas. Pedófilos tendem a ter esquemas de defeituosidade e subjugação, molestadores de crianças não pedófilos demonstram esquemas de isolamento social e enredamento, enquanto estupradores exibem esquemas de vulnerabilidade ao dano, busca de aprovação e punitividade. Esses perfis distintos entre subtipos de infratores destacam a importância de abordagens diferenciadas no tratamento e prevenção. Os esquemas cognitivos podem influenciar a autopercepção dos infratores e suas interações com o mundo, potencialmente contribuindo para o comportamento criminoso.
E24	Vitimização e Psicopatia em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Teixeira, Resende, Perissinotto	Brasil, 2020	O resultado aponta que agressores sexuais contra crianças e adolescentes são geralmente homens entre 30 e 40 anos, brancos, com baixa escolaridade e trabalhadores braçais na construção civil. As vítimas, em sua maioria com cerca de 10 anos, têm alguma relação de proximidade com o agressor, muitas vezes pais, padrastos ou tios, com metade dos crimes ocorrendo na residência da vítima. A análise diferencia agressores psicopatas e não-psicopatas, destacando que os primeiros são mais jovens, têm mais vítimas, cometem uma variedade maior de crimes e têm penas mais longas, com incidência de violência contra adolescentes e adultos. Aproximadamente um terço dos agressores estudados é diagnosticado como psicopata, impactando um número significativamente maior de vítimas e cometendo uma variedade maior de crimes em comparação aos não-psicopatas.

E25	A Prospective Examination of Whether Childhood Sexual Abuse Predicts Subsequent Sexual Offending	Widom, Massey	EUA, 2015	Indivíduos com histórico de abuso e negligência na infância apresentaram um maior risco de serem presos por crimes sexuais em comparação com indivíduos do grupo controle. Especificamente, indivíduos com histórico de violência física e negligência apresentaram um risco significativamente maior de serem presos por crimes sexuais. Não foi encontrada uma relação significativa entre o abuso sexual na infância e o risco de se tornar um agressor sexual. Homens abusados fisicamente e negligenciados apresentaram um risco aumentado, enquanto mulheres abusadas fisicamente não apresentaram diferença significativa em relação ao grupo controle. Os resultados não indicaram que crianças abusadas sexualmente se especializam em crimes sexuais.
-----	--	---------------	-----------	---

Fonte: elaborado pela autora, 2024

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A extração de dados dos artigos escolhidos para esta RE foi sistematizada em 3 categorias: características pessoais do agressor, sobre o ato do abuso e sobre os contextos do agressor. Para cada categoria se definiram algumas subcategorias que ressaltam características e aspectos importantes de cada categoria.

No quadro 4 são representados os 25 artigos analisados conforme as categorias e as subcategorias, e em quais artigos são encontrados.

Quadro 4 - Categorização das características e elementos encontrados na pesquisa

Categorização	Subcategorias	Autores
Características pessoais do agressor	Características comportamentais, emocionais, psicológicas e uso de substâncias	Hershkowitz (2014); Aebi <i>et al.</i> (2015); Anderson (2015); DeCou <i>et al.</i> (2015); Levenson, Willis, Prescott (2015); Seto <i>et al.</i> (2015); Sigre-Leirós, Carvalho, Nobre (2015); Widom, Massey (2015); Hadi, Linkowski, Leistedt (2016); Levenson, Willis, Prescott (2016); Hamo, Idisis (2017); Hu, Liang, Huang (2017); Gerwinn <i>et al.</i> (2018); Sea, Beauregard (2018); Falkenbach <i>et al.</i> (2019); Abulafia, Epstein (2020); Dillien <i>et al.</i> (2020); Rosa, Fox, Jennings, (2020); Teixeira, Resende, Perissinotto (2020); Comartin <i>et al.</i> (2021); Naidoo, Van Hout (2021); Arbanas, Marinovic, Buzina (2022); Ferraz, Cavalcante, Veloso (2023)
	Percepção sobre sua própria sexualidade	Aebi <i>et al.</i> (2015); Anderson (2015); Levenson, Willis, Prescott (2016); Hamo, Idisis (2017); Costa, Rocha, Cavalcante (2018); Brandão, Martins, Marques (2019); Falkenbach <i>et al.</i> (2019); Abulafia, Epstein (2020); Naidoo, Van Hout, (2021)
	Abusador sofreu abuso sexual na infância	Hershkowitz, (2014); Aebi <i>et al.</i> (2015); Anderson, (2015); Arbanas; DeCou <i>et al.</i> , (2015); Levenson; Willis; Prescott, (2015); Widom; Massey, (2015) Hadi; Linkowski; Leistedt, (2016); Gerwinn <i>et al.</i> , (2018); Sea; Beauregard, (2018); Abulafia; Epstein, (2020); (Rosa; Fox; Jennings, 2020); Comartin <i>et al.</i> , (2021); Naidoo; Van Hout, (2021); Marinovic; Buzina, (2022); Ferraz; Cavalcante; Veloso, (2023);
Sobre o ato do abuso	Proximidade do agressor com a vítima	Hershkowitz, (2014); Aebi <i>et al.</i> (2015); Anderson (2015); DeCou <i>et al.</i> (2015); Levenson, Willis, Prescott (2015); Seto <i>et al.</i> (2015); Sigre-Leirós, Carvalho, Nobre (2015); Hadi, Linkowski, Leistedt (2016); Hamo, Idisis, (2017); Hu, Liang, Huang (2017); Costa, Rocha, Cavalcante (2018); Sea, Beauregard (2018); Brandão, Martins, Marques (2019); Falkenbach <i>et al.</i> (2019); Abulafia, Epstein (2020); Teixeira, Resende, Perissinotto (2020); Comartin <i>et al.</i> (2021); Naidoo, Van Hout (2021); Ferraz, Cavalcante, Veloso (2023);
	Contexto do abuso	Anderson (2015); DeCou <i>et al.</i> (2015); Seto <i>et al.</i> (2015); Hadi, Linkowski, Leistedt (2016); Levenson, Willis, Prescott (2016); Hu, Liang, Huang (2017); Costa, Rocha, Cavalcante (2018); Sea, Beauregard (2018); Brandão, Martins, Marques (2019); Falkenbach <i>et al.</i> (2019); Teixeira, Resende, Perissinotto (2020); Comartin <i>et al.</i> (2021); Naidoo, Van Hout (2021); Arbanas, Marinovic, Buzina (2022); Ferraz, Cavalcante, Veloso (2023)
	Gravidade do abuso	Hershkowitz (2014); Aebi <i>et al.</i> (2015); Anderson (2015); DeCou <i>et al.</i> (2015); Levenson, Willis, Prescott (2015); Seto <i>et al.</i> (2015); Hadi, Linkowski, Leistedt (2016); (Levenson, Willis, Prescott

Contextos do agressor		(2016); Hamo, Idisis (2017); Hu, Liang, Huang (2017); Sea, Beauregard (2018); Brandão, Martins, Marques (2019); Falkenbach <i>et al.</i> (2019); Teixeira, Resende, Perissinotto (2020); Comartin <i>et al.</i> (2021); Naidoo, Van Hout (2021); Arbanas, Marinovic, Buzina (2022); Ferraz, Cavalcante, Veloso (2023)
	Contextos e antecedentes familiares	Hershkowitz (2014); Anderson (2015); DeCou <i>et al.</i> (2015); Levenson, Willis, Prescott (2015); Seto <i>et al.</i> (2015); Sigre-Leirós, Carvalho, Nobre (2015); Widom, Massey (2015); Hadi, Linkowski, Leistedt (2016); Levenson, Willis, Prescott (2016); Costa, Rocha, Cavalcante (2018); Gerwinn <i>et al.</i> (2018); Sea, Beauregard (2018); Abulafia, Epstein (2020); Rosa, Fox, Jennings, (2020); Teixeira, Resende, Perissinotto (2020); Comartin <i>et al.</i> (2021); Naidoo, Van Hout (2021); Arbanas, Marinovic, Buzina (2022); Ferraz, Cavalcante, Veloso (2023)
	Aspectos educacionais e socioeconômicos	Hershkowitz, (2014); Aebi <i>et al.</i> (2015); Anderson (2015); DeCou <i>et al.</i> (2015); Levenson, Willis, Prescott (2015); Seto <i>et al.</i> (2015); Sigre-Leirós, Carvalho, Nobre (2015); Hadi, Linkowski, Leistedt (2016); Costa, Rocha, Cavalcante (2018); Gerwinn <i>et al.</i> (2018); Falkenbach <i>et al.</i> (2019); Abulafia, Epstein (2020); Rosa, Fox, Jennings (2020); Teixeira, Resende, Perissinotto (2020); Naidoo, Van Hout (2021); Arbanas, Marinovic, Buzina (2022); Ferraz, Cavalcante, Veloso (2023)
	Elementos culturais	Arbanas, Marinovic, Buzina (2022)
	Aspectos Religiosos	Anderson (2015); Hamo, Idisis (2017); Falkenbach <i>et al.</i> (2019)

Fonte: elaborado pela autora, 2024

5.1 CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO AGRESSOR

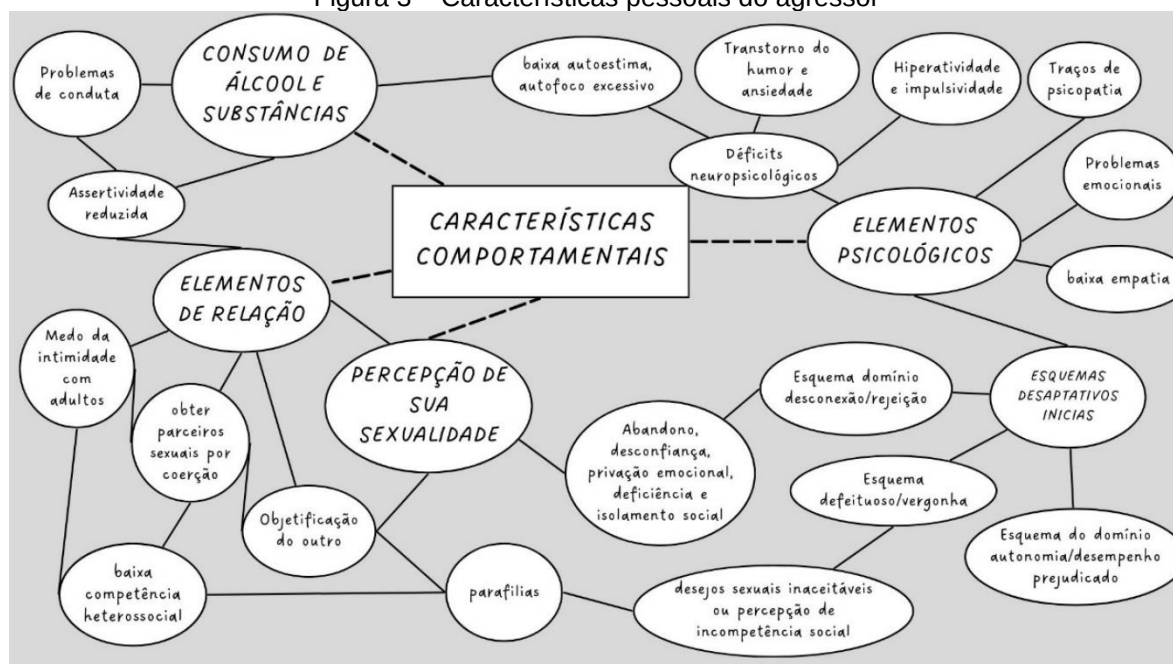
Para melhor compreensão desta grande categoria sobre as características pessoais do agressor subdividimos os dados coletados em 3 subcategorias: Características comportamentais, emocionais, psicológicas e uso de substâncias; Percepção sobre sua própria sexualidade; Abusador sofreu abuso sexual na infância.

Estudar as características dos agressores sexuais infantis é uma área complexa e multifacetada, que se busca compreender os traços psicológicos, comportamentais e sociais associados a esse tipo de comportamento para ajudar identificação de potenciais agressores, mas também na formulação de estratégias de prevenção e intervenção. Os agressores sexuais infantis formam um grupo heterogêneo de grande complexidade, e nem todos compartilham as mesmas características comportamentais. No entanto, alguns traços gerais podem ser observados em alguns casos, conforme indicam muitos estudos internacionais contudo é crucial fazer a ressalva que nem todas as pessoas com essas características tornam-se agressores sexuais, destacando a necessidade de uma

abordagem abrangente que considere fatores individuais, familiares, sociais e culturais para uma intervenção e prevenção.

Diversos estudos científicos desta RE identificaram características comportamentais comuns entre os agressores infantis. Na figura 3, exibimos uma representação das características pessoais que apareceram nos estudos revisados, ressaltando que esta é uma revisão de escopo que mapeia os achados, sem realizar uma análise da eficácia dos resultados encontrados nos artigos selecionados para a RE.

Figura 3 – Características pessoais do agressor



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Características comportamentais, emocionais, psicológicas e uso de substâncias:

Entre as características comportamentais de agressores sexuais infantis, diversos estudos destacam a perda da capacidade de estabelecer relações afetuosas ou amorosas. Isso leva à objetificação de outras pessoas, que passam a ser vistas apenas como objetos sexuais. Essa dificuldade emocional não só causa medo da intimidade com adultos, mas também resulta em um interesse sexual desviante, onde o único meio encontrado pelo sujeito para obter parceiros sexuais é através de coerção e predação (Abulafia; Epstein, 2020; Rosa; Fox; Jennings, 2020). Ademais, relacionadas a essas dificuldades emocionais, a pesquisa de DeCou *et al.* (2015) identificou que o apoio emocional-interpessoal limitado, sentimentos de inutilidade,

isolamento e desconexão relatados por agressores sexuais infantis no momento ou próximo ao momento da ofensa são déficits emocionais e interpessoais significativos. Esses vazios emocionais são considerados elementos cruciais no processo da ofensa, evidenciando o papel integral dessas necessidades não atendidas. Alguns estudos sugerem que essa incapacidade de se relacionar pode estar ligada ao fato de o agressor ter sido abusado na infância (Abulafia; Epstein, 2020; DeCou *et al.*, 2015; Rosa; Fox; Jennings, 2020). Corroborando com esta teoria Levenson *et al.* (2016) destacam como experiências adversas na infância podem contribuir para um maior índice de desvios sexuais e comportamentos antissociais. Estas experiências podem levar ao desenvolvimento de esquemas, atitudes e crenças que aumentam o risco de comportamentos sexualmente agressivos.

Os estudos sobre comportamento têm identificado diversos problemas de conduta entre agressores sexuais infantis. Naidoo e Van Hout (2021) em pesquisa com agressores da África do Sul, observaram que problemas como hiperatividade, impulsividade e comportamentos violentos são comuns. Estes agressores frequentemente perpetuam o ciclo de abuso, vitimizando sexualmente seus próprios filhos ou familiares. Resultados similares foram encontrados em um estudo suíço com estudantes, que relataram ter coagido sexualmente outras pessoas, como forçar alguém a despir-se ou tocar partes íntimas sem consentimento, e a incitar atos sexuais (Aebi *et al.*, 2015).

Problemas emocionais significativos em agressores sexuais foram relatados em alguns, incluindo transtornos de humor e ansiedade, traços de personalidade antissocial, solidão e psicopatia (Aebi *et al.*, 2015; Sigre-Leirós; Carvalho; Nobre, 2015). O estudo de Aebi (2015) examinou o impacto de problemas de saúde mental, como problemas de conduta, hiperatividade e problemas com colegas, que estavam significativamente associados a um risco aumentado de comportamento sexual coercitivo. Um estudo brasileiro realizado por Teixeira *et al.* (2020), que analisou traços de vitimização e psicopatia em indivíduos que cometeram violência sexual contra crianças e adolescentes, revelou que um terço dos agressores atendia aos critérios para diagnóstico de psicopatia, uma proporção ligeiramente superior à encontrada em pesquisas anteriores.

Além disso, uma pesquisa na Croácia em 2022 examinou as diferenças entre agressores sexuais de crianças e de adultos. Os resultados indicaram que os

agressores de crianças eram mais propensos a serem diagnosticados com transtorno de personalidade narcisista, transtorno de personalidade antissocial e pedofilia (Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022).

Na pesquisa de Hadi *et al.* (2016), foram identificados três fatores cruciais que levaram os participantes a cometerem abusos sexuais: uma dinâmica familiar patológica, distúrbios no controle de impulsos e um déficit de empatia. Os sujeitos do estudo apresentaram uma variedade de sintomas, incluindo sintomas sociopáticos, transtorno de oposição, depressão, impulsividade, timidez, alexitimia (dificuldade em identificar e expressar emoções), atração pela solidão e uma dependência elevada de adultos. As parafilias mais comuns identificadas foram pedofilia, frotteurismo e fantasias sexuais intrafamiliares.

O estudo de Gerwinn *et al.* (2018) investigou as diferenças entre pedófilos e não pedófilos, incluindo aqueles com e sem histórico de abuso sexual infantil. Os resultados mostraram que os pedófilos ofensores tinham taxas mais altas de comorbidades psiquiátricas, disfunções sexuais e experiências adversas na infância em comparação com os controles. Adicionalmente, esse grupo apresentava transtornos de humor, ansiedade, fobia social, personalidade esquiva, altas taxas de TDAH durante a infância e na vida adulta, impulsividade atencional, desatenção e uma variedade de outras parafilias.

Um estudo conduzido por Rosa *et al.* (2020) com agressores sexuais juvenis também identificou fatores de risco que prediziam uma idade precoce de início do comportamento delinquente. Entre esses fatores, estavam históricos de TDA/TDAH, raiva, baixa empatia, alta impulsividade e psicose.

Estudos sobre tipos de agressores sexuais infantis têm sido realizados para entender as diferenças entre eles. Um exemplo é a pesquisa desenvolvida na Coreia, que buscou distinguir pedófilos, hebefílicos e teleiófilos. Os resultados indicaram que os pedófilos frequentemente apresentam transtornos paranoides e esquizofrênicos, enquanto os hebefílicos são mais frequentemente caracterizados por transtornos bipolares e problemas de controle impulsivo (Sea; Beauregard, 2018)

Seto *et al.* (2015) compararam agressores sexuais infantis intrafamiliares e extrafamiliares, concluindo que os infratores extrafamiliares mostram maiores problemas de autoregulação, tendências antissociais, e são mais propensos a ter atitudes e crenças que apoiam a ofensa. Eles também demonstram menor empatia

pelas vítimas e maior hostilidade para com mulheres. Em contrapartida, os agressores intrafamiliares apresentaram maiores índices em medidas de repressão, negação, racionalização e supressão de sentimentos, indicando uma congruência emocional com crianças que pode refletir uma imaturidade emocional ou social.

A pesquisa sobre déficits cognitivos em agressores sexuais infantis tem revelado informações importantes, como demonstrado em estudos realizados na Bélgica em 2020 e em Portugal em 2015 (Dillien *et al.*, 2020; Sigre-Leirós; Carvalho; Nobre, 2015).

O estudo de Sigre-Leirós, Carvalho e Nobre (2015) investigou a relação entre Esquemas Desadaptativos Precoces (EMS), que se desenvolvem a partir de experiências adversas na infância, e diferentes tipos de comportamento sexual ofensivo, com foco especial em agressores pedófilos. Os resultados indicam que deficiências emocionais e uma tendência à submissão podem aumentar a vulnerabilidade cognitiva em casos de pedofilia. A pedofilia, sendo uma condição parafílica com necessidades distintas de outros crimes, se alinha com essas descobertas. O modelo de esquema sugere que indivíduos podem se envergonhar de defeitos pessoais percebidos, acreditando serem indignos de amor ou indesejáveis, o que pode incluir desejos sexuais inaceitáveis ou sensações de incompetência social. A subjugação emocional, caracterizada por uma excessiva concessão ao controle alheio para evitar conflitos ou abandono, leva à percepção de que as próprias opiniões e sentimentos são irrelevantes. Essas características são consistentes com estudos anteriores que identificaram dificuldades no funcionamento interpessoal, baixa autoestima e um foco excessivo em si mesmos entre pedófilos masculinos. A conexão entre a auto-percepção negativa relacionada a desejos sexuais inaceitáveis e a rejeição social da pedofilia é especialmente relevante.

O estudo realizado na Bélgica (Dillien *et al.*, 2020) revelou que agressores sexuais infantis têm dificuldades em aprender tanto com reforços positivos quanto negativos. Isso interfere na capacidade de escolher comportamentos que resultem em recompensas e de inibir aqueles associados a punições. Este déficit de regulação comportamental é considerado um fator crítico para a ocorrência de abusos sexuais infantis, conforme sugerido pelos modelos de agressão sexual.

A pesquisa sobre agressoras sexuais femininas ainda é limitada, mas nossa revisão de escopo identificou três estudos relevantes dos Estados Unidos. DeCou *et*

al.(2015) exploraram características específicas de vulnerabilidade de gênero entre mulheres envolvidas em crimes sexuais, enquanto Levenson *et al.*(2015) investigaram as experiências adversas na infância de agressoras sexuais infantis. Por fim, Comartin *et al.* (2021) compararam características entre homens e mulheres ofensoras sexuais. Os resultados desses estudos destacam que mulheres envolvidas em crimes sexuais frequentemente apresentam desajustes significativos, como dependência emocional de parceiros, baixa autoestima e uma alta incidência de problemas de saúde mental, incluindo transtornos de humor, ansiedade e abuso de substâncias. Essas mulheres também possuem distorções cognitivas que influenciam seus comportamentos delituosos, manifestando crenças errôneas sobre a periculosidade e os direitos de seus parceiros, bem como sobre a maturidade e o consentimento de suas vítimas. Além disso, as adversidades enfrentadas na infância dessas mulheres frequentemente resultam em problemas relacionais e de enfrentamento, devido a dificuldades interpessoais e percepções distorcidas sobre si mesmas e os outros. A exposição a um ambiente de pouca proteção e afeto durante a infância faz com que vejam o mundo como um lugar perigoso, prejudicando a capacidade de confiar e levando a escolhas prejudiciais de relacionamentos. Comportamentos como afeto reduzido, hostilidade e manipulação são vistos como mecanismos de sobrevivência ao trauma, resultando em problemas de apego, autorregulação e competências relacionais. Comparativamente, mulheres agressoras sexuais tendem a ter pontuações mais baixas em delinquência e desvio sexual do que homens agressores

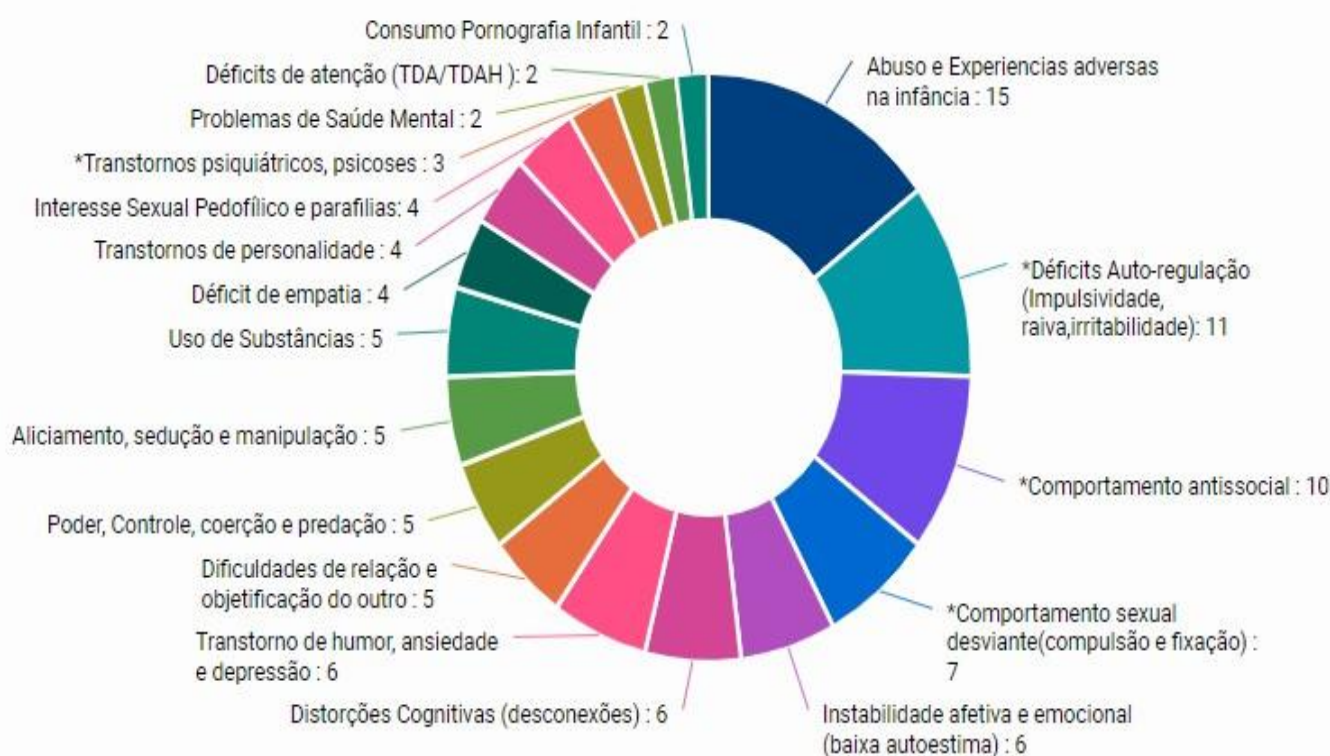
O uso de drogas e álcool foi identificado como um fator significativo na predição de comportamentos sexuais coercitivos em diversos estudos. Por exemplo, uma pesquisa nos Estados Unidos explorou os fatores externos e internos que influenciam o comportamento de agressoras sexuais femininas, revelando que o consumo de substâncias pelos agressores era um componente integral no processo do crime, incluindo o fornecimento de substâncias às vítimas antes e durante o ato de violação (DeCou *et al.*, 2015). Em apoio a esse achado, estudos que examinaram as adversidades e abusos na infância enfrentados por abusadores sexuais de crianças encontraram uma prevalência de histórico de abuso ou dependência de álcool, drogas e substâncias psicoativas (Naidoo; Van Hout, 2021).

Contrastando com isso, uma pesquisa comparativa entre perpetradores de abuso sexual infantil e de adultos descobriu que o consumo de álcool por

perpetradores de abuso sexual infantil era significativamente menor do que pelos de abuso sexual contra adultos. Isso pode ser atribuído ao fato de que os crimes contra crianças geralmente são premeditados, exigindo que o agressor mantenha controle e organize os eventos meticulosamente, enquanto os agressores de vítimas adultas tendem a agir de maneira mais impulsiva e sem planejamento prévio (Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022). De forma semelhante, um estudo realizado por Brandão *et al.* (2019) no Brasil reforça essa observação, mostrando que em 75,72% dos casos analisados, o agressor não estava sob efeito de álcool.

No gráfico 2 sintetizamos as características comportamentais e psicológicas assinalando a frequência dos itens encontrados nos estudos desta RE. O intuito é que seja de fácil compreensão.

Gráfico 2 - Características comportamentais e psicológicas



* Agressores intrafamiliares não apresentam estas características

Fonte: elaborado pela autora, 2024

Percepção do agressor sobre sua própria sexualidade

A compreensão da própria sexualidade por parte de agressores sexuais é um tema complexo e pouco explorado, mas de extrema importância. Essa percepção varia significativamente entre indivíduos, sendo influenciada por experiências de vida,

contextos sociais e fatores psicobiológicos. Alguns agressores podem distorcer sua sexualidade, associando-a a comportamentos violentos e de controle, enquanto outros podem minimizar seus atos, negando problemas em relação à sua orientação sexual.

É essencial desmistificar certos estereótipos, como a crença de que agressores sexuais infantis são predominantemente homossexuais. Pesquisas indicam que a maioria desses agressores é heterossexual, e as principais vítimas são meninas, desafiando preconceitos comuns (Brandão; Martins; Marques, 2019; Costa; Rocha; Cavalcante, 2018; Falkenbach *et al.*, 2019; Levenson; Willis; Prescott, 2016; Naidoo; Van Hout, 2021).

Um estudo realizado em Israel com agressores sexuais pedófilos da comunidade ultraortodoxa haredi, destacou desafios significativos na compreensão da própria sexualidade. As restritas leis judaicas e práticas culturais limitam a expressão da sexualidade quase exclusivamente ao âmbito da reprodução dentro do casamento, resultando em uma compreensão limitada e dificuldades para gerir a sexualidade de maneira saudável (Hamo; Idisis, 2017).

No clero católico romano, um estudo de Anderson (2015) sugere que os abusadores do clero se diferenciam por terem predominantemente vítimas do sexo masculino, o que pode indicar uma predominância de agressores homossexuais. A formação em seminários durante as décadas de 1950 a 1970 enfatizava uma vida comunitária altamente regulamentada e monitorada, com proibições significativas em torno da sexualidade. Isso muitas vezes levava à supressão emocional e falta de desenvolvimento de relações interpessoais saudáveis. Portanto, a percepção de sua própria sexualidade pode ser confusa e contraditória, afetada por fatores como a ênfase no celibato, que pode transformar a sexualidade em uma fonte de conflito e pecado, em contraste com a visão mais positiva da sociedade em geral. Além disso, há confusão quanto à orientação sexual, especialmente entre aqueles que foram vítimas de abusos, e essa ambiguidade é exacerbada por doutrinas que condenam a homossexualidade como intrinsecamente desordenada e pelo mito errôneo de que homossexualidade e pedofilia estão interligadas.

Adicionalmente, estudos mostram que o abuso sexual na infância pode influenciar o desenvolvimento de comportamentos sexuais desviantes e coercitivos na vida adulta. Portanto, é crucial abordar a complexidade da percepção da sexualidade

pelos agressores, considerando fatores sociais, religiosos e psicológicos, para prevenir e tratar o abuso sexual de maneira eficaz (Abulafia; Epstein, 2020; Aebi et al., 2015).

Abusador sofreu abuso sexual na infância

O indivíduo abusador que sofreu abuso sexual na infância é frequentemente estudado em pesquisas que buscam entender a relação entre experiências traumáticas precoces e o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais. Muitos estudos destacam a conexão entre traumas na infância e a emergência de transtornos psicológicos. É comum encontrar padrões de comportamentos nocivos em resposta a frustrações em vítimas de abuso sexual, o que pode levar a distúrbios psicopatológicos. Uma hipótese amplamente aceita sugere que o abuso sexual na infância pode estar relacionado ao desenvolvimento de interesse pedófilo, e que há uma clara conexão entre esse tipo de abuso e futuras agressões sexuais, manifestando-se em comportamentos sexuais fixos e desviantes.

A teoria da aprendizagem social sugere que as vítimas podem assimilar comportamentos sexuais inapropriados observados em seus agressores, podendo reproduzir tais comportamentos com outras crianças e adolescentes. Este fenômeno foi discutido por Bandura (1978), destacando a influência da observação na aprendizagem de comportamentos.

Muitos outros artigos desta RE tiveram nos seus resultados que os agressores tinham sido abusados na infância, porém o não tinham como objetivo pesquisar diretamente sobre o tema e, portanto, não aprofundaram sobre a teoria abusador-abusado. Portanto nesta categoria tomaremos em conta somente os estudos que tinham como objetivo pesquisar diretamente sobre o tema.

Entre os 25 estudos analisados nesta RE, 9 estudos (36%) exploraram diretamente a conexão abusado-abusador e na sequência os descreveremos cronologicamente, iniciando dos mais antigos aos mais recentes.

O estudo realizado por Hershkowitz (2014) focou na investigação de como o abuso sexual infantil (CSA) pode influenciar o desenvolvimento de comportamento sexual intrusivo (SIB) em vítimas masculinas. A pesquisa analisou diversos fatores individuais e familiares que poderiam atuar como moderadores nesse processo. Entre as variáveis consideradas significativas pelo estudo, estão a idade da vítima no momento do abuso, a estrutura familiar, o status de imigração, a frequência e a

severidade do abuso, além das relações prévias com o agressor. Estes elementos foram identificados como influentes na moderação do impacto do abuso sobre o comportamento das vítimas.

Uma pesquisa realizada com um amplo grupo de adolescentes de escolas suíças, conduzida por Aebi *et al.* (2015), revelou que jovens que foram vítimas de abuso sexual na infância têm maior tendência a participar em comportamentos sexuais coercitivos em relação a outras pessoas, comparativamente àqueles que não foram vítimas.

Levenson *et al.* (2015) e Levenson *et al.* (2016) realizaram dois estudos, com o objetivo de investigar as experiências adversas na infância de agressores sexuais, tanto mulheres quanto homens.

Os resultados do estudo de 2015 com 47 mulheres agressoras sexuais mostraram que elas tinham uma prevalência significativamente maior de experiências adversas na infância em comparação com mulheres na população em geral. Essas mulheres apresentaram mais de três vezes a probabilidade de terem sofrido abuso sexual na infância, quatro vezes mais chances de abuso verbal, e mais de três vezes maior probabilidade de terem enfrentado negligência emocional e de terem um membro da família encarcerado. Metade dessas agressoras foram abusadas sexualmente na infância, 20% delas relataram não ter nenhuma experiência adversa na infância, enquanto 41% relataram quatro ou mais experiências adversas. Múltiplos tipos de maus-tratos frequentemente ocorriam em famílias disfuncionais, indicando que muitas dessas mulheres foram criadas em ambientes desestruturados por adultos que enfrentavam seus próprios problemas e estavam mal preparados para proteger suas filhas (Levenson; Willis; Prescott, 2015).

O estudo de 2016 com 697 homens agressores sexuais revelou que eles também apresentavam uma maior prevalência de experiências traumáticas na infância em comparação com homens na população em geral. Estes homens tinham mais de três vezes a probabilidade de terem sofrido abuso sexual na infância, quase o dobro das chances de abuso físico, treze vezes mais probabilidade de abuso verbal e mais de quatro vezes mais chances de terem enfrentado negligência emocional e vindo de lares desestruturados (Levenson; Willis; Prescott, 2016).

Contudo nem todos os estudos apresentam resultados parecidos aos anteriores como vemos na pesquisa conduzida por Widom e Massey (2015) sobre a

relação entre o abuso sexual na infância e a subsequente ocorrência de crimes sexuais. O estudo acompanhou um grupo de participantes até a idade adulta, revelando que indivíduos com histórico de abuso físico e negligência na infância possuem uma probabilidade maior de serem detidos por crimes sexuais. No entanto, o estudo não estabelece o abuso sexual na infância como a única causa desse comportamento. Isso sugere a importância de intervenções precoces para crianças que sofreram abuso físico e negligência, além da necessidade de reavaliar as políticas voltadas para o risco futuro de crimes sexuais neste grupo.

Gerwinn *et al.* (2018) conduziram uma investigação clínica de grande escala para diferenciar pedófilos e não pedófilos, com e sem histórico de abuso sexual infantil, incluindo 342 participantes divididos em quatro grupos: pedófilos com e sem histórico de crimes sexuais contra crianças, agressores sexuais contra crianças não pedófilos e controles saudáveis. Os resultados revelaram que os três grupos clínicos/agressores apresentaram taxas significativamente mais altas de abuso emocional, físico e sexual, além de negligência emocional durante a infância e adolescência, em comparação com o grupo de controle. No entanto, a negligência física foi a única forma de trauma infantil que não apresentou taxas significativamente maiores nos grupos clínicos/agressores. Estes achados sugerem que um histórico de abuso sexual na infância pode aumentar a propensão para cometer crimes sexuais contra crianças, mas não a probabilidade de desenvolver pedofilia.

De estudos mais recentes, iniciamos a análise com o trabalho de Abulafia e Epstein (2020), que envolveu uma amostra de 532 agressores sexuais atendidos pelo Centro Nacional de Avaliação de Riscos em Israel. O estudo apontou que o abuso sexual na infância tem uma influência direta no desenvolvimento de uma sexualidade desviante fixa. Uma consequência observada foi a perda da capacidade desses indivíduos de se relacionar com os outros, levando-os a buscar parceiros sexuais por meio da coerção. Isso demonstra uma associação clara entre forte interesse pedófilo e padrões de comportamento predatório e impessoal nas ofensas.

Similarmente, um estudo na África do Sul, conduzido por Naidoo e Van Hout (2021) com 12 agressores sexuais masculinos, revelou que esses indivíduos sofreram diversos traumas na infância, como exposição à violência familiar, abuso sexual por parentes ou vizinhos e condições familiares adversas. Todos os participantes do estudo repetiram o padrão de abuso, vitimizando sexualmente seus próprios filhos ou

outros familiares. A pesquisa destacou que a dinâmica de poder foi crucial na perpetração dos abusos, com estratégias que incluíam manipulação financeira, violência verbal e física, e táticas de sedução para explorar e subjugar as vítimas. Além disso, os participantes apresentavam distorções cognitivas e fantasias sexuais, muitas vezes moldadas por suas próprias experiências traumáticas e exposição à pornografia.

Por fim, o estudo de Ferraz, Cavalcante e Veloso (2023), desenvolvido no Brasil, investigou as Experiências Adversas na Infância (ACEs) em indivíduos que cometeram violência sexual contra crianças e adolescentes, explorando a relação dessas experiências com fatores pessoais e situacionais. O estudo identificou que o abuso físico é a ACE mais prevalente, seguido por violência moral, morte ou separação dos pais, uso de álcool ou drogas por familiares, e abuso sexual. Foram encontradas associações significativas entre morte ou separação dos pais e abuso sexual, negligência emocional e abuso sexual, além de violência doméstica e abuso sexual, sugerindo que as ACEs desempenham um papel crucial no desenvolvimento de comportamentos abusivos.

5.2 SOBRE O ATO DO ABUSO

Para a análise esta grade categoria sobre o ato do abuso vai ser dividida em 3 subcategorias: Proximidade do agressor com a vítima; Contexto do abuso; Gravidade do abuso.

A percepção dos agressores sobre as vítimas e os atos de abuso é amplamente influenciada por fatores como o contexto, a dinâmica do relacionamento e as motivações pessoais do abusador. Com frequência, eles exibem padrões comportamentais que incluem a desumanização das vítimas, tratando-as como inferiores ou objetos, e justificam o abuso de várias maneiras, minimizando sua gravidade ou até mesmo culpando as vítimas. Essa tendência a justificar o abuso muitas vezes é acompanhada de uma aparente falta de remorso e o uso de manipulações psicológicas, como chantagem emocional e ameaças, para manter controle sobre as vítimas.

Além disso, muitos agressores possuem uma percepção distorcida das vítimas, fundamentada em preconceitos ou estereótipos de gênero, enxergando-as como

vulneráveis ou responsáveis pelos abusos. Essa visão facilita a perpetuação do ciclo de violência e dificulta a busca por ajuda.

Fatores como a história de vida do agressor, incluindo experiências passadas de violência e os valores culturais absorvidos, também moldam sua percepção do abuso. A normalização de comportamentos violentos em seu ambiente de crescimento e as normas sociais que minimizam a gravidade do abuso contribuem para que ele subestime o impacto de suas ações e dificultam o reconhecimento do problema tanto por parte dele quanto da sociedade.

Dos 25 artigos analisados nesta RE, um total de 20 artigos abordava de alguma maneira a proximidade, o contexto e a gravidade do abuso. Vamos reportar aqui a análise feita pelos estudos de acordo com cada item aqui citados:

Proximidade do Agressor com a Vítima

Estudos nacionais e internacionais indicam que os autores de violência sexual frequentemente são pessoas conhecidas das vítimas ou de suas famílias. A proximidade e o acesso que esses agressores têm ao ambiente das vítimas aumentam a vulnerabilidade à ocorrência de abusos, resultando em um alto índice de casos em que o agressor é alguém conhecido (Brandão; Martins; Marques, 2019).

Relações Intrafamiliares: A maioria das agressões ocorrem dentro do contexto familiar envolvendo agressores que tinham algum vínculo ou eram pessoas conhecidas pelas vítimas ou que mantinham relações familiares diretas com ela (pais e padrastos, irmãos, primos), além de outras pessoas próximas à vítima como cuidadores, familiares ou figuras de autoridade. Essa proximidade facilita o acesso e a manipulação das vítimas. A proximidade também significa uma traição da confiança colocada no agressor pela vítima, o que pode complicar a detecção e denúncia do abuso além de aumentar significativamente o impacto psicológico do abuso sobre a vítima (Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022; Brandão; Martins; Marques, 2019; Comartin *et al.*, 2021; Costa; Rocha; Cavalcante, 2018; DeCou *et al.*, 2015; Ferraz; Cavalcante; Veloso, 2023; Hadi; Linkowski; Leistedt, 2016; Hershkowitz, 2014; Hu; Liang; Huang, 2017; Levenson; Willis; Prescott, 2015; Naidoo; Van Hout, 2021; Sea; Beauregard, 2018; Sigre-Leirós; Carvalho; Nobre, 2015; Teixeira; Resende; Perissinotto, 2020).

Relações Extrafamiliares: Na maioria dos casos, as vítimas não têm laços familiares com o agressor, mas são conhecidos, vizinhos ou pessoas próximas, mostrando que os agressores também podem ser indivíduos que estão dentro do

círculo social próximo das vítimas (Ferraz; Cavalcante; Veloso, 2023). Em casos de agressões cometidas por estranhos estavam significativamente associadas a um risco maior de a vítima se tornar um agressor, especialmente entre os meninos (Aebi *et al.*, 2015).

Alguns agressores ocupam posições de confiança e autoridade, que geralmente estabelecem um relacionamento com as vítimas através de suas posições profissionais, sejam essas remuneradas ou voluntárias, em ambientes que oferecem acesso direto a crianças, como escolas, igrejas e clubes desportivos. Esse fato lhes dá acesso facilitado às vítimas e aumentava a gravidade do abuso devido à traição da confiança (Anderson, 2015; Falkenbach *et al.*, 2019; Hamo; Idisis, 2017; Hu; Liang; Huang, 2017; Sigre-Leirós; Carvalho; Nobre, 2015).

Contexto do Abuso

O abuso frequentemente ocorre em locais que deveriam ser seguros para as vítimas, na casa do agressor ou da vítima, sugerindo um ambiente doméstico como cenário comum aproveitando a vulnerabilidade das vítimas em seus próprios lares. Esse fato pode facilitar a ocultação do abuso e a manipulação por parte do agressor (Anderson, 2015; Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022; Brandão; Martins; Marques, 2019; Comartin *et al.*, 2021; Costa; Rocha; Cavalcante, 2018; Ferraz; Cavalcante; Veloso, 2023; Hadi; Linkowski; Leistedt, 2016; Hu; Liang; Huang, 2017; Levenson; Willis; Prescott, 2015; Naidoo; Van Hout, 2021; Sea; Beauregard, 2018; Teixeira; Resende; Perissinotto, 2020). Além disso, a estrutura familiar em muitas sociedades ainda é predominantemente patriarcal, perpetuando desigualdades de gênero e idade. Assim, quando uma criança ou adolescente é vítima de agressão sexual dentro do ambiente familiar, isso geralmente reflete a violência que também afeta outros membros da família e impacta os vínculos interpessoais (Costa; Rocha; Cavalcante, 2018).

Abusos sexuais cometido por mulheres agressoras também ocorrem mais frequentemente dentro do ambiente doméstico, onde a agressora pode exercer controle mais diretamente e onde a vigilância externa é limitada. Em muitos casos, o abuso ocorre na presença de um coofensor, tipicamente um parceiro masculino, que pode influenciar ou até mesmo coagir a agressora a participar nos atos abusivos como influenciar na perpetração do abuso (Comartin *et al.*, 2021; DeCou *et al.*, 2015).

O abuso extrafamiliar ocorre geralmente fora do ambiente doméstico, em locais privados (como a residência do agressor) ou públicos (como ruas e praças), mostrando que o agressor explora diferentes ambientes para cometer o abuso (Costa; Rocha; Cavalcante, 2018)

O abuso ocorre tanto em ambientes institucionais designados para cuidados com crianças (escolas, igrejas) quanto em locais não especificamente voltados para crianças, como lojas e serviços de transporte. Esses ambientes geralmente são oportunidades de abuso onde os agressores frequentemente se colocam em situações em que o abuso pode ser mais facilmente ocultado e onde a detecção é desafiadora, aproveitando-se do ambiente de trabalho para ganhar acesso e isolar as vítimas (Anderson, 2015; Falkenbach *et al.*, 2019).

Gravidade do Abuso

A gravidade do abuso varia, mas pode incluir uma gama de atos desde toques inapropriados até abuso sexual explícito e violento. Os agressores de crianças frequentemente estão envolvidos em crimes graves, incluindo atos lascivos e a criação de pornografia infantil, além de casos de estupro. A gravidade é frequentemente exacerbada pelo abuso de poder e a manipulação psicológica e espiritual, tornando o impacto sobre as vítimas particularmente profundo e duradouro (Anderson, 2015; Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022; Sea; Beauregard, 2018; Teixeira; Resende; Perissinotto, 2020).

Estudo de Aebi (2015) com jovens na Suíça encontrou uma correlação entre a gravidade do abuso sofrido e o subsequente comportamento sexual coercitivo. Adolescentes que relataram experiências de penetração foram particularmente mais propensos a exibir comportamentos sexuais coercitivos. A frequência do abuso também foi estudada. Os resultados mostraram que múltiplas incidências de abuso estavam associadas a um risco aumentado de comportamento sexual coercitivo, especialmente entre as meninas.

Alguns agressores cometeram abusos múltiplos ao longo de vários anos, indicando um padrão de comportamento predatório e sistemático. Alguns estudos ainda afirmam os abusos recorrentes, indicam que muitas vítimas sofreram múltiplas instâncias de abuso ao longo do tempo, aumentando significativamente o trauma e as consequências psicológicas (Ferraz; Cavalcante; Veloso, 2023; Hadi; Linkowski; Leistedt, 2016; Hamo; Idisis, 2017; Hershkowitz, 2014; Hu; Liang; Huang, 2017;

Levenson; Willis; Prescott, 2015, 2016; Naidoo; Van Hout, 2021; Sea; Beauregard, 2018; Seto *et al.*, 2015).

O abuso é frequentemente mantido em segredo, com os ofensores utilizando sua autoridade para coagir as vítimas ao silêncio, usando a culpa religiosa e a ameaça da desaprovação da comunidade. Isso contribui para a gravidade do trauma experimentado pelas vítimas, já que elas frequentemente lutam sozinhas com as consequências do abuso (Anderson, 2015). A gravidade do abuso é acentuada pelo impacto psicológico nas vítimas, que muitas vezes sofrem em silêncio devido ao estigma e à pressão para não desestabilizar a ordem comunitária. A gravidade também é evidenciada pela violação das normas religiosas e sociais, que adiciona uma camada de traição e trauma (Hamo; Idisis, 2017).

Agressores de vítimas infantis eram mais propensos a ter múltiplas vítimas, refletindo a gravidade e a natureza predatória de seus crimes. Em comparação, agressores de vítimas adultas raramente tinham mais de uma vítima por incidente, o que pode refletir a natureza mais oportunista ou impulsiva desses abusos (Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022).

Estudo no Brasil de Brandão O estupro foi identificado como a forma mais comum de violência sexual, representando 71,68% dos casos. Esta alta incidência de estupro, frequentemente ocorrendo em combinação com outras formas de violência sexual, destaca a severidade e a gravidade do abuso enfrentado pelas crianças e adolescentes (Brandão; Martins; Marques, 2019)

Mulheres tendem a utilizar menos violência física em comparação aos homens durante a perpetração de abusos sexuais. Isso não diminui a gravidade do abuso, mas destaca um padrão diferente na maneira como o abuso é frequentemente cometido. Mulheres agressoras têm maior probabilidade de repetir o abuso contra a mesma vítima ao longo do tempo, especialmente em situações onde a vítima é uma criança sob seus cuidados diretos (Comartin *et al.*, 2021; DeCou *et al.*, 2015).

O abuso sexual por agressores CSA-W pode ter consequências profundamente negativas e de longo prazo para as vítimas, dada a violação de confiança em um contexto em que deveriam receber cuidado e proteção. Dinâmica do Abuso: Os abusos podem variar em gravidade desde toques inadequados até atos sexuais mais invasivos, frequentemente acompanhados de manipulação psicológica e abuso emocional para silenciar a vítima (Falkenbach *et al.*, 2019).

5.3 CONTEXTOS DO AGRESSOR

Como nas categorias anteriores, a dos Contextos do agressor também será analisada subdividindo a mesma em outras 4 subcategorias: Contextos e antecedentes familiares; Aspectos educacionais e socioeconômicos; Elementos Culturais; Aspectos Religiosos.

A propensão para cometer abusos contra crianças é uma característica intrínseca e pessoal, desvinculada da imagem que a pessoa projeta na sociedade. Muitos perpetradores de violência sexual contra crianças mantêm uma imagem social respeitável agindo de maneira a não levantar suspeitas e demonstram comportamento afável e generoso. Costumam ter emprego estável, família e podem ser membros religiosos respeitados na comunidade. Esse comportamento aparentemente irrepreensível facilita o ganho de confiança da família e o acesso à vítima.

A violência doméstica cria um ambiente de medo, insegurança e desvalorização, afetando a autoestima e o desenvolvimento emocional das crianças. Além disso, a falta de proteção e cuidado por parte dos adultos responsáveis ou o contrário destas, isto contribui para a vulnerabilidade dessas crianças diante de possíveis agressores.

Os estudos incluídos nesta RE de uma maneira ou de outra abordaram o contexto do agressor sexual infantil e reportaremos aqui os principais achados tentando separá-los em subcategorias para ser de melhor explicação e entendimento.

Contextos e antecedentes familiares

Dos estudos reportados nesta RE extraímos algumas características que demonstram que o contexto familiar, as relações, a dinâmica familiar e a exposição à violência doméstica no qual esteve imerso o agressor sexual na sua infância exerce uma influência significativa no comportamento agressivo adulto. Para melhor compreensão colocamos na figura 3 os termos que colhemos sobre este aspecto na RE e em seguida dissertaremos de modo geral como foram abordados nos estudos.

Figura 4 – Contextos e antecedentes familiares



Fonte: elaborado pela autora, 2024

Dos vários estudos resultam que os agressores têm um histórico de abuso e negligência na infância, sofreram adversidades significativas durante a infância incluindo abuso físico, abuso sexual e negligência emocional. Cresceram em lares com forte disfunção e instabilidade caracterizados por violência doméstica, famílias desorganizadas e agressivas (Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022; Comartin *et al.*, 2021; DeCou *et al.*, 2015; Ferraz; Cavalcante; Veloso, 2023; Hadi; Linkowski; Leistedt, 2016; Levenson; Willis; Prescott, 2016)

Em estudos desta RE os agressores relataram terem sido abusados sexualmente na infância, frequentemente por membros da família ou conhecidos, aprendendo assim a internalizar comportamentos violentos, criando um ciclo de abuso que transpassa várias gerações (Abulafia; Epstein, 2020; Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022; Comartin *et al.*, 2021; DeCou *et al.*, 2015; Ferraz; Cavalcante; Veloso, 2023; Hadi; Linkowski; Leistedt, 2016; Levenson; Willis; Prescott, 2015, 2016; Naidoo; Van Hout, 2021; Sea; Beauregard, 2018; Seto *et al.*, 2015; Sigre-Leirós; Carvalho; Nobre, 2015; Teixeira; Resende; Perissinotto, 2020; Widom; Massey, 2015)

No estudo de Costa *et al.* (2018) foi observada uma prevalência significativa de vínculos familiares ou conhecidos entre o agressor e a vítima, onde 85,14% dos agressores possuíam algum tipo de relação pré-existente com a vítima. Isso inclui relações familiares diretas como pais e padrastos, bem como conhecidos e outros membros da comunidade. Os resultados do estudo conduzido por Abulafia (2020)

indicam que aqueles agressores que sofreram abuso sexual na infância eram significativamente mais propensos a ter níveis mais elevados de interesse pedófilo e níveis mais elevados de modus operandi impessoal e predatório em relação às suas vítimas.

Um estudo conduzido por Gerwinn *et al.* (2018) na Alemanha reportou que os agressores sexuais tinham maior probabilidade de ter pais com histórico psiquiátrico em comparação com os controles. Além disso a prevalência de antecedentes criminais foi significativamente mais alta entre os pais dos agressores sexuais, sugerindo um ambiente familiar potencialmente problemático ou desestruturado.

Estudo de Arbanas (2022) que compara agressores sexuais com vítimas infantis versus aqueles com vítimas adultas resulta que agressores com vítimas infantis frequentemente experimentaram abuso sexual na infância. Há uma presença notável de disfunção familiar em seus antecedentes, que inclui taxas mais altas de serem criados em ambientes desorganizados ou semelhantes a instituições.

Estudos sobre experiências adversas na infância de agressores sexuais femininos e masculinos conduzidos por Levenson *et al.* (2015), Levenson *et al.* (2016) e por Ferraz *et al.* (2023) concordam nos resultados trazendo que agressores sexuais infantis de ambos os sexos foram criados em ambientes familiares caóticos, com adultos incapazes de protegê-los. Muitos tiveram casos de violência doméstica, divórcio e a presença de membros da família com abuso de substâncias, doenças mentais ou encarceramento.

Estudos revelam também que os agressores sexuais têm maior probabilidade de ter pais com histórico psiquiátrico. Muitos descreveram ter vivido com alguém que sofria de depressão, doença mental, ou que tentou suicídio. Cresceram em lares caracterizados por violência doméstica, abuso de substâncias pelos pais, e divórcios frequentes, além de terem testemunhado violência doméstica contra a mãe ou madrasta, incluindo atos físicos violentos (Gerwinn *et al.*, 2018; Levenson; Willis; Prescott, 2016; Naidoo; Van Hout, 2021; Rosa; Fox; Jennings, 2020).

Alguns agressores tiveram uma supervisão esporádica ou inadequada por parte dos pais que eram emocionalmente abusivos, permissivos sexualmente ou ausentes (Naidoo; Van Hout, 2021; Rosa; Fox; Jennings, 2020).

Já o estudo de Anderson (2015) com clérigos ofensores sexuais, destaca que muitos ofensores apresentam um histórico de regulação rígida da sexualidade em

suas famílias. Relacionamentos problemáticos com figuras paternas e uma relação especial com a mãe são frequentemente notados, indicando problemas de desenvolvimento psicossocial precoce. Os ofensores do Clero muitas vezes têm dificuldade em dissociar sua identidade sacerdotal de sua identidade pessoal, o que pode levar a distorções cognitivas e uma compreensão prejudicada das consequências de seus atos.

Hadi et al.(2016), em um estudo retrospectivo sobre a infância de perpetradores de crimes sexuais, descobriram que os agressores sexuais apresentavam uma frequência 9,8 vezes maior de traumas, como abuso sexual, e 3,1 vezes maior de abuso físico, em comparação com o grupo controle. No entanto, ter sofrido violências na infância, por si só, não é considerado um fator de risco. Nos pacientes estudados, foram identificados três fatores necessários: uma dinâmica familiar patológica, distúrbios de controle dos impulsos e um déficit de empatia.

O artigo de Hershkowitz (2014) investigou fatores que podem moderar o início precoce de comportamentos sexualmente intrusivos (SIB) em meninos vítimas de abuso sexual infantil (CSA). Sobre a estrutura familiar resultou que os agressores tinham menor probabilidade de ter ambos os pais biológicos presentes. Maior probabilidade de viver apenas com um dos pais biológicos, com ou sem um parceiro.

Sobre as condições de residência, no estudo de Teixeira et al. (2020), agressores apresentavam maior probabilidade de ter sido removido da casa dos pais para outra residência, como instituições ou lares adotivos e em alguns casos, foram expulsos de casa antes dos 16 anos.

Aspectos educacionais e socioeconômicos

Sobre o aspecto educacional, foi observado que agressores sexuais frequentemente têm um nível de escolaridade mais baixo, o que pode estar associado a oportunidades limitadas para o desenvolvimento socioeconômico adequado e a incapacidade de formar relações sociais saudáveis. Além disso, a falta de educação pode influenciar a capacidade de gerenciamento de impulsos, limitar a compreensão das normas sociais e legais, aumentando o risco de comportamentos desviantes (Abulafia; Epstein, 2020; Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022; DeCou et al., 2015; Ferraz; Cavalcante; Veloso, 2023; Gerwinn et al., 2018; Hadi; Linkowski; Leistedt, 2016; Naidoo; Van Hout, 2021; Rosa; Fox; Jennings, 2020; Sigre-Leirós; Carvalho; Nobre, 2015).

Estudo de Naidoo e Van Hout (2021) na África do Sul verificou que além do desempenho escolar fraco e dificuldades de aprendizagem, alguns participantes da pesquisa relataram uma experiência educacional complicada por abusos ocorridos dentro do ambiente escolar, como abuso por parte de educadores ou colegas.

Hadi *et al.* (2016) supões que a baixa escolaridade e dificuldades de aprendizagem podem estar relacionados a transtornos de comportamento durante a infância e adolescência, que interferem na capacidade de se adaptar e ter sucesso em ambientes educacionais estruturados.

Estudo de Aebi *et al.* (2015) na Suíça com jovens estudantes, indicou uma associação entre menor nível educacional dos pais e maior probabilidade de comportamentos sexuais coercitivos.

Sobre a situação socioeconômica, existem divergências entre alguns estudos no que se refere a situação socioeconômica dos agressores sexuais. Em alguns estudos se verificou que os agressores sexuais infantis pertenciam a classes socioeconômicas mais baixas, com taxa de desemprego e trabalhos de baixa qualificação e remuneração. A falta de recursos e suporte social pode exacerbar os padrões de comportamento mal adaptativos adotados desde cedo além de refletir limitações no acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Estes estudos ainda indicam ainda que agressores sexuais apresentam maior status de imigração, maior probabilidade de ser de uma família que imigrou de outro País (Arbanas; Marinovic; Buzina, 2022; DeCou *et al.*, 2015; Ferraz; Cavalcante; Veloso, 2023; Gerwinn *et al.*, 2018; Hadi; Linkowski; Leistedt, 2016; Hershkowitz, 2014; Levenson; Willis; Prescott, 2015; Sigre-Leirós; Carvalho; Nobre, 2015; Teixeira; Resende; Perissinotto, 2020).

Contudo, alguns estudos apresentam resultados diferentes sobre o status econômico e história ocupacional dos agressores, como é o caso do estudo de Abulafia *et al.* (2020) que no seu estudo resulta que aproximadamente 59,4% dos agressores tinham um histórico ocupacional estável, o que sugere que mais da metade tinha algum tipo de emprego regular ou consistente ao longo do tempo.

O estudo de Naidoo e Van Hout (2021) que além de agressores sexuais com crianças analisou agressores envolvidos com crimes de prostituição com menores, relata que esses tendem a ter empregos estáveis, com uma representação significativa de funcionários governamentais. Os agressores sexuais neste estudo

parecem ter um nível de educação mais elevado do que a média populacional. Isso é particularmente notável entre os envolvidos em prostituição de menores, onde todos possuíam uma boa educação formal. Este dado desafia a ideia de que o baixo nível educacional, o fato de serem desempregados ou terem um status socioeconômico baixo está diretamente associado à perpetração de crimes sexuais.

Encontramos também características de status econômico e educacional diferentes em alguns estudos com um público e contextos específicos: agressores intrafamiliares (Costa; Rocha; Cavalcante, 2018; Seto *et al.*, 2015), agressores que trabalham com crianças (Falkenbach *et al.*, 2019) e agressores do clero católico (Anderson, 2015).

Os estudos de Costa *et al.* (2018) e Seto *et al.* (2015) encontraram diferenciação na escolaridade e taxas de desemprego dos acusados de agressão sexual dependendo do contexto em que a agressão ocorre. Para os acusados de agressão no contexto intrafamiliar, predomina a categoria de baixa escolaridade apesar de terem pontuações mais altas em testes de inteligência e taxas menores de desemprego. Já no contexto extrafamiliar, a maioria dos acusados possui alta escolaridade e taxas de desemprego mais elevadas.

No estudo de Falkenbach *et al.* (2019) que compara infratores que trabalham com crianças a outros agressores sexuais sugere que os infratores que trabalham com crianças têm diferentes níveis de risco/perigo e oportunidades de abuso em comparação com outros infratores tendem a ter um nível de educação superior e uma renda mais alta antes da prisão comparado aos outros grupos de agressores. Esses agressores geralmente ocupam empregos que requerem um mínimo de ensino médio, e alguns cargos, como professores e pediatras, exigem graus avançados. Esses agressores são significativamente mais bem educados do que agressores intrafamiliares e extrafamiliares. A educação elevada pode ser um indicativo de maior estabilidade no estilo de vida, o que corrobora com a obtenção de empregos que oferecem acesso regular a crianças.

O estudo de Anderson (2015) sobre clérigos agressores sexuais infantis aponta que os agressores do clero são altamente educados, diferenciando-se assim neste aspecto dos delinquentes não pertencentes ao clero. A alta escolaridade desses agressores sugere um contraste com outros grupos de agressores sexuais, enfatizando a importância de considerar as particularidades educacionais e a

formação única desses indivíduos ao analisar suas ações e o processo de socialização que passaram.

Elementos Culturais

Diversos fatores culturais podem influenciar o comportamento de agressores sexuais de crianças. Um desses fatores é a forma como a sociedade encara e aborda a sexualidade. Sabe-se que o tabu existente nas várias culturas sobre sexualidade pode dificultar discussões abertas sobre o tema, criando um ambiente onde agressores podem se sentir encorajados e menos susceptíveis à punição. Esses tabus estão diretamente relacionados à cultura do silêncio e da vergonha que contribuem para a perpetuação do abuso, já que as vítimas podem se sentir constrangidas a denunciar os agressores. Outro fator cultural relevante é a presença de estereótipos de gênero, que podem contribuir para a justificação e normalização do abuso sexual infantil. A cultura também pode influenciar no acesso à informação e à educação sexual, dificultando a compreensão dos agressores sobre limites e consentimento em relações com crianças. Assim, é crucial analisar e compreender esses fatores culturais para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e combate ao abuso sexual infantil.

O artigo de Anderson (2015) examina como fatores culturais afetam agressores sexuais no clero, destacando a cultura de sigilo na Igreja Católica que facilita a ocultação de abusos e desencoraja as vítimas de denunciá-los. A posição de autoridade do clero pode ser explorada para ganhar a confiança das vítimas e intimidá-las a não relatar os abusos. Contudo sabemos que a cultura do sigilo vai mais além da Igreja Católica, essa prática permeia toda a sociedade. A estigmatização da homossexualidade também pode complicar a autopercepção da sexualidade do agressor. A falta de preparação adequada dos membros do clero para lidar com seus impulsos sexuais também é problemática. A resposta histórica da Igreja Católica aos casos de abuso, que prioriza a proteção da instituição em detrimento das vítimas, perpetua uma cultura que favorece o abuso. Estes fatores interagem de maneiras complexas, afetando tanto o comportamento dos agressores quanto a resposta da comunidade e da instituição.

Aspectos religiosos

Poucos estudos consideram a religiosidade como uma variável significativa em suas pesquisas, e essa tendência se mantém também nos estudos sobre o perfil de agressores sexuais de crianças. Essa omissão é preocupante, especialmente diante do crescente número de abusos e crimes cometidos por indivíduos que se identificam como religiosos ou frequentadores de ambientes religiosos.

A influência da religião na formação do agressor sexual de crianças é um tema complexo. Embora possa fornecer princípios morais e éticos que promovem um comportamento saudável, em alguns casos, crenças religiosas específicas podem contribuir para distorções na percepção do agressor sobre seus próprios atos. Alguns agressores distorcem ensinamentos religiosos para justificar ou racionalizar suas ações, atribuindo comportamentos pecaminosos ao livre-arbítrio, à permissividade divina ou à possibilidade de redenção através do arrependimento. Além disso, certas tradições religiosas podem reforçar normas de submissão e autoridade, criando um ambiente propício para manipulação e abuso de poder (Anderson, 2015; Hamo; Idisis, 2017).

Nossa revisão identificou três estudos sobre abuso institucional, um termo que Gallagher (2000) expandiu para incluir abusos em diversos contextos, além de internatos e lares de acolhimento. Esses estudos abordam abusos cometidos por profissionais em ambientes como escolas, clubes infantis e ambientes religiosos. Apesar de raros, esses casos têm grande relevância social e são motivo de preocupação entre líderes políticos, profissionais da área e o público em geral.

Os estudos analisados incluem um sobre clérigos agressores (Anderson, 2015), que frequentemente são educados e começam a cometer crimes no início de suas carreiras, um sobre pedófilos da comunidade Haredi ultraortodoxa (Hamo; Idisis, 2017), e um sobre agressores sexuais infantis em contextos de trabalho (Falkenbach *et al.*, 2019). Cada estudo revela características específicas dos agressores e os modos como eles utilizam sua posição e autoridade para cometer abusos, frequentemente manipulando conceitos religiosos para justificar suas ações.

É crucial destacar que, embora a religião possa ser um fator que influencia a percepção e justificativa das ações do agressor, ela não é a causa direta do comportamento criminoso. No entanto, é lamentável que o controle social rígido dentro de algumas comunidades religiosas possa, paradoxalmente, criar um ambiente

propício para o desenvolvimento de comportamentos desviantes e abusos sexuais, com supervisão inadequada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao começar a pesquisa, tínhamos consciência de que encontraríamos obstáculos ao tentar responder a uma questão tão intrincada quanto a do perfil do agressor sexual de crianças, e isso foi reforçado e confirmado ao examinarmos os estudos incluídos nesta revisão de escopo. A comparação entre os perfis dos agressores mostrou-se extremamente complexa, devido às variações substanciais nos objetivos, hipóteses, abordagens metodológicas, populações e amostras dos estudos analisados, o que dificultou a elaboração de um perfil claro e consistente.

Retomando nossa questão inicial sobre a existência de diferenças no perfil de agressores sexuais infantis, concluímos que, apesar de não ser possível definir um perfil único para todos os agressores, o mapeamento realizado nesta Revisão de Escopo nos permitiu identificar alguns traços comuns entre eles. Essas descobertas, de forma alguma, visam estigmatizar ou rotular os indivíduos agressores, mas sim fornecer conclusões claras e valiosas que servem como base sólida para orientar futuras pesquisas no campo.

Quanto às causas, o comportamento abusivo de natureza sexual não possui uma causa única, sendo influenciado por uma variedade de fatores que se manifestam de múltiplas formas. A motivação por trás dos atos de um agressor sexual infantil é complexa, envolvendo uma ampla gama de perspectivas que não podem ser examinadas isoladamente. Além de fatores biológicos e psicológicos pessoais, as ações do agressor são também moldadas por traumas e percepções formadas a partir de experiências vivenciadas desde a infância até o momento do abuso, incluindo influências socioculturais que contribuíram para sua formação como indivíduo.

A análise sobre as características pessoais do agressor: características comportamentais, emocionais, psicológicas e do uso de substâncias entre agressores sexuais infantis analisadas nesta RE confirmam a complexidade e diversidade destes indivíduos. Apesar de os agressores sexuais exibirem uma gama de traços psicológicos e psicopatológicos, a pesquisa global evidencia certas tendências semelhantes, como dificuldades no gerenciamento dos impulsos, desafios na formação de relações íntimas, características imaturas e voláteis, propensão à agressividade quando confrontados com contratempos, repulsa e autoestima reduzida. A perda da capacidade de estabelecer relações afetivas saudáveis, frequentemente observada entre esses agressores, destaca a objetificação das

vítimas e um padrão perturbador de predação e coerção sexual. A presença de traços como impulsividade, violência e problemas de conduta, especialmente em contextos familiares abusivos ou negligentes, ressalta como as experiências adversas na infância podem predispor indivíduos a comportamentos sexuais desviantes e antissociais.

Adicionalmente, o estudo de aspectos específicos dos agressores, como a prevalência de distúrbios psicológicos e de personalidade entre diferentes tipos de agressores, oferece insights cruciais para o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais personalizadas e eficazes. Importante também é a identificação de características distintas entre agressores masculinos e femininos, evidenciando que as intervenções devem ser sensíveis às diferenças de gênero para serem verdadeiramente efetivas.

A associação entre o uso de substâncias e a perpetuação do abuso sexual destaca a necessidade de abordar essas questões no contexto de tratamentos para dependência, além de integrar esforços de prevenção ao abuso sexual. A compreensão desses fatores, juntamente com uma avaliação contínua da eficácia das intervenções existentes, é fundamental para desenvolver programas que não apenas tratem os agressores, mas também previnam a incidência de novos casos de abuso sexual infantil.

A análise da percepção do próprio agressor sobre sua sexualidade revela uma complexidade intrínseca, profundamente entrelaçada com fatores culturais, experiências de vida e aspectos psicológicos. A distorção da sexualidade, frequentemente associada a comportamentos violentos e de controle, bem como a tendência de alguns agressores em negar problemas relacionados à sua orientação sexual, são reflexos das complicações em entender e gerenciar sua própria sexualidade de maneira saudável.

Essa RE enfatiza ainda a necessidade de desmistificar estereótipos prejudiciais, como a falsa associação entre homossexualidade e abuso sexual infantil, para evitar reducionismos.

As evidências mostram uma predominância de agressores heterossexuais, desafiando essas noções preconceituosas. Observações específicas em comunidades como a ultraortodoxa haredi em Israel e o clero católico romano indicam que normas culturais e religiosas restritivas podem reprimir a expressão saudável da

sexualidade. Uma abordagem mais aberta e bem-informada sobre a sexualidade pode, portanto, ajudar a mitigar alguns comportamentos desviantes, sugerindo que a integração de uma compreensão mais ampla e tolerante da sexualidade poderia ser benéfica no tratamento e na prevenção do abuso sexual infantil.

Esta RE ao evidenciar o vínculo entre o abuso sexual na infância e o desenvolvimento subsequente de comportamentos sexuais desviantes e coercitivos na vida adulta sublinha a importância de intervenções precoces e eficazes. A compreensão de que traumas na infância podem influenciar significativamente a capacidade de um indivíduo de perpetuar abusos ou desenvolver interesses pedófilos reforça a necessidade de tratar o abuso sexual infantil não apenas como um ato isolado, mas como parte de um ciclo contínuo de violência e trauma. Isso é crucial para efetivas estratégias de prevenção.

Outrossim, é vital que as abordagens preventivas e terapêuticas considerem a complexidade da percepção da sexualidade pelo agressor, suas experiências de vida, especialmente aquelas relacionadas ao abuso na infância, e o contexto cultural e social em que estão inseridos. Uma compreensão mais aprofundada e um tratamento mais contextualizado podem não apenas tratar eficazmente os agressores, mas também impedir a propagação do abuso sexual infantil. Há uma escassez de centros especializados para intervenção dos abusadores sexuais, e muitos profissionais de saúde mental possuem pouca experiência nessa área. É crucial detectar precocemente adolescentes que cometeram abuso sexual ou que apresentam fatores de risco para tal comportamento, visto que ser vítima de abuso é um fator de risco para se tornar um abusador. Portanto, intervenções adequadas nesse nível são essenciais.

Vale a pena ressaltar que sobre o contexto do agressor existem poucas pesquisas que abordam a questão cultural e religiosa dos agressores, fatores que são muito importantes. Compreendemos que o fenômeno do abuso sexual não pode ser explicado apenas a partir do comportamento dos indivíduos, sendo necessário buscar também explicações na sociedade. Apesar de os modelos de socialização estarem em transformação, eles ainda conferem aos homens certos privilégios não concedidos às mulheres, incluindo a aceitação social de sua agressividade e dominação. Nesse contexto, os agressores sexuais são homens que utilizam o poder socialmente atribuído para satisfazer seus desejos, impondo dominação sobre suas vítimas. Além

disso, persiste na sociedade a ideia de que crianças e adolescentes pertencem aos pais, que supostamente sabem o que fazem. Considerar o abuso sexual dentro de um contexto social mais amplo implica refletir sobre os fatores que empoderam os agressores e aqueles que tornam as vítimas mais vulneráveis. É fundamental acreditar que as relações interpessoais devem ser baseadas no respeito mútuo, e não no poder.

Lacunas encontradas e oportunidades para pesquisas futuras:

A Revisão de Escopo atual sobre o perfil de agressores sexuais infantis destaca várias lacunas significativas no conhecimento, que sugerem direções valiosas para futuras pesquisas. Uma dessas lacunas é a limitação geográfica e cultural das pesquisas existentes, que se concentram predominantemente em certas regiões, faltando regiões consistentes como a África e a Ásia. Esta limitação restringe nossa compreensão das variáveis culturais, socioeconômicas e legais que moldam o comportamento dos agressores. Portanto, é crucial realizar estudos comparativos entre diversas culturas e países para investigar como esses fatores influenciam as políticas públicas e as práticas de prevenção e tratamento, e para identificar variações nas características e motivações dos agressores.

Ademais, constatamos que nos estudos se encontram dados muito consistentes sobre as características pessoais, psicológicas, comportamentais, porém pouco se fala das características culturais e aspectos religiosos quando se refere ao contexto do agressor. Existe, portanto, uma necessidade urgente de integrar dados longitudinais. Desenvolver estudos longitudinais padronizados com medidas consistentes e uniformes, envolvendo participantes de diversos contextos culturais, é essencial para criar uma base de dados comparativos confiáveis. Esses dados são fundamentais para entender as trajetórias de desenvolvimento dos comportamentos abusivos desde a infância até a vida adulta e para formular intervenções mais eficazes.

Outra área pouco explorada é o estudo comparativo entre gêneros. A pesquisa tem se focado majoritariamente em agressores masculinos, deixando de lado os perpetradores femininos. Estudos que explorem as dinâmicas de abuso entre gêneros são essenciais para compreender as semelhanças e diferenças no comportamento dos agressores.

Esta Revisão de Escopo não abordou o abuso em ambientes online, como a exploração sexual pela internet. Com o avanço das tecnologias de comunicação este é um fenômeno que está se tornando cada vez mais prevalente e que exige atenção adicional, visto que a natureza do abuso sexual está se expandindo para além do contexto físico e penetrando o ambiente digital, onde as interações podem ser igualmente prejudiciais e traumáticas. Portanto, futuras pesquisas devem expandir o escopo para incluir estes novos cenários de abuso, garantindo assim uma compreensão mais completa e medidas preventivas mais abrangentes.

Por fim, é vital desenvolver modelos preditivos de comportamento que integrem variáveis psicológicas, ambientais e sociais. Esses modelos ajudariam a identificar indivíduos em risco de se tornarem agressores sexuais, apoiando a criação de programas de prevenção mais precisos e eficazes.

Pensando em hipóteses para pesquisas futuras, seria interessante pensar em reunir o perfil do agressor em dois aspectos, para fins de diagnóstico e terapia. De um lado os perfis marcados por influências antes da definição de sua identidade sexual (18 anos), de outro lado os perfis influenciados por fatores posteriores à definição de identidade sexual. Sabe-se pela neurociência que o ambiente pode moldar o comportamento. Quanto isso pode ou não estar relacionado ao comportamento agressivo adquirido depois dos 18 anos que seria a idade em que possivelmente estaria formada a identidade sexual? Agressor sexual é uma condição ou uma situação? Poderia se pensar em uma futura dissertação sobre isso.

Essas lacunas destacam a necessidade de uma pesquisa mais ampla e diversificada, que não apenas ofereça insights mais generalizáveis sobre os perfis dos agressores, mas também contribua para a prevenção e o tratamento do abuso sexual infantil em um contexto global. É imperativo também adotar uma abordagem mais holística que considere as experiências das vítimas e os fatores socioeconômicos e culturais mais amplos que afetam tanto os agressores quanto as vítimas.

Bioética, intervenções na prevenção de abusos sexuais infantis

A partir das conclusões desta nossa RE podemos tentar identificar e oferecer algumas intervenções possíveis para desenvolver e implementar estratégias preventivas sobre abusos sexuais infantis e ao mesmo tempo preservar o tratamento e condução do agressor sexual infantil. De fato, a partir do olhar multidisciplinar da

Bioética e dos Direitos Humanos queremos focar nos nossos dois sujeitos de direito: vítima e agressor.

A integração da bioética na abordagem das intervenções voltadas para a prevenção dos abusos sexuais infantis e para os agressores sexuais infantis, envolve considerar a justiça social, a equidade e a responsabilidade coletiva e individual. Essa abordagem sugere intervenções específicas para cada uma dessas áreas.

A lógica polivalente e probabilística dos juízos morais como descrita por Gracia (2002), permite a coexistência de diferentes perspectivas e julgamentos. Em questões de abusos sexuais infantis, isso é crucial, pois reconhece que não há soluções simples ou únicas. As decisões éticas devem considerar a complexidade dos casos individuais e a multiplicidade de fatores envolvidos, promovendo uma democracia deliberativa onde todas as vozes são ouvidas e os juízos morais são racionais e responsáveis. A Bioética de Responsabilidade apoia uma transformação democrática baseada em juízos morais racionais e responsáveis (Gracia Guillén, 2002). No contexto dos abusos sexuais infantis, isso implica a criação de políticas públicas e práticas institucionais que sejam transparentes, inclusivas e baseadas em uma análise ética robusta. A participação da sociedade civil, profissionais de saúde, educadores, famílias, etc, é essencial para desenvolver estratégias efetivas de prevenção e resposta.

Nos permitimos, portanto, sugerir algumas pistas para estas intervenções, focando sobretudo na justiça social, responsabilidade coletiva e no respeito pela dignidade humana.

a) Educação e Sensibilização – Intervenções preventivas

- Promover campanhas de sensibilização e educação nas comunidades sobre os sinais de abuso sexual infantil, as formas de prevenção e o impacto de traumas infantis. Programas educativos devem incluir informações sobre a importância da criação de ambientes seguros e acolhedores para crianças.
- As escolas, pais e cuidadores devem ser responsabilizados por garantir que as crianças compreendam seus direitos e saibam identificar comportamentos inadequados.
- Promover a desmistificação de estereótipos e a educação da sociedade para reduzir o estigma associado ao abuso sexual infantil e incentivar a denúncia e a busca por ajuda.

- A principal preocupação da bioética de proteção é a segurança e o bem-estar das crianças. Isso inclui a criação de ambientes seguros e a implementação de políticas preventivas rigorosas.
- Importância de desenvolver políticas e práticas preventivas que sejam justas e não discriminatórias, garantindo que todos os indivíduos, independentemente de sua origem, tenham acesso a proteção e justiça.
- As políticas de prevenção ao abuso sexual infantil devem se concentrar em reduzir o acesso dos abusadores às crianças. Isso pode ser alcançado por meio de medidas como verificação de antecedentes criminais para pessoas que trabalham com crianças, limitação de contato físico inapropriado, supervisão adequada e treinamento para pais e cuidadores sobre como proteger as crianças do abuso sexual

b) Intervenções Precoce e Terapias de Suporte

- Desenvolver programas de intervenção precoce que identifiquem e tratem crianças em risco de abuso sexual ou que tenham passado por traumas. Terapias de suporte para essas crianças são essenciais para prevenir o ciclo de violência.
- As instituições de saúde e serviços sociais devem garantir o acesso a terapias psicológicas e de suporte contínuo para vítimas e famílias, reconhecendo a responsabilidade coletiva em proteger e tratar os atingidos.

c) Tratamento Personalizado para Agressores

- Implementar programas de intervenções personalizados para agressores, considerando suas características individuais, como distúrbios psicológicos, uso de substâncias e experiências de vida. Tratamentos específicos, sensíveis ao gênero, podem ser mais eficazes.
- O sistema judicial e instituições de saúde mental têm a responsabilidade de fornecer recursos adequados para a reabilitação e reintegração dos agressores, prevenindo a reincidência.
- Propor intervenções baseadas em evidências para identificar e tratar potenciais agressores antes que cometam crimes, como programas de prevenção primária e secundária.
- Integração de abordagens multidisciplinares que envolvem profissionais de saúde mental, educadores, autoridades legais e a comunidade em geral.

d) Integração com Programas de Tratamento de Dependências

- Reconhecer a interseção entre abuso de substâncias e abuso sexual, integrando programas de tratamento de dependência com intervenções de prevenção de abusos sexuais.
- Instituições de saúde e programas de reabilitação devem trabalhar em conjunto para abordar os problemas de dependência que contribuem para comportamentos abusivos.

e) Desmistificação de Estereótipos Prejudiciais

- Promover uma compreensão informada e sem preconceitos sobre a sexualidade, desfazendo mitos, como a falsa associação entre homossexualidade e abuso sexual infantil.
- Necessidade de abordar fatores socioculturais que contribuem para o abuso sexual infantil, como desigualdades de poder, normas culturais prejudiciais e estigmatização das vítimas.
- A mídia, educadores e líderes comunitários têm a responsabilidade de combater estereótipos prejudiciais e promover a aceitação e compreensão da diversidade sexual.

f) Prevenção de Traumas na Infância

- Desenvolver políticas que visem a prevenção de traumas na infância, incluindo a violência doméstica e negligência. Ambientes familiares saudáveis são cruciais para o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças.
- Os governos e instituições sociais têm a responsabilidade de implementar e financiar programas de apoio à família, garantindo que todas as crianças tenham acesso a um ambiente seguro e saudável.

g) Aplicação Prática

Políticas Públicas: Formular políticas públicas baseadas em evidências que incorporem essas intervenções, promovendo a proteção infantil de maneira abrangente.

Apoio Multissetorial – Formação de Redes: Estabelecer colaborações entre escolas, serviços sociais, autoridades de saúde, e comunidades para garantir uma abordagem coordenada na prevenção de abusos.

Formação Profissional: Investir na formação contínua de profissionais que lidam com crianças (educadores, assistentes sociais, profissionais de saúde) para que possam identificar e responder adequadamente a sinais de abuso.

Ao alinhar as intervenções com a Bioética, asseguramos que as estratégias adotadas são éticas, inclusivas e baseadas em uma responsabilidade compartilhada pela proteção e bem-estar das crianças e de toda pessoa humana. A integração dessas abordagens visa criar um sistema de suporte e tratamento justo, equitativo e responsivo, promovendo a justiça social, responsabilidade individual e coletiva, e reabilitação eficaz, resultando em um ambiente mais seguro e justo, prevenindo futuros abusos e apoiando a recuperação e reintegração dos agressores. Afinal esta é a principal preocupação Bioética: uma visão integral da pessoa humana, integrada no contexto, na biosfera; uma visão não etiquetada, não estigmatizada, mas que se preocupa com os conflitos morais e seus sujeitos de direito.

REFERÊNCIAS

- ABULAFIA, Judith; EPSTEIN, Robert. Impersonal and Predatory Relations With Child Victims of Sexual Assault: Pedophilic Interest and Early Childhood Abuse. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, [s. l.], v. 64, n. 16, p. 1741–1756, 2020.
- AEBI, Marcel *et al.* Testing the “Sexually Abused-Abuser Hypothesis” in Adolescents: A Population-Based Study. **Archives of Sexual Behavior**, [s. l.], v. 44, n. 8, p. 2189–2199, 2015.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico e transtornos mentais: DSM-5**. tradução: M.I.C. Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANCED, Seção DC; MNDH. **Diagnóstico nacional sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. BRASIL**. Rede de Coalizões Sul: [s. n.], 2021.
- ANDERSON, Jane. Comprehending and Rehabilitating Roman Catholic Clergy Offenders of Child Sexual Abuse. **Journal of Child Sexual Abuse**, [s. l.], v. 24, n. 7, p. 772–795, 2015.
- ARBANAS, Goran; MARINOVIC, Paula; BUZINA, Nadica. Psychiatric and Forensic Characteristics of Sex Offenders With Child and With Adult Victims. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, [s. l.], v. 66, n. 12, p. 1195–1212, 2022.
- ARIAS, Victoria Trabazo; LAFARGA, Fernando Azor. La pedofilia: un problema clínico, legal y social. **EduPsykhé: Revista de psicología y educación**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 195–219, 2009.
- ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping Studies: Towards a Methodological Framework. **International Journal of Social Research Methodology: Theory & Practice**, United Kingdom, v. 8, n. 1, p. 19–32, 2005.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração dos Direitos da Criança**. 20 nov. 1959. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca-1959.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- AYDILLO PÉREZ, Celia. **Pederastia y repercusiones forenses**. 2019. - Universidad Pontificia Comillas, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://repositorio.comillas.edu/xmlui/handle/11531/30855>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- BALTIERI, Danilo Antônio. Pedofilia como transtorno comportamental psiquiátrico crônico e transtornos comportamentais assemelhados. **Brasília Médica**, [s. l.], v. 50, n. 2, p. 122–131, 2013.
- BANDURA, Albert. Social Learning Theory of Aggression. **Journal of Communication**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 12–29, 1978.

BARROS, Cristiane do Amaral de. Parafilias, pedofilia e intervenções em terapia cognitivo-comportamental. **Psique - Relatos acadêmicos**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 78–94, 2017.

BECERRA GARCÍA, Juan Antonio. Etiología de la pedofilia desde el neurodesarrollo: marcadores y alteraciones cerebrales. **Revista de Psiquiatría y Salud Mental**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 190–196, 2009.

BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra; MARTINS, Ana Maria Alves; MARQUES, Jéssica Nayara dos Reis. Violência sexual infanto juvenil: uma análise sobre o agressor. **Humanidades (Montes Claros)**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <http://revistas.funorte.edu.br/revistas/index.php/humanidades/article/view/123>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico**: Volume 54 nº 08. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08/view>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 13 jul. 1990. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R.M. (ed.). **Handbook of child psychology: Theoretical models of human development**. 5. ed. Hoboken, NJ, US: John Wiley & Sons Inc, 1998. v. 1, p. 993–1028.

CAMILLERI, Joseph; QUINSEY, Vernon. Pedophilia: Assessment and treatment. In: LAWS, D.R; O'DONOHUE, W.T. (ed.). **Sexual Deviance: Theory, Assessment, and Treatment**. 2nd. ed. [S. l.: s. n.], 2008. p. 183–212.

CANTOR, James M. *et al.* Cerebral white matter deficiencies in pedophilic men. **Journal of Psychiatric Research**, [s. l.], v. 42, n. 3, p. 167–183, 2008.

CANTOR, James M. *et al.* Intelligence, memory, and handedness in pedophilia. **Neuropsychology**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 3–14, 2004.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea: FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. .

CHIESA, Antonia; GOLDSOHN, Edward. Child Sexual Abuse. **Pediatrics In Review**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 105–118, 2017.

COMARTIN, Erin B. *et al.* Comparing Women's and Men's Sexual Offending Using a Statewide Incarcerated Sample: A Two-Study Design. **Journal of Interpersonal Violence**, [s. l.], v. 36, n. 7–8, p. 3093–3116, 2021.

COSTA, Lucilene P.; ROCHA, Carlos Joaquim B.; CAVALCANTE, Lília Iêda C. Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em contextos intra e extrafamiliar. **Temas em Psicologia**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 283–295, 2018.

CUSTÓDIO, André Viana; LIMA, Rafaela Preto de. O contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 48–72, 2023.

DECOU, Christopher R. *et al.* An Ecological Process Model of Female Sex Offending: The Role of Victimization, Psychological Distress, and Life Stressors. **Sexual Abuse**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 302–323, 2015.

DILLIEN, Tineke *et al.* Impairment of Both Reward and Punishment Learning in Males Who Have Sexually Offended Against a Child. **Sexual Abuse**, [s. l.], v. 32, n. 8, p. 931–957, 2020.

ETAPECHUSK, Jéssica. Um estudo sobre o sujeito pedófilo, uma visão da psicologia. **Psicologia. pt**, [s. l.], 2017. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?um-estudo-sobre-o-sujeito-pedofilo-uma-visao-da-psicologia&codigo=A1176&area=D11B. Acesso em: 12 jan. 2024.

FALKENBACH, Diana M. *et al.* Sexual Abuse Within Employment Settings: A Comparison of Work-Related, Intra- and Extra-Familial Child Molesters. **Sexual Abuse**, [s. l.], v. 31, n. 5, p. 524–542, 2019.

FERRAZ, Maira De Maria Pires; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; VELOSO, Milene Maria Xavier. Adverse Childhood Experiences: a study addressing the Perpetrators of sexual violence. **Psicologia - Teoria e Prática**, [s. l.], v. 25, n. 3, 2023. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/15116/11891>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FILLA ROSANELI, Caroline; ALVES DA ROCHA, Renata Cristina; SANCHES, Mario Antonio. A cultura da violência sexual na infância: vulnerabilidades programática e moral. **Revista Inclusiones**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 78–100, 2022.

FINKELHOR, David. Child Sexual Abuse. Challenges Facing Child Protection and Mental Health Professionals. *In*: ULLMANN, E.; HILWEG, W. (ed.). **Childhood and Trauma- Separation, Abuse, War**. tradução: M.H. Margreiter; K. Henschel. [S. l.]: Ashgate Publishing Company, 1999. p. 101–116.

GALLAGHER, B. The extent and nature of known cases of institutional child sexual abuse. **The British Journal of Social Work**, [s. l.], v. 30, n. 6, p. 795–817, 2000.

GERWINN, Hannah *et al.* Clinical characteristics associated with paedophilia and child sex offending – Differentiating sexual preference from offence status. **European Psychiatry**, [s. l.], v. 51, p. 74–85, 2018.

GRACIA, Diego. The mission of ethics teaching for the future. **International Journal of Ethics Education**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 7–13, 2016.

GRACIA GUILLÉN, Diego. DE LA BIOÉTICA CLÍNICA A LA BIOÉTICA GLOBAL: TREINTA AÑOS DE EVOLUCIÓN. **Acta bioethica**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 27–39, 2002.

HABIGZANG, Luísa F. *et al.* Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s. l.], v. 21, p. 341–348, 2005.

HADI, G; LINKOWSKI, P; LEISTEDT, S. L'enfance chez les auteurs de crimes sexuels ; une étude rétrospective. **Rev Med Brux**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 135–144, 2016.

HAMO, Gil; IDISIS, Yael. Pedophiles in the Ultra-Orthodox Haredi Sector in Israel: Thought Processes Regarding their Actions. **Journal of Child Sexual Abuse**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 407–427, 2017.

HERSHKOWITZ, Irit. Sexually Intrusive Behavior Among Alleged CSA Male Victims: A Prospective Study. **Sexual Abuse**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 291–305, 2014.

HU, Ming; LIANG, Bin; HUANG, Siwen. Sex Offenses Against Minors in China: An Empirical Comparison. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, [s. l.], v. 61, n. 10, p. 1099–1124, 2017.

JÚDEZ, J. La deliberación moral: el método de la ética clínica. **Medicina Clínica**, [s. l.], v. 117, n. 1, p. 18–23, 2001.

LEVENSON, Jill S.; WILLIS, Gwenda M.; PRESCOTT, David S. Adverse Childhood Experiences in the Lives of Female Sex Offenders. **Sexual Abuse**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 258–283, 2015.

LEVENSON, Jill S.; WILLIS, Gwenda M.; PRESCOTT, David S. Adverse Childhood Experiences in the Lives of Male Sex Offenders: Implications for Trauma-Informed Care. **Sexual Abuse**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 340–359, 2016.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO, Bernardo Monteiro de. Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. *In*: UNGARETTI (org.). **Criança e Adolescente. Direitos, Sexualidades e Reprodução**. São Paulo/SP: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP, 2010. p. 19–41.

MARAFIGA, Caroline Velasquez; FALCKE, Denise. Perfil sociodemográfico, judicial e experiências na família de origem de homens que cumprem pena por estupro de vulnerável. **Aletheia**, [s. l.], v. 53, n. 2, p. 90–105, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. [S. l.]: Editora Fiocruz, 2006. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37579>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MISTRAL, Gabriela. Seu nome é hoje. *In*: POESIA LATINA. [s. d.]. Disponível em: <https://blogs.utopia.org.br/poesialatina/seu-nome-e-hoje-gabriela-mistral/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MORALES, Álvaro E.; SCHRAMM, Fermin R. A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 7, p. 265–273, 2002.

MURRAY, John B. Psychological Profile of Pedophiles and Child Molesters. **The Journal of Psychology**, [s. l.], v. 134, n. 2, p. 211–224, 2000.

NAIDOO, Linda; VAN HOUT, Marie Claire. Child Sex Offender Mind-Set and Grooming Strategies: A Discourse Analysis of Sex Offender Narratives from South Africa. **Journal of Child Sexual Abuse**, [s. l.], v. 30, n. 5, p. 616–635, 2021.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 jul. 2024.

PETERS, Micah D. J. *et al.* Guidance for conducting systematic scoping reviews. **International Journal of Evidence-Based Healthcare**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 141–146, 2015.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Um grito no escuro - A (in)Imputabilidade do pedófilo preferencial à luz da psiquiatria forense. **Revista Científica Semana acadêmica**, [s. l.], v. 01, n. 000012, 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/monografia/um-grito-no-escuro-inimputabilidade-do-pedofilo-preferencial-luz-da-psiquiatria-forense>. Acesso em: 22 mar. 2024.

RODRIGUES, Carlos Alberto Bizarro; SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética de proteção: fundamentos e perspectiva. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 30, p. 355–365, 2022.

ROSA, Melanie; FOX, Bryanna; JENNINGS, Wesley G. Do Developmental and Life-Course Theory Risk Factors Equally Predict Age of Onset Among Juvenile Sexual and Nonsexual Offenders?. **Sexual Abuse**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 55–78, 2020.

SANCHES, Mario Antônio; MANNES, Mariel; CUNHA, Thiago Rocha Da. Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões no contexto da bioética. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 39–46, 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2^a modernidade. *In*: SARMENTO, M.J.; CERISARA, A.B. (org.). **Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. [S. l.]: Edições Asa, 2004. p. 9–34. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/79714>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SCHIFFER, Boris *et al.* Structural brain abnormalities in the frontostriatal system and cerebellum in pedophilia. **Journal of Psychiatric Research**, [s. l.], v. 41, n. 9, p. 753–762, 2007.

SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Revista Bioética**, [s. l.], v. 16, n. 1, 2008. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/52. Acesso em: 8 jul. 2024.

SEA, Jonghan; BEAUREGARD, Eric. The Hebeephiliac: Pedophile or Teleiophiliac?. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, [s. l.], v. 62, n. 9, p. 2507–2526, 2018.

SERAFIM, Antonio *et al.* Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Revista De Psiquiatria Clinica**, [s. l.], v. 36, 2009.

SETO, Michael C. *et al.* The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. **Clinical Psychology Review**, [s. l.], v. 39, p. 42–57, 2015.

SIGRE-LEIRÓS, Vera; CARVALHO, Joana; NOBRE, Pedro. Cognitive schemas and sexual offending: Differences between rapists, pedophilic and nonpedophilic child molesters, and nonsexual offenders. **Child Abuse & Neglect**, [s. l.], v. 40, p. 81–92, 2015.

STEPHENS, Skye *et al.* The Revised Screening Scale for Pedophilic Interests (SSPI-2) May Be a Measure of Pedohebephilia. **The Journal of Sexual Medicine**, [s. l.], v. 16, n. 10, p. 1655–1663, 2019.

TEIXEIRA, Julia Nunes de Souza; RESENDE, Ana Cristina; PERISSINOTTO, Rodrigo. Vitimização e Psicopatia em Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Avaliação Psicológica**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 123–131, 2020.

TEODORO, Cristina. Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. **Zero-a-Seis**, [s. l.], v. 24, n. Especial, p. 1582–1598, 2022.

TRICCO, Andrea C. *et al.* PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. **Annals of Internal Medicine**, [s. l.], v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018.

UNICEF. **Hidden in plain sight A statistical analysis of violence against children**. New York, NY: UNICEF, 2014. Disponível em: <https://www.unicef.org/documents/hidden-plain-sight-statistical-analysis-violence-against-children>. Acesso em: 6 abr. 2024.

WIDOM, Cathy Spatz; MASSEY, Christina. A Prospective Examination of Whether Childhood Sexual Abuse Predicts Subsequent Sexual Offending. **JAMA Pediatrics**, [s. l.], v. 169, n. 1, p. e143357, 2015.

WORD HEALTH ORGANIZATION. **Global Status Report on Preventing Violence Against Children 2020**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/332394/9789240004191-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jul. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Responding to children and adolescents who have been sexually abused: Who clinical guidelines**. [S. l.]: Geneva, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/19-10-2017-responding-to-children-and-adolescents-who-have-been-sexually-abused>. Acesso em: 15 jul. 2024.

YESURON, Mariela. Perfil psicopatológico de delincuentes sexuales. **Anuario de Investigaciones de la Facultad de Psicología**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 192–203, 2015.

APÊNDICE A – PROTOCOLO PARA REVISÃO DE ESCOPO

JBI Evidence Synthesis

MAPEAMENTO DO PERFIL DE AGRESSOR(A) SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Autores

Fabiane Olivia Ardenghi¹ Luana Florentino Fonseca² Mário Antônio Sanches³

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Abstract

Objetivo: Mapear perfil de agressores(as) sexuais infantis em diversos contextos sociais e diferentes países.

Introdução: Sabe-se que algumas sociedades podem ter atitudes mais tolerantes em relação ao comportamento sexual de adultos com crianças, enquanto outras podem ser mais rígidas e condenar qualquer forma de abuso sexual infantil. Isto ocorre porque as definições de abuso sexual infantil podem variar de uma sociedade para outra. Portanto, é relevante estudar o modo como as normas culturais, crenças, valores e outros aspectos de uma determinada sociedade podem influenciar a forma como os abusos sexuais são entendidos e tratados e como estas influenciam ou não sobre o perfil do abusador.

Crítérios de inclusão: *População:* adultos abusadores sexuais de crianças e adolescentes. Serão excluídos estudos que manifestem preconceitos e discriminação étnica, religiosa ou de gênero. *Conceito:* perfil do abusador sexual infantil. *Contexto:* Países e contextos sociais diferentes.

Métodos: As bases de dados pesquisadas incluem MEDLINE, APA PsycINFO LILACS e Web of Science para estudos em qualquer idioma. Nenhum limite de data será definido. Da literatura cinzenta serão considerados os capítulos de livros, relatórios governamentais e dissertações. Dois revisores independentes selecionarão os títulos e resumos dos estudos que atendem aos critérios de inclusão e revisarão os estudos elegíveis em texto completo.

Os dados serão extraídos e sintetizados e, em seguida, apresentados em formatos de tabelas e gráficos acompanhados de um resumo narrativo.

Introdução

O cuidado com a infância e adolescência além de ser um dever pessoal, social e cultural, exige abordagens interdisciplinares e interculturais na busca de minimizar danos e promover o melhor interesse de crianças, por isso a bioética, como campo que envolve diversos saberes, se torna o ambiente adequado para este tipo de estudo. A infância é um campo de grande sensibilidade para o trabalho de pesquisa como prevenção, educação e possibilidade de transformação do nosso futuro. Sobre tudo esta necessidade se explica à luz do que está escrito na Declaração Universal dos Direitos da Crianças Adotada pela Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 [1] e ratificada pelo Brasil:

Princípio 2º A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os melhores interesses da criança.

Princípio 9º A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral. [1]

A violência ligada à infância (física, psicológica, sexual, institucional, negligência e abandono) é um severo problema social e de saúde pública mundial que influenciam no desenvolvimento em diferentes níveis, ao alterar elementos biológicos, cognitivos, psicossociais e de comportamento [2].

É importante destacar que atos violentos são influenciados por fatores históricos e culturais [3]. As formas e manifestações dessas práticas mudam com o tempo, portanto precisa-se estudar e pesquisar para manter-se atualizados e desenvolver novas abordagens em relação tanto às crianças vítimas de abuso sexual, quanto aos abusadores.

Os temas de violências e abusos, sobretudo na infância, não podem ser abordados sem tocar e considerar o tema das vulnerabilidades, que segundo Sanches et al [4] se podem classificar em ao menos 3 tipos: existencial, social e moral. Segundo os autores perante a vulnerabilidade moral, o indivíduo é reconhecido em face das distinções culturais, expressas através de crenças religiosas, hábitos e tradições:

A vulnerabilidade moral decorre do processo cultural, que marca a construção de nossa visão de mundo e escalas de valores. Na construção da visão de mundo, além da posição social das pessoas, muitos fatores têm grande influência, como a religião, os costumes e a arte. Essa fragilidade é mais difícil de ser percebida, pois se alimenta de convicções e, por isso, muitas vezes é negada. Diante da vulnerabilidade moral, o indivíduo é percebido diante da diferença cultural com marcas religiosas, costumes e tradições [4].

Sarmento [5] propõe que não existe apenas uma cultura da infância, mas sim diversas culturas que são construídas social e historicamente em diferentes contextos e épocas. Segundo o autor a cultura da infância pode variar de acordo com fatores como a classe social, o gênero, a etnia, a religião, a nacionalidade, entre outros. Dessa forma, as experiências das crianças em diferentes contextos sociais e culturais podem ser bastante distintas, levando a uma multiplicidade de infâncias. Além disso, Sarmento argumenta que a cultura da infância não é algo fixo e imutável, mas sim dinâmico e em constante transformação. Assim, as diferentes infâncias não apenas coexistem, mas também se influenciam mutuamente e podem se transformar ao longo do tempo. Portanto defende que é necessário compreender a diversidade das culturas da infância para que seja possível desenvolver políticas e práticas educativas que levem em conta as diferentes necessidades e experiências das crianças em contextos sociais e culturais diversos.

Segundo a teoria ecológica de Bronfenbrenner [6] o desenvolvimento de uma pessoa depende da rede de relações em que se encontra, o ambiente ecológico em que se vive não é neutro, mas condiciona a pessoa, principalmente no período evolutivo, de forma positiva ou negativa. Esta visão concebe o ambiente ecológico como um conjunto de estruturas seriadas e organizadas em diferentes níveis e cada um deles pode integrar os demais e classificar essas estruturas que estão concêntricamente em torno do sujeito. Este modelo vem sendo utilizado para explicar o fenômeno da violência, propondo-a como resultado da interação complexa de fatores existentes em quatro diferentes níveis: individual, relacional, comunitário e social. Assim, além das características pessoais (biológicas, históricas), estão envolvidas as relações sociais próximas (familiares) e os contextos comunitários nos quais estas relações acontecem (escolas, vizinhança). Em um nível mais amplo e que abrange os demais,

está a sociedade, com suas características culturais, tabus e normas, além das políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais vigentes [7] Em todos os níveis existem fatores de vulnerabilidade, de risco e de proteção interagindo para a ocorrência da violência contra crianças e adolescentes. Ao explorar a relação entre fatores individuais e contextuais, o modelo ecológico desafia-nos a ampliar a visão no momento da elaboração de ações preventivas que incluam o indivíduo, a família, a escola, o grupo de pares e as estruturas sociais/comunitárias que envolvem o sujeito/contexto que enfrentam situações relacionadas à violência.

David Finkelhor [8] aborda de uma certa maneira esta teoria ecológica em relação ao abuso sexual infantil, que propõe uma análise multidimensional do fenômeno, levando em conta os diferentes níveis de influência social e ambiental que podem aumentar ou diminuir a probabilidade de uma criança ser vítima de abuso sexual. Ele discute as principais dimensões que devem ser consideradas para uma compreensão abrangente do fenômeno. Segundo ele, essas dimensões incluem:

A dimensão individual: inclui características pessoais da criança, como idade, gênero, personalidade, habilidades sociais, histórico de abuso anterior, entre outros fatores que podem influenciar a probabilidade de ser abusado.

A dimensão relacional: refere-se aos aspectos das interações sociais da criança que podem aumentar ou diminuir a probabilidade de abuso sexual. Isso inclui a qualidade e a natureza dos relacionamentos familiares e sociais, a exposição a modelos de comportamento sexual inadequado, a disponibilidade de adultos de confiança, entre outros.

A dimensão comunitária: inclui fatores ambientais e culturais que podem afetar a probabilidade de abuso sexual, como níveis de pobreza e desigualdade, taxas de criminalidade, disponibilidade de serviços de apoio à família, entre outros.

A dimensão societária: refere-se aos valores e crenças culturais mais amplos que podem influenciar a probabilidade de abuso sexual, incluindo normas sociais sobre gênero, sexualidade, poder e autoridade.

Essas dimensões estão inter-relacionadas e interagem de maneira complexa para influenciar o risco de abuso sexual infantil. A teoria ecológica de Finkelhor destaca a importância de uma abordagem holística e integrada na prevenção do abuso sexual infantil, que considere todas essas dimensões em conjunto e aborde tanto os fatores de risco quanto os fatores de proteção em todas as esferas da vida da criança. [8]

E nesse universo tão dramático da violência sexual infantil se colocam estudos que buscam identificar e classificar os abusadores sexuais infantis.

É importante destacar que atos violentos são influenciados por fatores históricos e culturais [3]. As formas e manifestações dessas práticas mudam com o tempo, portanto precisa-se estudar e pesquisar para manter-se atualizados e desenvolver novas abordagens em relação tanto às crianças vítimas de abuso sexual, quanto aos abusadores.

As políticas de prevenção ao abuso sexual infantil devem se concentrar em reduzir o acesso dos abusadores às crianças. Isso pode ser alcançado por meio de medidas como verificação de antecedentes criminais para pessoas que trabalham com crianças, limitação de contato físico inapropriado, supervisão adequada e treinamento para pais e cuidadores sobre como proteger as crianças do abuso sexual [8].

Além de tantos autores que evidenciam a importância de um olhar e estudos sobre os agressores sexuais infantis, precisa citar também a Organização Mundial da Saúde (OMS) que em seu "Responding to Children and Adolescents Who Have Been Sexually Abused: WHO Clinical Guidelines" [9] fornecem orientações para profissionais de saúde que trabalham com crianças que foram vítimas de abuso sexual, incluindo informações sobre os perfis dos abusadores sexuais de crianças.

A UNICEF, que trabalha para proteger os direitos das crianças em todo o mundo, no seu relatório de 2014, "Hidden in Plain Sight: A Statistical Analysis of Violence Against Children" [10], traz informações sobre os perfis dos abusadores sexuais de crianças e outros aspectos do problema.

Portanto se justifica a intenção desta revisão de escopo que tem como objetivo fazer um mapeamento do perfil do abusador sexual infantil a partir da literatura nos diferentes contextos sociais e Países. sem fazer a análise da qualidade metodológica dos estudos incluídos, pois não tem finalidade de encontrar a melhor evidência, mas como foram produzidas [11]. Acreditamos que mapear os perfis dos abusadores sexuais infantis possa contribuir para planejamento e implementação de ações e políticas públicas eficazes e contextualizados contra a violência sexual infantil e, portanto, de defesa, proteção e de promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Pergunta de revisão

Para definição da pergunta utilizou-se a estratégia PCC, (sigla) para População, Conceito e Contexto): População: abusadores sexuais infantis; Conceito: perfil do abusador sexual infantil; Contexto: Países e contextos sociais diferentes.

Desta forma, definiu-se a pergunta principal de pesquisa:

No contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes, quais os perfis dos agressores sexuais infantis em diversos contextos sociais e diferentes países?

Com duas perguntas subsequentes:

- a) Há elementos específicos e próprios no perfil do abusador em cada contexto social?
- b) Há elementos que se repetem no perfil do abusador em diversos contextos sociais?

Palavras-chave

Abuso sexual infantil; bioética; contextos sociais; perfil do abusador.

Critérios de inclusão/exclusão

População

Nesta revisão serão incluídos estudos que falem de adultos abusadores sexuais de crianças e adolescentes. Serão excluídos estudos que manifestem preconceitos e discriminação étnica, religiosa ou de gênero.

Conceito

Serão incluídos nesta revisão, estudos que falem sobre o perfil do abusador sexual infantil. Serão excluídos estudos que falem de perfis de outros tipos de abusadores que não sejam a violência sexual.

Contexto

Esta revisão incluirá estudos de qualquer região do mundo, que fale de violência sexual infantil.

Tipos de Fontes

Sobre a literatura “limpa” encontrada nas bases de dados, esta revisão vai considerar estudos de caráter qualitativos, quantitativos, revisões de literatura, pesquisas de ação, entre outras. Quanto a literatura cinzenta será considerada textos e artigos de opinião, capítulos de livros, relatórios governamentais e dissertações.

Métodos

Esta revisão de escopo será conduzida de acordo com a metodologia JBI para revisão de escopo (11) e de acordo com os Itens de Relatório Preferenciais para Revisões

Sistemáticas e Extensão de Meta-Análises para Revisões de Escopo (PRISMA-ScR) (12)
Este protocolo foi registrado no Open Science Framework (OSF.IO/MQJT8)

Estratégia de pesquisa

A estratégia de busca objetiva localizar estudos primários publicados e não publicados, revisões e textos e artigos de opinião e seguirá os passos descritos no JBI (13).

Realizou-se uma busca inicial, através dos descritores MeSH e DeCS garantido os critérios de cientificidade e posterior identificação nas bases de dados. Para tanto, utilizando-se dos vocabulários estruturados MeSH e DeCS, obtendo os seguintes descritores para esta pesquisa: Abuso Sexual Infantil; Delitos sexuais; Ambiente Social; Pedofilia. Após a localização dos descritores, iniciou-se uma busca limitada nas bases de dados MEDLINE e Web of Science para identificar artigos sobre o tema (consulte o Apêndice I). As palavras do texto no título e no resumo dos artigos recuperados e nos termos do índice usados para descrever os artigos serão usadas para informar a próxima etapa, que será uma pesquisa completa realizada nas seguintes bases de dados: MEDLINE, APA PsycINFO, LILACS e Web of Science. A estratégia de busca, incluindo todas as palavras-chave e termos de indexação identificados, será adaptada para cada base de dados e/ou fonte de informação incluída. A lista de referência de todas as fontes de evidência incluídas será examinada para estudos adicionais que atendam os critérios de inclusão.

Estudos publicados em qualquer idioma serão incluídos sem restrição de tempo, em um esforço para ser o mais abrangente possível, considerando os recursos humanos disponíveis. A outra etapa incluirá a busca na web por fontes de estudos/literatura cinzenta que incluem capítulos de livros, relatórios governamentais e dissertações.

Seleção de estudo/fonte de evidência

Após a pesquisa, todas as citações identificadas serão agrupadas e carregadas em um software bibliográfico e gerenciamento de citações (EndNote Clarivate Analytics) e as duplicatas removidas. Após um teste piloto, os títulos e resumos serão selecionados por dois revisores independentes para avaliação em relação aos critérios de inclusão para a revisão. Os motivos de exclusão de fontes de evidência no texto completo que não atendem aos critérios de inclusão serão registrados e relatados na revisão de escopo. Quaisquer desacordos que surjam entre os revisores em cada etapa do processo de seleção serão resolvidos pelo terceiro. Os resultados da busca e do processo de inclusão do estudo serão

relatados na íntegra na revisão de escopo final e apresentados em um diagrama de fluxo (PRISMA-ScR) [12].

Extração de dados

Os dados serão extraídos de artigos incluídos na revisão de escopo, por dois revisores independentes usando uma ferramenta de extração de dados desenvolvida pelos revisores (consulte Apêndice II). Os dados extraídos incluirão detalhes específicos sobre a população, conceito, contexto, métodos de estudo e principais descobertas relevantes para a pergunta de revisão:

Sobre o estudo: citação - ano - país – método – local;

Identificações de características individuais: sexo – idade - características comportamentais - percepção sobre sua própria sexualidade - elementos psicológicos - uso de substâncias;

Identificações de características ligadas ao abuso e à vítima: percepção dos agressores sobre as vítimas – percepção sobre o ato de abuso - proximidade com a vítima - contexto do abuso mais frequente;

Identificação de características ligadas ao contexto: contextos familiares - antecedentes familiares - aspectos socioeconômicos - elementos culturais da região - aspectos educacionais - aspectos religiosos.

A ferramenta de extração de dados será modificada e revisada, conforme necessário durante o processo de extração de dados de cada item incluído. As modificações serão detalhadas na revisão de escopo. Quaisquer desacordos que surjam entre os revisores serão resolvidos por meio de discussão com o terceiro revisor. Se apropriado, os autores dos trabalhos serão contatados para solicitar dados ausentes ou adicionais, quando necessário.

Análise e apresentação de dados

Os achados e resultados serão demonstrados fazendo uso do recurso visual de tabelas e gráficos e deverão corresponder diretamente ao objetivo e às perguntas desta revisão. A análise dos achados decorrentes da estratégia de pesquisa será realizada de forma descritiva.

Este estudo dispensa aprovação por parte do Comitê de ética em Pesquisa [13].

Reconhecimentos

Esta revisão servirá para contribuir na obtenção do título de mestre em bioética para a autora F.O.A.

Financiamento

Os custos da pesquisa serão de responsabilidade dos autores.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências

- [1] Declaração Universal dos Direitos da Criança. Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959.
- [2] Cruz J A G, Torres M V T, Hernández M J. El maltrato físico hacia la infancia: sus consecuencias socioafectivas. Málaga: Universidad de Málaga; 1998.
- [3] Minayo M C S. Violência e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- [4] Sanches MA, Mannes M, Cunha TR da. Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões no contexto da bioética. Rev Bioét [Internet]. 2018 Jan;26(1):39–46. Available from: <https://doi.org/10.1590/1983-80422018261224>
- [5] Sarmiento M J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade, in M.J. Sarmiento, e A. B. Cerisara, (Coord.), Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto. Asa. 2004: 9-34.
- [6] Bronfenbrenner U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996.
- [7] Bronfenbrenner U, Morris P. The ecology of developmental processes. In Lerner RM, editor, Theoretical models of human development. 5 ed. New York: Wiley. 1998. p. 993-1028. (Handbook of Child Psychology).
- [8] Finkelhor D. Child sexual abuse: New theory and research. New York: The Free Press., 1984.
- [9] World Health Organization (WHO). Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines. Geneva: WHO, 2009. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241550147> - acesso em 15 de maio de 2023.

- [10] United Nations Children's Fund (UNICEF). Hidden in plain sight: A statistical analysis of violence against children. New York: UNICEF. 2014. <https://www.unicef.org/documents/hidden-plain-sight-statistical-analysis-violence-against-children> - acesso em 15 de maio de 2023.
- [11] Peters MDJ, Godfrey C, Kahlil H, McInerney P, Baldini Soares C, Parker D. Guidance for conducting systematic scoping reviews. *Int J Evid Based Healthc*. 2015;13(3):141-146.
- [12] Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA ScR): Checklist and Explanation. *Ann Intern Med*. 2018;169:467–473. doi: 10.7326/M18-0850
- [13] Aromataris E, Munn Z (Editores) (2020). JBI Manual para Síntese de Evidências. JBI, 2020. Disponível em <https://synthesismanual.jbi.global>. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01>

Apêndices

MEDLINE

Pesquisa realizada em Julho de 2023.

Descritores de busca ¹	Consulta	Registros recuperados
"child abuse sexual" and "sex offenders"	("child abuse sexual"[All Fields] AND "sex offenders"[All Fields]) AND (medline[Filter])	290
"sex offenders"	("sex offenders"[All Fields]) AND (medline[Filter])	1.350
"child abuse sexual" and "sex offenses"	("abuso sexual de crianças"[Todos os campos] AND "ofensas sexuais"[Todos os campos]) AND (medline[Filtro])	791
"sex offenders" and "social environment"	("sex offenders"[All Fields] AND "social environment"[All Fields]) AND (medline[Filter])	28
"pedophiles"	("pedophile"[All Fields] OR "pedophiles"[All Fields] OR "pedophilic"[All Fields]) AND (medline[Filter])	445

¹ MeSH e DeCS

pedophiles and "sex offenses"	("pedophiles"[All Fields] AND "social environment"[All Fields]) AND (medline[Filter])	136
pedophiles and "sex offenders"	((("pedophile"[All Fields] OR "pedophiles"[All Fields] OR "pedophilic"[All Fields]) AND "sex offenders"[All Fields]) AND (medline[Filter]))	77

Web of science

Pesquisa realizada em Julho de 2023.

Descritores de busca	Consulta	Registros recuperados
"child abuse sexual" and "sex offenders"		2
"sex offenders"		3.472
"child abuse sexual" and "sex offenses"		10
"sex offenders" and "social environment"		6
"pedophiles"		344
pedophiles and "sex offenses"		13
pedophiles and "sex offenders"		80

Apêndice II: Instrumento de extração de dados

#Somente anexe o instrumento de extração de dados JBI ou não JBI se a ferramenta padronizada tiver sido modificada de alguma forma, caso contrário, basta citar a ferramenta utilizada no texto. Quaisquer modificações feitas no instrumento também devem ser descritas no texto.

citação	ano	país	método	local	sexo	idade	características comportamentais	percepção sobre sua própria sexualidade	elementos psicológicos	uso de substâncias	percepção do agressor sobre as vítimas	percepção sobre o ato de abuso	proximidade com a vítima	contexto do abuso mais frequente	contextos familiares	antecedentes familiares	aspectos socioeconômicos	elementos culturais da região	aspectos educacionais	aspectos religiosos

APÊNDICE B – INSTRUMENTO PARA EXTRAÇÃO DOS DADOS

[illegible]